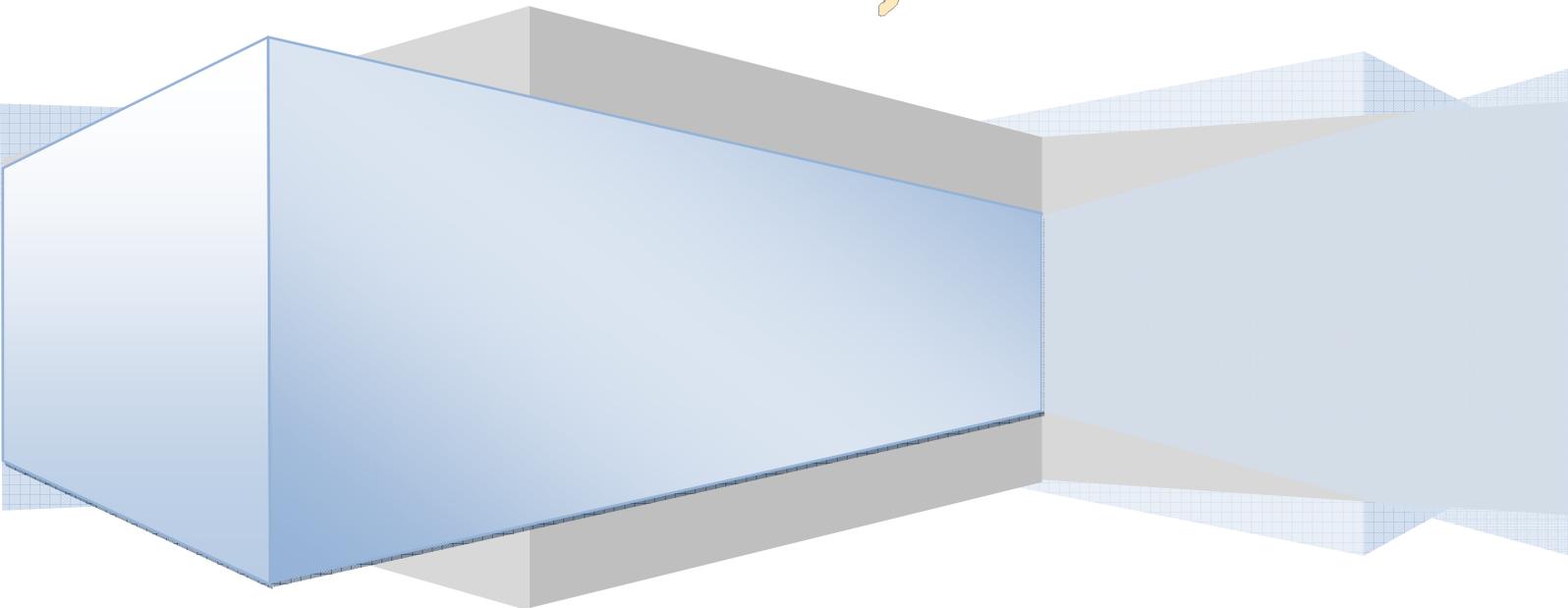
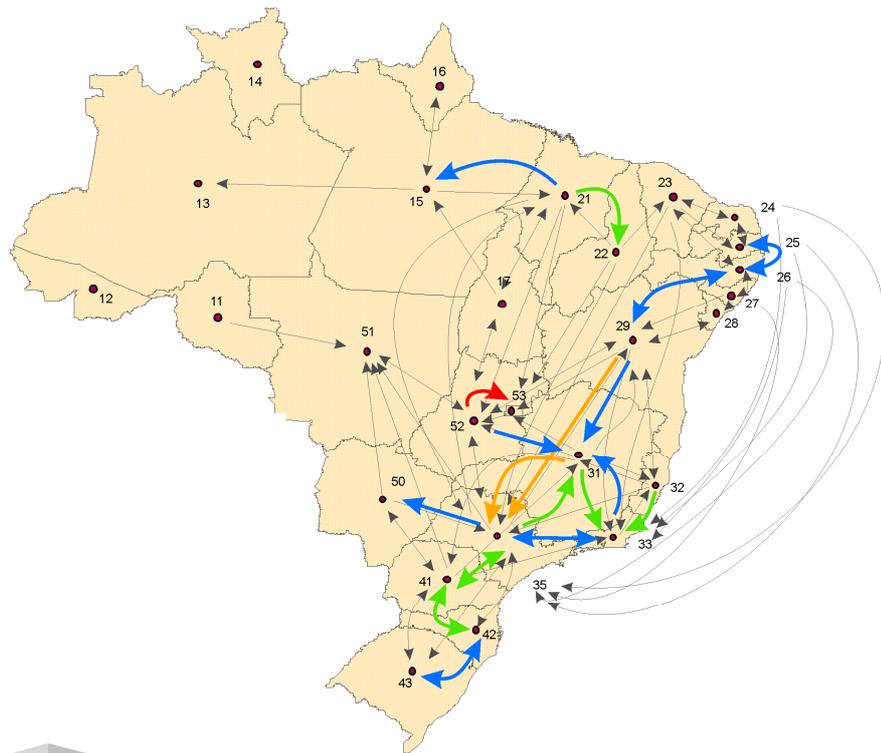


MOVIMENTO PENDULAR DA POPULAÇÃO NA REGIÃO SUL





**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES: TERRITÓRIO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA. RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, BELO HORIZONTE, CURITIBA, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA, BELÉM, NATAL, GOIÂNIA E MARINGÁ.

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO GERAL

Suzana Pasternak

**MOVIMENTO PENDULAR DA POPULAÇÃO NA REGIÃO SUL
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 4**

Equipe responsável

Anael Cintra (IPARDES)

Gislene dos Santos (LAGHUR-UFPR)

Maria de Lourdes Teixeira Jardim (FEE-RS)

Marley Deschamps (IPARDES)

Rosa Moura – coordenação (IPARDES)

Tanya M. de Barcellos (FEE-RS)

MARÇO DE 2009

RELATÓRIO EXECUTIVO

A expressão “movimento pendular” é habitualmente utilizada para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. Essa informação foi introduzida no Censo de 1970, mantendo-se no de 1980; esteve ausente no de 1991, sendo reintroduzida no de 2000.

A abordagem sobre os movimentos pendulares não é nova, tanto na geografia como na demografia, mas vem adquirindo maior importância dado o crescimento significativo que se observa nesses fluxos. Característicos dos aglomerados urbanos, sobretudo os de caráter metropolitano, eles ocorrem entre distâncias cada vez maiores e expõem o avanço do processo de ocupação do espaço das aglomerações urbanas, crescentemente menos definidas e precisas e mais estendidas sobre vastas superfícies, criando novas relações entre pessoas e lugares. Os indicadores de deslocamentos domicílio-trabalho/estudo constituem, assim, importante referencial para a análise dos processos de metropolização e de expansão urbana, uma vez que é possível observar a relação estabelecida entre a região metropolitana e outras regiões das UFs e até fora de suas respectivas UFs. Essa dinâmica, que primeiramente se coloca como populacional em termos de fluxos, é um reflexo da dinâmica econômica, produtiva e do mercado de trabalho entre os diferentes espaços urbanos, da estruturação sócio-cultural, assim como das concepções desse “urbano” por parte de indivíduos, famílias, trabalhadores e até empresas.

No relatório aqui sintetizado a abordagem dos movimentos pendulares contempla inicialmente uma discussão conceitual acerca desses movimentos, seguida de uma breve análise dos movimentos pendulares no Brasil; posteriormente adentra na análise dos movimentos pendulares na Região Sul, considerando esses movimentos no cenário de metropolização e concentração verificado na região, como parte do processo de urbanização, formação de aglomerados e concentração da riqueza. Cada Estado é considerado individualmente na seqüência do trabalho, sempre com ênfase nos movimentos das aglomerações urbanas, observando-se que para o Paraná e Santa Catarina, a disponibilidade da informação para 1980 permitiu uma leitura temporal comparativa. Para o Rio Grande do Sul, a particularidade da análise se deu em delinear um perfil da pessoa que realiza o movimento pendular, em termos de ocupação, escolaridade e renda. Complementarmente, um município paranaense – Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba – foi contemplado com um estudo de caso.

No Brasil, em 2000, 7,4 milhões de pessoas dirigiam-se a outro município brasileiro ou a outro país para trabalhar e/ou estudar, correspondendo a 6,7% da população que estuda e/ou trabalha. Quando se consideram as regiões metropolitanas, esse percentual sobe para 10,6%, pois, de modo geral, os fluxos associados a esse tipo de deslocamento se concentram nas principais

aglomerações urbanas do País. No conjunto, esses deslocamentos são realizados, majoritariamente, por homens (63,4%) e por pessoas de 25 a 59 anos (61,5%). Especificamente em relação aos diversos grupos etários, em três deles (20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos) mais de 10% das pessoas que trabalham e/ou estudam dirigem-se para outra localidade diferente da de residência.

Dada sua característica de mobilidade predominantemente entre municípios próximos, a maior parcela dos fluxos ocorre dentro das próprias Unidades da Federação. Os fluxos interestaduais representam apenas 9,1% do total, e aqueles para outros países não alcançam 1%. Isso não significa que, em escala local, esses fluxos não tenham importância, pois expressam importantes trocas estabelecidas entre divisas interestaduais ou fronteiras internacionais. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul concentram aproximadamente 2/3 do total de fluxos pendulares observados no País; São Paulo responde por 29,2% desse total.

As dinâmicas analisadas colocam em evidência a concentração de fluxos de entrada e de saída nas aglomerações urbanas, caracterizadas pela presença de atividades da indústria e de serviços, assim como a força das principais centralidades como receptoras. Desenham manchas ampliadas de grande extensão, conjugando municípios receptores de volumes elevados de população para trabalho e/ou estudo no entorno dessas aglomerações. Apontam também que os movimentos de saída, fundamentalmente para trabalho, não estão restritos a atividades urbanas, dada sua incidência também significativa em regiões inseridas no agronegócio no interior paulista e Norte paranaense, no Centro-Oeste, Norte e Nordeste brasileiros.

A dinâmica de fluxos analisados demonstra particularidades em determinadas porções do território, compondo morfologias diferenciadas como aquelas: (i) com grande número de municípios vizinhos com movimentos intensos a moderados de entrada e saída; (ii) em extensões contínuas, estendendo-se tentacularmente a partir de aglomerações metropolitanas ao longo do sistema viário principal; (iii) fluxos intensos de evasão e recepção, articulando aglomerações urbanas; (iv) formando aglomerados nos entornos da grande maioria das capitais de estados; (v) conjugando municípios receptores (polos regionais) e evasores em ampla extensão no interior, configurando um espraiamento difuso, sem características de aglomerações; (vi) além de outros movimentos esparsos entre municípios dispersos no território.

Na Região Sul, nas últimas três décadas, alterações substanciais nas relações produtivas e na esfera do trabalho reorganizaram a rede urbana. Se ainda perdura a estrutura original de centralidades, com forte articulação em torno dos polos metropolitanos e centros regionais, a configuração de aglomerações urbanas e a consolidação de pequenos centros sub-regionais no interior dos estados é o fenômeno emergente, que demonstra a extensão espacial e o avanço da urbanização, que pode nos remeter a possíveis análises sobre o complexo e diversificado processo (ou processos) de dispersão urbana. Nas aglomerações, o adensamento das atividades de produção e dos serviços impulsiona intensos fluxos de pessoas e mercadorias entre os municípios, seja para o desempenho de

funções que se complementam, seja como resultado da dissociação entre o local de moradia e o local de trabalho, condicionada em grande medida pela ação do mercado de terras.

Na comparação da distribuição espacial dos volumes de pessoas envolvidas em movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo nos três estados do Sul, verificou-se comportamento relativamente comum entre o Paraná e o Rio Grande do Sul e distinto em Santa Catarina que, embora submetido às mesmas lógicas de mobilidade, registra uma maior distribuição espacial dos fluxos, em função de uma rede urbana muito menos concentrada.

Em Santa Catarina, os maiores fluxos ocorrem nas aglomerações das regiões metropolitanas (RMs) institucionalizadas, todas localizadas no leste do Estado. A RM de Florianópolis é a que mais se aproxima do padrão concentrador dos fluxos pendulares verificados nas duas principais RMs da Região (Curitiba e Porto Alegre). Das demais RMs catarinenses, a de Criciúma vem manifestando características de aglomerado, com fluxos intensos entre muitos dos municípios do entorno; Tubarão sinaliza mudança no padrão de atração, com fluxos desenvolvidos sobremaneira entre municípios do entorno. Itajaí e Balneário Camboriú, na RM Foz do Itajaí, conferem características de polos, ambos exercendo forte atração de pessoas para trabalho e/ou estudo. Verifica-se ainda no oeste do Estado um espaço concentrador de fluxos pendulares polarizado por Joaçaba.

No Rio Grande do Sul, a mobilidade pendular é bastante elevada, sobretudo entre as aglomerações urbanas e no interior das mesmas. A grande maioria dos fluxos tem caráter intraestadual, sendo que a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é o destino majoritário. Os fluxos para fora do território sulriograndense não são muito significativos, salvo quando originados nas aglomerações urbanas do Sul e do Litoral Norte. Os municípios localizados fora das aglomerações se destacam por enviar população para estudo e/ou trabalho não só a outros estados, como outros países, sendo o Uruguai o mais procurado, certamente favorecido pela situação de fronteira. Com relação à estrutura ocupacional, as categorias médias, se tomadas em conjunto, são os principais sujeitos na mobilidade pendular nas aglomerações urbanas do Estado. Na RMPA, além das camadas médias, os trabalhadores da indústria, especialmente do segmento moderno, e trabalhadores do terciário não-especializado, prestadores de serviços e empregados domésticos, apresentam as maiores taxas de mobilidade. Já nas outras aglomerações, especialmente na Aglomeração Urbana do Nordeste e na Aglomeração Urbana do Sul o diferencial fica com uma mobilidade elevada das elites. Nesse Estado, a população que trabalha ou estuda em outro município é mais masculina, mais velha e, apesar de ter menor instrução, possui uma renda média mais elevada. A população que se desloca para a capital é menos masculina do que a que sai para a periferia da Região Metropolitana e, apesar de a idade média ser mais elevada, possui menor escolaridade e menor rendimento médio. Mais da metade das pessoas que trabalham ou estudam em Porto Alegre eram residentes em 1995, revelando, portanto, que apesar de emigrarem da capital, continuam mantendo vínculo com aquele município. Assim, se evidencia

que a motivação para a mudança de local de moradia, para uma grande parte das pessoas, não foi a procura por trabalho ou estudo.

No Paraná, aproximadamente 60% das pessoas que se deslocam para trabalho e/ou estudo procuram os três maiores centros urbanos, Curitiba, Londrina e Maringá, porém 43% do movimento converge para a capital. Grande parte do movimento pendular ocorrido no Estado em 1980 envolvia algum município da RMC, no entanto, a quase totalidade desse movimento era intrametropolitano. Em 2000, três em cada quatro pessoas que realizaram movimento pendular intraestadual tiveram como destino algum município metropolitano. Observa-se nas três RMs uma dinâmica muito similar na qual o município polo se sobressai como o espaço das oportunidades, sendo o destino da maioria das pessoas que realizam movimento pendular. De 1980 para 2000, aumentou a proporção de mulheres que realizam esse movimento, justificado pelo aumento da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho; diminuiu a proporção das pessoas com idade entre 15 e 24 anos; e aumentou a proporção das pessoas com idade entre 25 e 59 anos.

Estudo de caso realizado para Colombo, município da RMC, reforça a centralidade de Curitiba como receptora do fluxo pendular estadual e destaca Colombo como o município que mais envia população-trabalhadora para a metrópole. O direcionamento desse fluxo reforça a hipótese de que o mercado de trabalho apresenta-se, a partir dos anos 1970, mais segmentado e complementar: de um lugar provém o trabalho qualificado, como verificado no fluxo originado de Curitiba para Colombo, e, do outro, o não-qualificado, visto que parcela significativa daqueles que compõem o fluxo pendular de Colombo para Curitiba estão empregados no setor de serviços domésticos urbano.

Esse estudo de caso sintetiza observação que vale para os três estados do Sul: os movimentos pendulares refletem dinâmicas territoriais nas quais cada vez mais os espaços das aglomerações se expandem geograficamente e têm internamente funções diferenciadas entre municípios, reforçadas pela dissociação moradia/trabalho. Esses elementos tornam a mobilidade a marca das aglomerações, envolvendo números crescentes de pessoas, ampliando as distâncias dos fluxos e assumindo um perfil mais complexo, porém mantendo na virada do século a característica de refletir a segregação sócioespacial da metropolização brasileira.

1. Movimentos pendulares: aspectos conceituais

A expressão “movimentos pendulares” é habitualmente utilizada para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. Nesse conceito estão implícitos, na sua forma mais simples, dois deslocamentos de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico: um de ida para o local de trabalho ou estudo e outro de retorno ao local de residência.

A abordagem dos movimentos pendulares não é nova, tanto na área de geografia como na da demografia. Ela vem, no entanto, adquirindo maior importância,

acompanhando o crescimento significativo que se observa no peso desses fluxos, que desempenham um papel relevante na configuração das aglomerações urbanas contemporâneas. Característicos dos aglomerados urbanos, sobretudo os de caráter metropolitano eles ocorrem entre distâncias cada vez maiores, considerando a origem e o destino, e expõem o avanço do processo de ocupação do espaço das aglomerações urbanas, que estão crescentemente menos definidas e precisas e mais estendidas sobre vastas superfícies, criando novas relações entre pessoas e lugares.

As características e a abrangência desses movimentos se modificaram muito em função das importantes mudanças que acompanharam o extraordinário avanço tecnológico e sua rápida difusão, alterando os meios de transporte, as comunicações, a produção e sua organização, e engendrando transformações nos padrões demográficos e na vida social. As áreas econômicas regionais são agora muito mais extensas que áreas de mercado local e espaços de atividade local, conduzindo a uma diversidade de configurações físicas para as atividades quotidianas da população (CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI; MOURA, 2005).

Nos aglomerados metropolitanos do País, tem havido uma tendência ao deslocamento das atividades econômicas, principalmente as industriais, das capitais para os outros municípios, como efeito, sobretudo, do encarecimento do solo. Essa realocação espacial das atividades econômicas e a ação concomitante do capital imobiliário proporcionaram uma redistribuição espacial da população que tem se traduzido em intenso e amplo movimento pendular da população: entre os residentes nos municípios dessas aglomerações, especialmente entre os habitantes dos municípios periféricos e o núcleo metropolitano (BRITO; SOUZA, 2005).

Os indicadores de deslocamentos domicílio-trabalho/estudo constituem, assim, importante referencial para a análise dos processos de metropolização e de expansão urbana.

Os dados dos censos demográficos permitem captar esses movimentos e algumas das suas peculiaridades. A informação sobre o local de residência de cada indivíduo e o respectivo local de trabalho e/ou estudo, ou seja, sobre a origem e o destino dos fluxos, foi levantada no Censo de 1980, interrompida no de 1991, e retomada em 2000.

Uma das principais vantagens da abordagem censitária é a possibilidade de relacionar a informação sobre o movimento pendular com aquelas que dão conta das demais características da população recenseada, como escolaridade, renda, tipo de atividade, entre outras. Além disso, essa fonte permite uma abrangência e uma comparabilidade no espaço e no tempo que a torna privilegiada para a análise da organização do território e, de uma forma mais genérica, para a sustentação do debate das problemáticas que lhe estão associadas, como a gestão de redes e de sistemas de transportes, ordenamento do território, impactos ambientais e sociais, entre outras (DESCHAMPS, 2007).

Além do Censo, algumas pesquisas do tipo origem/destino (OD), particularmente realizadas para análises e planejamento do setor de transporte urbano, trazem

elementos mais detalhados sobre os fluxos de pessoas dentro de uma mesma aglomeração e permitem com isso identificar as espacializações locais que configuram a complexidade da rede urbana nos principais centros urbanos brasileiros contemporâneos. Entretanto, estas pesquisas se restringem a poucas Regiões Metropolitanas e não possuem uma continuidade temporal que permita uma avaliação do desenvolvimento deste processo.

Embora não capte movimentos que não sejam motivados por trabalho ou estudo, nem a duração dos percursos ou os meios de transportes utilizados, o dado censitário, enfocando os deslocamentos para trabalho e/ou estudo que possuem uma regularidade maior na vida quotidiana, permite identificar os principais fluxos populacionais em uma região (OJIMA; SILVA; PEREIRA, 2007).

2. Movimentos pendulares no Brasil

2.1. Quadro geral dos movimentos

No Brasil, em 2000, aproximadamente 2/3 da população trabalhavam ou estudavam, ou realizavam ambas as atividades, envolvendo 111,2 milhões de pessoas. A maior parcela dessas pessoas (93,4%) exercia essas atividades no próprio município de residência.

Entretanto, havia um importante contingente, envolvendo 7,4 milhões de pessoas, que necessitava dirigir-se a outro município brasileiro ou a outro país para trabalhar e/ou estudar. Mais importante, os fluxos associados a este tipo de deslocamento se concentravam nas principais aglomerações urbanas do País.

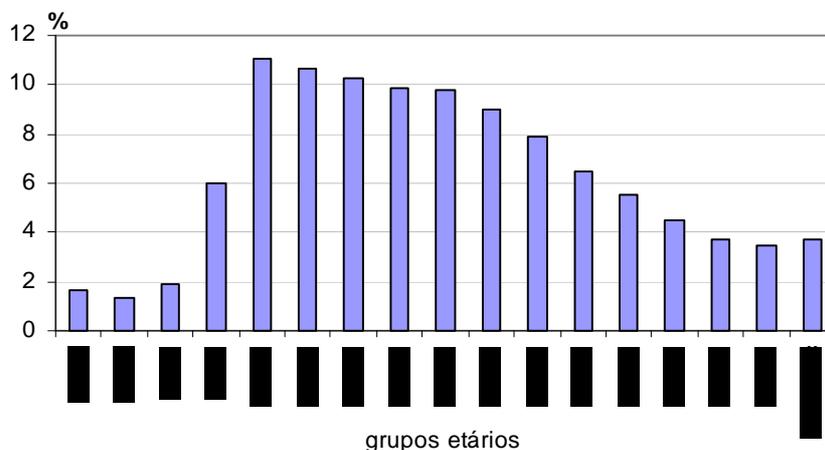
Considerando-se o conjunto desses deslocamentos no País, observa-se que os mesmos são realizados, majoritariamente, por homens (63,4%) e por pessoas de 25 a 59 anos (61,5%) – tabela 2.1. Especificamente em relação aos diversos grupos etários, em três deles (20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos) mais de 10% das pessoas que trabalhavam e/ou estudavam dirigiam-se para outra localidade diferente da de residência (gráfico 2.1).

TABELA 2.1 – NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAVAM E/OU ESTUDAVAM EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO – BRASIL - 2000

SEXO / GRUPOS DE IDADE	NÚMERO DE PESSOAS	
	abs.	%
Total	7.403.362	100,0
Homens	4.694.950	63,4
Mulheres	2.708.412	36,6
0 a 14 anos	563.801	7,6
15 a 24 anos	2.133.546	28,8
25 a 59 anos	4.554.845	61,5
60 anos ou mais	151.171	2,0

FONTE: IBGE: Censo Demográfico, 2000

GRÁFICO 2.1 – PERCENTUAL, EM CADA GRUPO ETÁRIO, DE PESSOAS QUE, PARA TRABALHAR E/OU ESTUDAR, DIRIGEM-SE A OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO – BRASIL - 2000



FONTE: IBGE: Censo Demográfico, 2000

Dada sua característica de mobilidade predominantemente entre municípios próximos, a maior parcela dos fluxos ocorre dentro das próprias Unidades da Federação. Os fluxos interestaduais representam apenas 9,1% do total, e aqueles para outros países não representam nem 1% (tabela 2.2). Isto não significa que, em escala local, esses fluxos não tenham importância, pois podem expressar importantes trocas estabelecidas entre divisas interestaduais ou fronteiras internacionais.

TIPO DE FLUXO	NÚMERO DE PESSOAS	
	abs.	%
Total *	7.403.456	100,0
Intraestadual	6.655.263	89,9
Interestadual	671.872	9,1
Brasil não especificado	24.366	0,3
Outros países	51.955	0,7

FONTE: IBGE: Censo Demográfico, 2000

Nota: * Há pequena diferença em relação ao total apresentado na tabela 1.1, extraído de arquivo disponível na página do IBGE. O total que consta desta tabela foi obtido via tabulação dos microdados do Censo.

Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul concentram quase 2/3 do total de fluxos pendulares observados no País; São Paulo sozinho responde por 29,2% desse total (tabela 2.3). O Paraná ocupa a quinta posição, com cerca de 435 mil pessoas envolvidas neste tipo de

deslocamento; além disso, é destino para quase 34 mil pessoas que se deslocam de outros Estados.

TABELA 2.3 – TIPOS DE FLUXOS PENDULARES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2000

UNIDADE	TOTAL DE PESSOAS QUE TRABALHAM E/OU ESTUDAM	COMO ORIGEM					COMO DESTINO
		Total	Intra estadual	Outros Estados	Brasil s/ especific.	Outros países	
Acre	348.980	3.142	2.158	360	25	599	851
Alagoas	1.727.494	58.739	47.097	10.825	759	58	4.871
Amapá	315.623	9.514	4.313	4.616	11	574	1.857
Amazonas	1.725.972	9.369	6.729	1.397	164	1.080	4.068
Bahia	8.566.920	276.587	218.533	53.084	3.802	1.168	21.814
Ceará	4.909.788	158.319	142.998	13.765	1.223	333	8.726
Distrito Federal	1.451.875	6.950	0	6.411	279	260	146.222
Espírito Santo	2.099.572	215.992	195.398	19.637	111	845	9.318
Goiás	3.348.344	323.310	165.829	155.297	1.123	1.060	17.915
Maranhão	3.737.509	126.464	84.830	40.048	1.069	517	9.656
Mato Grosso	1.682.934	57.042	49.805	5.784	975	478	14.832
Mato Grosso do Sul	1.375.581	35.602	23.221	7.984	256	4.140	9.999
Minas Gerais	11.678.672	779.088	678.512	93.499	2.928	4.149	50.309
Pará	4.013.194	145.206	133.989	8.926	1.595	696	18.014
Paraíba	2.192.811	127.012	100.156	25.900	732	224	12.245
Paraná	6.382.033	435.309	373.495	44.730	419	16.666	33.672
Pernambuco	4.919.867	420.754	393.504	24.719	2.112	419	23.810
Piauí	1.898.944	46.327	31.939	14.052	316	20	23.220
Rio de Janeiro	9.186.799	980.166	955.628	21.656	812	2.071	57.091
Rio Grande do Norte	1.767.739	104.352	94.733	8.978	390	251	7.873
Rio Grande do Sul	6.817.838	542.756	523.721	12.847	529	5.657	12.218
Rondônia	906.067	11.193	7.192	3.066	210	725	2.146
Roraima	229.046	2.715	1.945	425	0	345	859
Santa Catarina	3.721.223	263.109	234.646	25.773	1.206	1.484	20.757
São Paulo	24.222.032	2.161.870	2.096.592	54.321	2.999	7.959	145.823
Sergipe	1.170.453	81.381	74.348	6.653	287	94	6.139
Tocantins	757.312	21.187	13.952	7.120	32	83	7.568
Total	111.154.622	7.403.455	6.655.263	671.873	24.364	51.955	671.873

FONTE: IBGE-Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

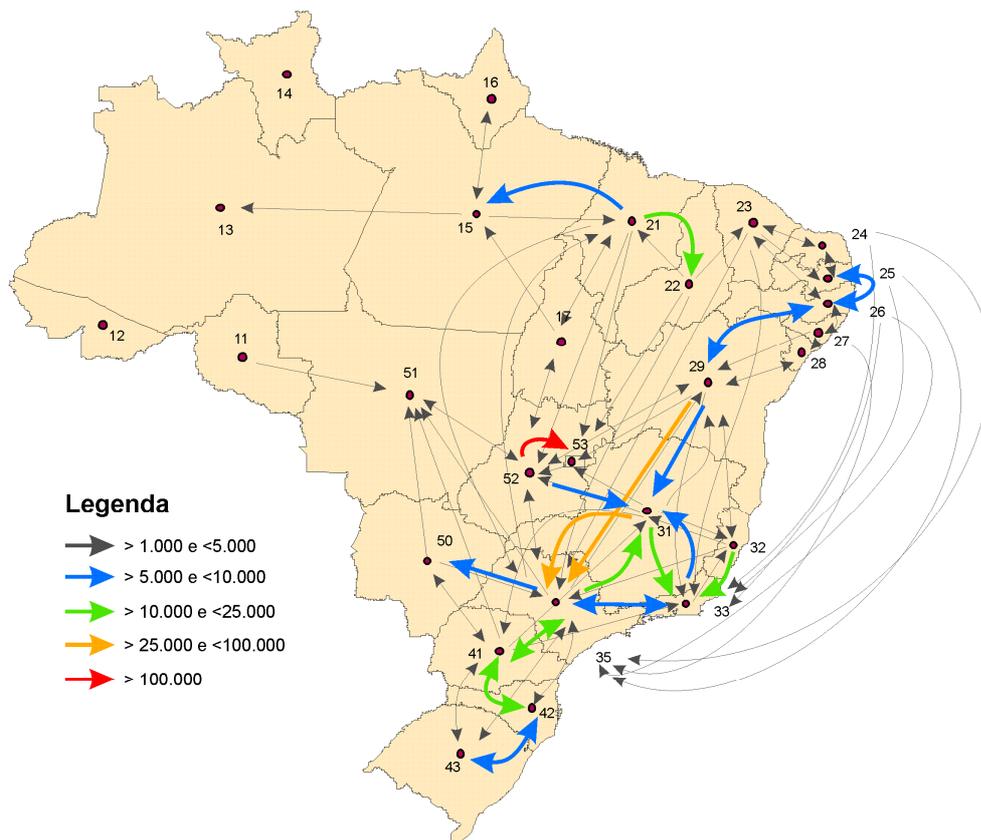
NOTA: Inclusive os destinos não especificados.

Quando se observam os tipos de fluxos constatam-se várias particularidades que merecem destaque. Em relação aos movimentos com destino para outros países, chama atenção o Paraná concentrar quase um terço desse tipo de fluxo. Além disso, o fato de São Paulo e Rio Grande do Sul aparecerem, na seqüência, com os maiores fluxos desse tipo, revela uma forte conexão fronteiriça desses três estados com alguns países do Cone Sul, majoritariamente o Paraguai.

Quando se consideram as trocas interestaduais, quatro Estados se destacam por dar origem aos maiores fluxos (acima de 50 mil pessoas) com destino para outros estados: Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Bahia (mapa 2.1; ver tabela 2.3). Também quatro Estados se destacam como principais receptores de fluxos oriundos de outras UFs: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas

Gerais. Nessas duas situações, o conjunto de Estados destacados concentra mais da metade dos fluxos interestaduais no País.

MAPA 2.1 – MOVIMENTO PENDULAR: PRINCIPAIS FLUXOS INTERESTADUAIS – BRASIL - 2000



FONTE: IBGE – Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)
ELABORAÇÃO: Autores.

Cabe destacar que alguns Estados, apesar de apresentarem fluxos menores, têm nas trocas pendulares interestaduais parcela expressiva (acima de 30%) do total de fluxos registrados, quer como origem, quer como destino. Entre esses, destacam-se Amapá, Amazonas, Roraima e Tocantins.

Há ainda Estados em que, além da elevada participação no total, esse tipo de fluxo envolve expressivos contingentes populacionais, com importantes trocas entre si, como é o caso do Distrito Federal/Goiás e Maranhão/Piauí.

No Brasil, 7.403.456 pessoas deixam o município de residência para trabalho e/ou estudo, ou ambos, em outro município, em fluxos de origem (ou saída). Desses, 72,1% o fazem apenas para trabalho. Os fluxos de destino (ou de chegada) correspondem a 7.030.250 pessoas, das quais 72,6% em função de trabalho.

Entre as unidades da federação (UFs), os fluxos de maiores volumes de população ocorrem em São Paulo, tanto em origem quanto destino (tabela 2.4).

TABELA 2.4 - PESSOAS QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR E PROPORÇÃO SOBRE O TOTAL DE PESSOAS QUE ESTUDAM E/OU TRABALHAM NO MUNICÍPIO - BRASIL - 2000

UF	FLUXOS DE ORIGEM (SAÍDA)				FLUXOS DE DESTINO (CHEGADA)			
	Trabalho, estudo ou ambos	% sobre total pop. que trabalha e/ou estuda ou ambos	Só trabalha	% sobre total pop. que só trabalha	Trabalho, estudo ou ambos	% sobre total pop. que trabalha e/ou estuda ou ambos	Só trabalha	% sobre total pop. que só trabalha
SP	2.161.870	9,03	1.627.382	12,36	2.146.295	8,96	1.643.892	12,49
RJ	980.166	10,77	780.664	15,79	962.910	10,58	769.964	15,57
MG	779.088	6,73	548.979	8,79	702.044	6,07	489.754	7,84
RS	542.756	8,01	385.834	9,69	517.418	7,64	371.279	9,33
PR	435.309	6,89	313.702	9,00	391.462	6,20	276.366	7,93
PE	420.754	8,65	295.855	13,05	400.064	8,22	278.038	12,26
GO	323.310	9,77	235.661	13,44	177.416	5,36	121.715	6,94
BA	276.587	3,28	182.825	4,80	230.215	2,73	152.519	4,00
SC	263.109	7,14	173.908	8,48	245.784	6,67	163.289	7,96
ES	215.992	10,38	153.572	13,49	196.891	9,46	143.163	12,58
CE	158.319	3,27	103.272	4,86	146.348	3,02	95.611	4,50
PA	145.206	3,68	93.640	5,32	146.653	3,72	98.610	5,61
PB	127.012	5,84	81.253	7,99	108.229	4,97	65.520	6,45
MA	126.464	3,45	74.626	4,69	91.677	2,50	51.137	3,21
RN	104.352	5,97	65.337	8,42	98.628	5,64	61.107	7,87
SE	81.381	7,03	54.207	10,40	77.541	6,70	49.722	9,54
AL	58.739	3,45	36.780	4,92	49.312	2,90	30.477	4,08
MT	57.042	3,45	37.955	4,44	61.258	3,71	44.072	5,15
PI	46.327	2,47	22.903	2,71	52.946	2,82	26.417	3,13
MS	35.602	2,62	21.332	2,91	31.248	2,30	20.525	2,80
TO	21.187	2,85	11.359	3,45	20.237	2,72	11.412	3,47
RO	11.193	1,26	6.262	1,34	8.874	1,00	5.473	1,17
AP	9.514	3,08	6.799	5,70	5.764	1,86	3.916	3,28
AM	9.369	0,56	4.964	0,67	9.380	0,56	6.079	0,83
DF	6.950	0,48	4.209	0,59	146.222	10,17	115.111	16,24
AC	3.142	0,92	1.826	1,19	2.874	0,84	1.722	1,12
RR	2.715	1,21	1.823	1,90	2.562	1,15	1.885	1,96
BRASIL	7.403.456	6,74	5.326.928	9,44	7.030.250	6,40	5.098.776	9,04

FONTE: IBGE

Dos fluxos de origem para trabalho e/ou estudo, constatam-se no Rio de Janeiro e no Espírito Santo as maiores proporções (superiores a 10%) sobre o total da população que trabalha e/ou estuda nessas UFs (no total do País é 6,7%); analisados os fluxos de origem só para trabalho (no País, proporcionais a 9,4%), o Rio de Janeiro continua com a maior proporção (15,8%) em relação ao total das pessoas que só trabalham, seguido do Espírito Santo (13,5%), Goiás, Pernambuco, São Paulo e Sergipe, todos com fluxos superiores a 10%. Dos fluxos de destino, o Distrito Federal e o Rio de Janeiro são as únicas UFs com proporção pouco superior a 10% quanto à população que chega em relação ao total da população que trabalha e/ou estuda no município de destino (para o Brasil é de 6,4%). Observando chegadas só para o trabalho (9% do total da população

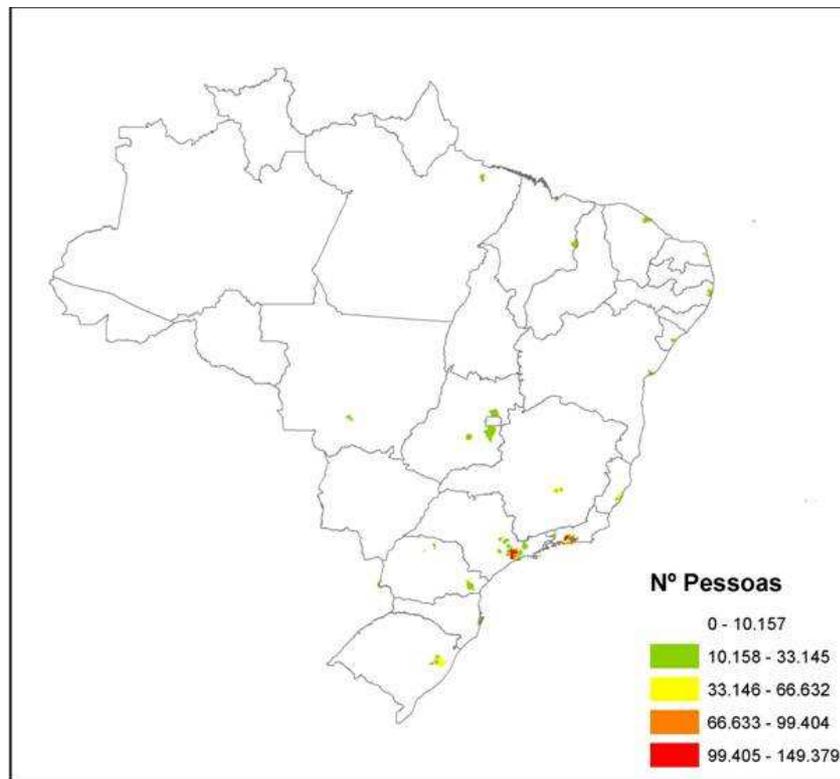
do Brasil que só trabalha), o Distrito Federal recebe um fluxo proporcional a 16,2% do total de sua população que só trabalha, seguido do Rio de Janeiro (15,6%), Espírito Santo, São Paulo e Pernambuco, com proporções próximas a 12%.

De modo geral, Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentam movimentos expressivos, sejam de origem ou de destino, sejam para trabalho e/ou estudo ou só para trabalho, São Paulo e Pernambuco possuem os mais elevados fluxos só para trabalho, sejam de origem ou de destino, e o Distrito Federal apresenta números muito elevados nos fluxos de destino, nas duas condições.

Medindo as diferenças entre volumes de origem e de destino, obtém-se mais indicativos de dinâmicas interestaduais, apontando UFs receptoras ou evasoras. Estabelecido o índice dessa diferença, que para o Brasil é 1,04, tem-se como a principal unidade receptora para trabalho e/ou estudo o Distrito Federal (índice de 0,04). Mato Grosso, Piauí e Pará também apresentam uma relação que pende para maior recepção (índices 0,9); os maiores evasores são Goiás (índice 1,8), que, pela proximidade geográfica, sugere fluxos para o DF, Amapá e Maranhão, caso que também sugere fluxos para o Piauí, dada a aglomeração interestadual de Teresina/Timon. Nas demais UFs predominam índices mais equilibrados (próximos a 1). Considerando fluxos só para trabalho, o comportamento se repete, mas aparecem com índices próximos a 0,9 (receptores) as UFs São Paulo, Amazonas e Roraima.

A espacialização dos fluxos segundo os municípios brasileiros deixa nítidas as áreas onde a movimentação é mais expressiva. Para tanto, foram classificados pelo método de análise de agrupamentos, os municípios com os maiores volumes de fluxos de origem para trabalho e/ou estudo, e aparecem bastante concentrados em torno das capitais de estados e Distrito Federal. Os conjuntos mais expandidos e envolvendo um maior número de municípios são as aglomerações de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, seguidas pelas de Porto Alegre e Curitiba. Nessas, há grandes volumes de pessoas se movimentando para trabalho e/ou estudo em outro município (mapa 2.2).

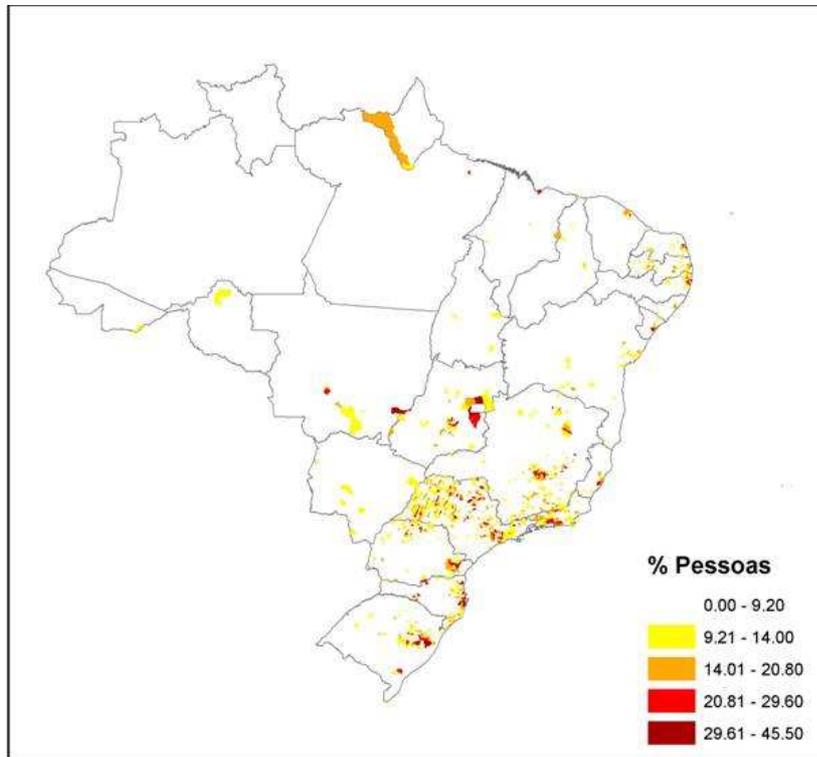
MAPA 2.2 – FLUXOS PARA TRABALHO E/OU ESTUDO (ORIGEM) – BRASIL 2000



FONTE: IBGE

A situação referente a proporções de pessoas que saem dos municípios onde residem para trabalho e/ou estudo em outro município delineia um quadro distinto. Além de ampliar a extensão das áreas dos entornos das capitais e das principais aglomerações urbanas, neste caso correspondentes às maiores proporções de deslocamento relativo, aponta outras porções do território com dinâmicas expressivas, particularmente o Oeste do Estado de São Paulo, Norte do Paraná e o Leste de Santa Catarina, além de pequenas manchas que se pontuam nos demais estados brasileiros. Colocam em evidência uma situação que merece ser investigada: as dinâmicas que induzem a movimentos de saída, fundamentalmente para trabalho não estão restritas a atividades urbanas, embora se vinculem nitidamente a essas, dado que os municípios com as maiores proporções são os localizados em regiões industrializadas e de serviços, mas podem estar correspondendo também a atividades ligadas à base agropecuária, como se verifica em porções do Centro-Oeste, Norte e Nordeste brasileiros, assim como o interior paulista e Norte paranaense (mapa 2.3). A espacialização dos movimentos só para trabalho reproduz comportamento muito similar.

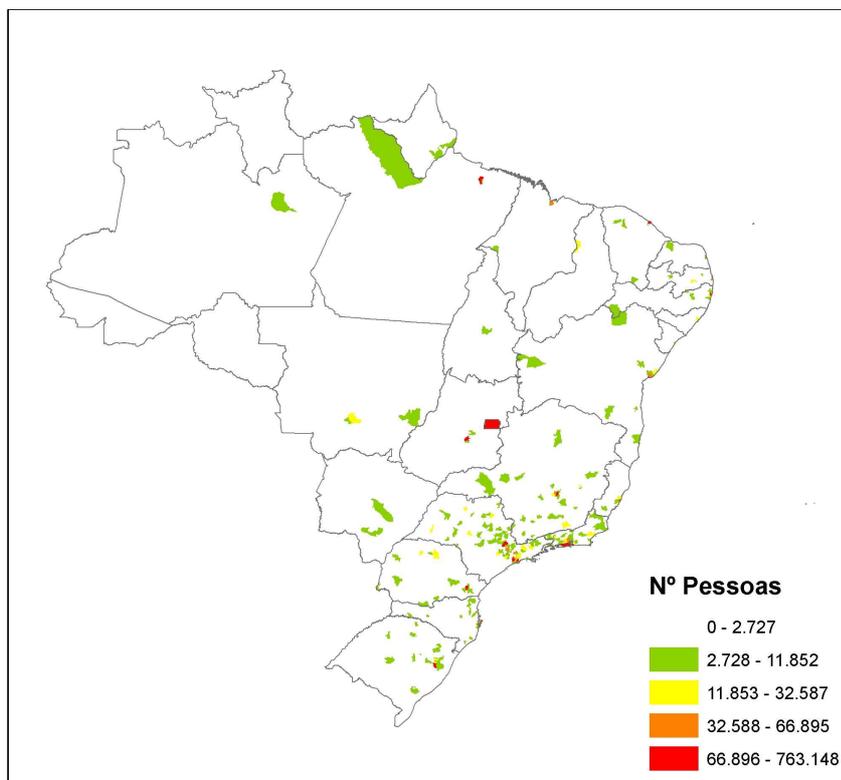
MAPA 2.3 – PROPORÇÃO DOS FLUXOS PARA TRABALHO E/OU ESTUDO SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO QUE TRABALHA E/OU ESTUDA (ORIGEM) – BRASIL 2000



FONTE: IBGE

Quanto aos fluxos de destino, o resultado espacial mostra a força das principais centralidades como receptoras e ressalta uma mancha ampliada de grande extensão, conjugando municípios receptores de volumes elevados de população para trabalho e/ou estudo no entorno das aglomerações de São Paulo, incluindo áreas de aglomerações próximas, e do Rio de Janeiro (mapa 2.4).

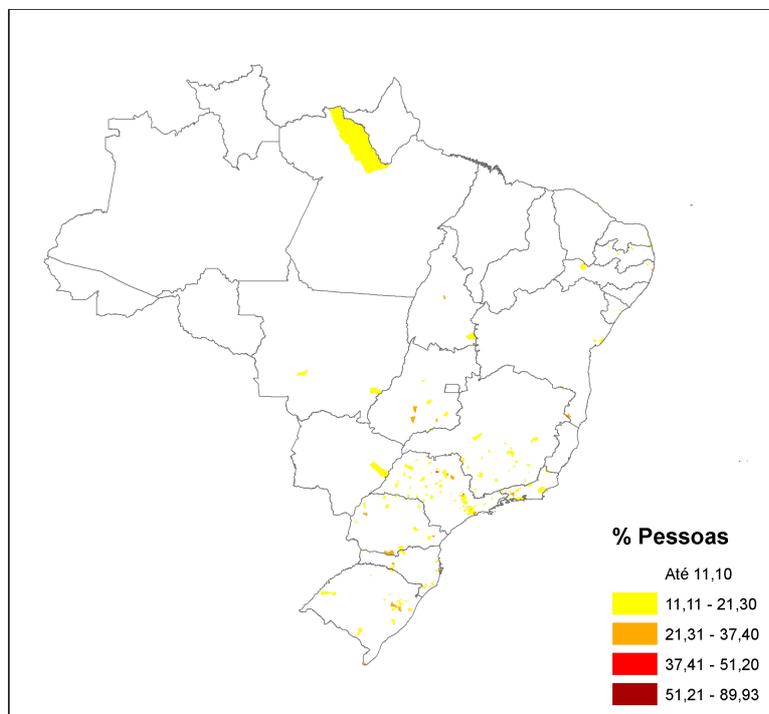
MAPA 2.4 – FLUXOS PARA TRABALHO E/OU ESTUDO (DESTINO) – BRASIL 2000



FONTE: IBGE

Com relação aos valores relativos, são poucos os municípios brasileiros com proporções de pessoas que chegam para trabalho e/ou estudo superiores a 10% do total da população que trabalha e/ou estuda e reside no próprio município (mapa 2.5).

MAPA 2.5 – PROPORÇÃO DOS FLUXOS PARA TRABALHO E/OU ESTUDO SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO QUE TRABALHA E/OU ESTUDA (DESTINO) – BRASIL 2000



FONTE: IBGE

As análises revelaram uma intensa dinâmica de fluxos em determinadas porções do território, com algumas particularidades:

(i) dinâmicas complexas, as quais ocorrem em grande número de municípios com movimentos intensos a moderados de entrada e saída: muito nítidas no Estado de São Paulo, no qual esse município compõe o *core* de um aglomerado que se estende e amplia o contorno da metrópole principal, aglutinando outras metrópoles e aglomerações das proximidades, nos vetores norte, noroeste e Vale do Paraíba; nítidas também no entorno da aglomeração metropolitana do Rio de Janeiro, compondo uma auréola extensa; assim como no aglomerado do entorno de Porto Alegre, de Curitiba e de Belo Horizonte, estendendo-se a aglomerações urbanas vizinhas; e com menos diversidade dos tipos de fluxos, na extensão do aglomerado Distrito Federal/Goiânia, tendo o DF como o grande receptor;

(ii) extensões contínuas de fluxos a partir de morfologias com dinâmicas complexas, em alguns casos estendendo-se tentacularmente a partir de aglomerações metropolitanas ao longo do sistema viário principal, como em São Paulo, nos eixos das rodovias para o interior e principalmente na Via Dutra; também percebidas a partir da aglomeração metropolitana do Rio de Janeiro, que se estende nos eixos Rio de Janeiro/Belo Horizonte; Rio de Janeiro/Vitória; e em menor escala, no eixo Salvador/Feira de Santana;

(iii) lineareamentos de fluxos intensos de evasão e recepção, intercalando aglomerações metropolitanas, como no Nordeste, em relação às aglomerações de Recife, João Pessoa e Natal; e no Sul, no eixo da BR 101, no Estado de Santa Catarina, com vários municípios articulando espacialmente as aglomerações de Joinville, Itajaí, Blumenau, Florianópolis e Criciúma, e outros centros ao longo do traçado;

(iv) aglomerados singulares nos entornos da grande maioria das demais capitais de estados;

(v) conjugação de municípios receptores (pólos regionais) e evasores em ampla extensão no interior do País, e mais particularmente no interior do Estado de São Paulo e Norte/Noroeste do Paraná, configurando um espraiamento difuso, sem características de aglomerações;

(vi) movimentos expressivos, porém esparsos, entre municípios dispersos no território.

Essas morfologias, identificadas a partir da espacialização dos fluxos dos movimentos pendulares, remetem a espaços complexos que podem se tornar objeto de estudos específicos.

3. Movimentos pendulares na Região Sul

3.1. Metropolização e concentração na Região Sul

3.1.1. Urbanização e formação de aglomerados

Nas últimas três décadas, sobretudo a partir do final dos anos 1970, alterações substanciais nas relações produtivas e na esfera do trabalho marcaram a configuração do território sulino. Uma singular morfologia espacial expressa-se na reorganização da rede urbana que se, por um lado, mantém a estrutura original de centralidades, com forte articulação em torno dos pólos metropolitanos e centros regionais, por outro traz, como fenômeno emergente a configuração de aglomerações urbanas e a consolidação de pequenos centros sub-regionais no interior dos estados, demonstrando a extensão espacial e o avanço do processo de urbanização (MOURA e SANTOS, 2006).

Essas morfologias de aglomeração se consolidaram com base na dinâmica fortemente concentradora da urbanização e do movimento populacional no território. O adensamento das atividades de produção e dos serviços, nessas aglomerações, impulsionou intensos fluxos de pessoas e mercadorias entre os municípios, seja para o desempenho de funções que se complementam, seja como resultado da dissociação entre o local de moradia e o local de trabalho, condicionada em grande medida pela ação do mercado de terras. Fluxos que guardam relação quanto ao tamanho, periodicidade e extensão, com o grau de concentração, natureza da atividade e infra-estrutura disponível em cada aglomeração.

Entre os estados sulinos, no período 1960 a 1970, o Paraná foi o que apresentou a maior intensidade de crescimento populacional, com taxa na ordem de 4,86% a.a.; entre 1970 e 1980 apresenta um declínio abrupto para taxas inferiores a 1% a.a., mostrando sinais de recuperação apenas a partir de 1991 (1,40% a.a. entre 1991 e 2000); o Rio Grande do Sul também tem declínio continuado do crescimento da população, que passa de 2,13% a.a., entre 1960 e 1970, para 1,23% a.a. entre 1991 e 2000; Santa Catarina mostra reduções mais fracas, garantindo taxas acima de 2% a.a. nessas décadas, com inflexão apenas entre 1991-2000, com crescimento de 1,87% a.a, um pouco acima do ritmo de crescimento nacional, 1,2% (tabela 3.1).

TABELA 3.1 - POPULAÇÃO TOTAL, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL – ESTADOS, REGIÃO SUL E BRASIL - 1960/2000

INDICADORES	PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL	REGIÃO SUL	BRASIL
População total 2000	9.563.458	5.356.360	10.187.798	25.107.616	169.799.170
Taxa cresc. geom. anual pop. total					
1960-1970	4,86	3,1	2,13	3,37	2,8
1970-1980	0,97	2,23	1,54	1,43	2,5
1980-1991	0,93	2,04	1,47	1,37	1,9
1991-2000	1,4	1,87	1,23	1,43	1,6
1960-2000	2	2,3	1,6	1,9	2,2
Grau de urbanização					
1960	30,8	32,3	44,8	37,6	45,1
1970	36,1	42,9	53,3	44,3	55,9
1980	58,6	59,4	67,6	62,4	67,6
1991	73,4	70,6	76,6	74,1	75,6
2000	81,4	78,7	81,6	80,9	81,2

FONTE: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000

O processo de urbanização do Brasil, com forte intensidade já na passagem dos anos 1960 para 1970, somente se estendeu pela Região Sul a partir dos anos 1980. Até então, apenas o Rio Grande do Sul apresentava uma população urbana superior à rural. Embora os dados atuais do crescimento populacional apresentem relativa desaceleração no processo de urbanização dos estados do Sul, o intenso ritmo e a horizontalidade com que a urbanização se realizou marcaram o movimento transformador das últimas décadas. No ano 2000, Paraná e Rio Grande do Sul equiparam-se, apresentando graus de urbanização próximos a 81%; Santa Catarina, experimentou um processo de urbanização um pouco mais moderado, partindo de um grau de urbanização de 42,9%, já elevado em 1970, para 78,7% em 2000.

A horizontalidade do processo de urbanização, comum aos três estados, é mais perceptível no Paraná, onde apenas 29,07% dos municípios, no ano 2000, tinham mais que metade da população vivendo em áreas rurais, enquanto o mesmo ocorre em mais de 50% dos municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

No contraponto, um elevado número de municípios perdeu população nos estados da Região Sul desde os anos 1970, apontando para um processo inconcluso de mudanças na distribuição da população no território, dado que, ainda entre 1991-2000, 511 municípios tiveram crescimento negativo de população.

No caso das aglomerações urbanas, além da formação de manchas contínuas com intenso dinamismo no crescimento da população, essas áreas agregam municípios com elevadas bases populacionais, agravando os efeitos do crescimento e compondo extensões de alta densidade e elevada mobilidade de pessoas e mercadorias. Nos anos 1970, a Região Sul possuía 24 municípios com população urbana superior a 50 mil habitantes, distribuídos com certa distância geográfica, desenhando uma rede de cidades relativamente equilibrada, estruturada nos pólos regionais, mas já apontando dois centros metropolitanos: Curitiba e Porto Alegre. Estes 24 municípios concentravam 47,77% da população urbana do Sul e correspondiam a 3,35% da malha municipal de então.

Ano a ano, novos municípios foram atingindo esse tamanho de população urbana, aglutinando-se, particularmente, no entorno dos pólos metropolitanos de Curitiba e Porto Alegre, neste caso com destaque para a aglomeração urbana de Caxias do Sul, nas porções norte central do Paraná – aglomerações de Londrina e Maringá – , em todo o Leste de Santa Catarina e Vale do Itajaí – configurando as aglomerações de Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis, Tubarão e Criciúma –, e em menor escala, no entorno das demais aglomerações urbanas. No ano 2000, chegaram a um total de 76 municípios (6,56% do total) com mais de 50 mil habitantes urbanos, que abrigam 62,98% da população urbana sulina.

3.1.2. Concentração da riqueza

Da mesma forma que a população, a riqueza também se distribuiu no território sulino criando áreas de concentração. Tomando por base as unidades institucionalizadas como regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, estas unidades, e particularmente os pólos, respondem pela maior parte da geração de riqueza regional.¹ É o que revela a distribuição do PIB municipal (tabela 3. 2).

¹ Essas RMs foram revogadas em 2008 por lei estadual, mas optou-se por mantê-las como recorde de estudo, dado que as informações correspondem ao seu período de vigência.

TABELA 3.2 – PARTICIPAÇÃO NO PIB E NO TOTAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO, SEGUNDO UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS – REGIÃO SUL- 2000 E 2005

UNIDADES	PIB 2002			PIB 2005			POPULAÇÃO 2007
	Indústria	Serviços	PIB total	Indústria	Serviços	PIB total	
Curitiba	15,30	28,03	23,20	16,69	27,64	23,55	17,48
Demais RMC	24,04	13,71	16,02	25,25	13,80	16,86	13,37
RM Curitiba	39,34	41,74	39,22	41,94	41,43	40,41	30,85
Londrina	3,90	6,15	4,94	3,63	6,09	4,91	4,84
Demais RM Londrina	2,34	2,00	2,05	2,29	2,01	2,01	2,37
RM Londrina	6,24	8,14	6,99	5,92	8,10	6,92	7,21
Maringá	2,46	4,24	3,43	2,57	4,45	3,63	3,17
Demais RM Maringá	0,71	1,20	1,10	0,88	1,23	1,12	2,12
RM Maringá	3,16	5,44	4,54	3,45	5,67	4,75	5,29
PARANÁ METROPOLITANO	48,7	55,3	50,7	51,3	55,2	52,1	43,4
PARANÁ – DEMAIS MUNICÍPIOS	51,25	44,67	49,26	48,69	44,79	47,92	56,65
PARANÁ	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
UNIDADES	PIB 2002			PIB 2005			POPULAÇÃO 2007
	Indústria	Serviços	PIB total	Indústria	Serviços	PIB total	
AEM da RM Carbonífera	0,83	0,42	0,55	0,80	0,40	0,53	0,61
Criciúma	3,03	2,81	2,68	2,70	2,72	2,53	3,16
Demais NM Carbonífera	3,11	1,42	2,01	3,24	1,50	2,13	2,21
NM da RM Carbonífera	6,13	4,23	4,69	5,94	4,22	4,66	5,38
RM Carbonífera	6,96	4,65	5,23	6,74	4,62	5,19	5,99
AEM da RM da Foz do Rio Itajaí	0,38	1,06	0,73	0,45	1,08	0,78	1,25
Itajaí	2,82	6,47	5,28	2,83	8,19	6,18	2,78
Demais NM Foz do Itajaí	1,18	3,02	2,11	1,25	3,09	2,18	3,77
NM da RM da Foz do Rio Itajaí	4,00	9,50	7,39	4,08	11,28	8,35	6,55
RM Foz do Itajaí	4,38	10,55	8,13	4,54	12,36	9,14	7,80
AEM da RM de Florianópolis	1,33	1,30	1,40	1,41	1,27	1,39	2,13
Florianópolis	2,19	11,10	7,94	2,36	10,24	7,34	6,76
Demais NM Florianópolis	3,09	6,54	5,08	3,32	6,89	5,39	7,14
NM da RM de Florianópolis	5,28	17,64	13,01	5,67	17,13	12,73	13,90
RM Florianópolis	6,61	18,94	14,41	7,08	18,40	14,12	16,03
AEM da RM de Tubarão	2,07	2,45	2,48	2,02	2,32	2,46	3,71
Tubarão	1,23	1,57	1,35	1,20	1,51	1,30	1,58
Demais NM Tubarão	0,16	0,29	0,23	0,14	0,28	0,21	0,52
NM da RM de Tubarão	1,39	1,87	1,58	1,34	1,78	1,52	2,10
RM Tubarão	3,46	4,31	4,05	3,36	4,10	3,98	5,80
AEM da RM Norte/Nordeste Cat.	13,83	10,04	11,19	15,47	9,96	11,65	8,73
Joinville	13,72	9,90	10,37	14,55	9,74	10,73	8,30
Demais NM Norte/Nordeste	0,16	0,20	0,18	0,23	0,23	0,22	0,36
NM da RM do Norte/Nordeste Cat.	13,89	10,10	10,55	14,77	9,97	10,95	8,66
RM Norte/Nordeste	27,72	20,13	21,73	30,25	19,94	22,60	17,40
AEM da RM do Vale do Itajaí	4,25	2,81	3,12	4,24	2,69	3,12	3,18
Blumenau	7,54	7,44	6,92	6,82	6,84	6,47	4,99
Demais NM Vale do Itajaí	4,52	2,51	3,11	4,57	2,45	3,12	2,71
NM da RM do Vale do Itajaí	12,06	9,95	10,03	11,40	9,29	9,59	7,70
RM Vale do Itajaí	16,31	12,76	13,16	15,63	11,98	12,71	10,88
SANTA CATARINA METROP.	65,44	71,35	66,72	67,59	71,40	67,73	63,89
SANTA CATARINA – DEMAIS MUN.	34,56	28,65	33,28	32,41	28,60	32,27	36,11
SANTA CATARINA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

UNIDADES	PIB 2002			PIB 2005			POPULAÇÃO 2007
	Indústria	Serviços	PIB total	Indústria	Serviços	PIB total	
Litoral Norte	0,13	0,32	0,24	0,15	0,35	0,27	0,37
Demais AU Litoral Norte	0,53	1,56	1,16	0,59	1,66	1,24	2,15
AU Litoral Norte	0,67	1,88	1,40	0,74	2,01	1,51	2,52
Caxias do Sul	6,98	4,93	5,20	8,15	5,12	5,83	3,77
Demais AU Nordeste	4,70	2,72	3,35	4,57	2,80	3,48	2,51
AU Nordeste	11,68	7,64	8,55	12,72	7,91	9,31	6,28
Porto Alegre	9,16	26,49	19,94	8,84	25,62	19,38	13,42
Demais RM Porto Alegre	40,36	22,27	25,98	41,12	23,31	28,31	23,99
RM Porto Alegre	49,53	48,75	45,92	49,96	48,94	47,69	37,42
Pelotas	1,44	2,47	1,93	1,27	2,34	1,83	3,21
Rio Grande	3,16	1,96	2,41	2,14	1,74	1,83	1,84
Demais AU Sul	0,24	0,20	0,23	0,28	0,22	0,25	0,48
AU Sul	4,85	4,63	4,56	3,69	4,30	3,91	5,53
RIO GRANDE DO SUL METROP.	66,73	62,90	60,43	67,10	63,16	62,43	51,75
RIO GRANDE DO SUL – DEMAIS MUN.	33,27	37,10	39,57	32,90	36,84	37,57	48,25
RIO GRANDE DO SUL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE – PIB Municipal e Contagem da População; Legislações estaduais

RM – Região Metropolitana

AU – Aglomeração Urbana

AEM – Área de Expansão Metropolitana

NM – Núcleo Metropolitano

No Paraná, as RMs de Curitiba, de Londrina e de Maringá concentravam 52,1% do PIB gerado no Estado, em 2005 (50,7% em 2002), e 43,4% da população em 2007. No caso do PIB da indústria, essa concentração é pouco menor (51,3% em 2005, tendo aumentado dos 48,7% de 2002), enquanto nos serviços, significativamente maior (55,2% em 2005, reproduzindo a participação de 2002). Os municípios que mais contribuem nessa concentração são Curitiba (com 23,5% do total do PIB do Estado, em 2005), seguida dos municípios da RMC, particularmente Araucária, onde se localiza a refinaria da Petrobras, e São José dos Pinhais, sede do pólo automotivo. Percebe-se um adensamento de fluxos de circulação de mercadorias, medidos no valor adicionado fiscal (IPARDES, 2005), não só no entorno metropolitano de Curitiba, como numa porção extensa envolvendo as aglomerações urbanas de Londrina e de Maringá e um conjunto de municípios que se situam entre as mesmas. Uma terceira área no Paraná que registra intenso fluxo econômico envolvendo significativo conjunto de municípios situa-se no Oeste do Estado e acompanha as BR 277 e BR 467, compondo dois eixos em nítida articulação espacial, tendo Cascavel como vértice e numa das pontas a aglomeração transfronteiriça de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este/Puerto Iguaçu, e na outra, Marechal Cândido Rondon/Guaíra (IPARDES, 2008). Este último conjunto, apesar de inúmeros projetos propondo sua institucionalização como Região Metropolitana, ainda não se constitui em uma unidade institucionalizada. Tais proposições optando por criação de RM são em certa medida impróprias, já que na porção verificam-se apenas ocorrências de aglomerações urbanas de natureza não-metropolitana.

No Rio Grande do Sul, as unidades institucionalizadas como RM e AU concentram ainda mais que no Paraná; ou seja, 62,4% do total do PIB do Estado, em 2005, (60,4% em 2002) é gerado por essas unidades, que abrigam com 51,8% da

população. Essa concentração é ainda maior no PIB da indústria, quando alcança 67,1% em 2005 (elevando-se dos 66,7% em 2002), e significativa também no de serviços, com 63,2% do total setorial em 2005. Porto Alegre divide grande parte dessa concentração com outros municípios da aglomeração metropolitana, como Canoas e Triunfo, assim como com Caxias do Sul, na AU do Nordeste.

A aglomeração urbana Pelotas/Rio Grande, segundo Soares (2006), mesmo numa conjuntura de relativa “estagnação econômica” e com taxa de crescimento populacional relativamente baixo em comparação com outras concentrações urbanas do Estado, continua exercendo importante papel de pólo econômico e de atração de fluxos migratórios de centros urbanos menores e das zonas rurais de entorno. Santa Cruz do Sul, parte da área perimetropolitana da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), não institucionalizada como aglomeração urbana, segundo Silveira (2007) é o principal centro urbano regional do Vale do Rio Pardo e onde também se concentram as principais instalações de equipamentos ligados a produção do fumo. Existe uma distribuição espacial do trabalho industrial de processamento de fumo e de fabricação de cigarro entre as cidades da região, concentrada em Santa Cruz do Sul, seguida de Venâncio Aires e de Vera Cruz.

É importante enfatizar que para os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul os municípios que mais respondem pela geração de riqueza localizam-se em proximidade física, tendo a maior concentração no entorno das RMs principais, formando complexos urbanos ou eixos intensamente urbanizados (ALONSO, 2004; IPARDES, 2000). Em Santa Catarina, relativamente ao Paraná e Rio Grande do Sul, observa-se uma maior distribuição espacial entre os municípios geradores de riqueza, estando a RM de Florianópolis – única no Estado considerada de natureza metropolitana (OBSERVATÓRIO, 2005) – na segunda posição em termos de população e PIB e com participação muito próxima às demais aglomerações. Mesmo com maior equilíbrio relativo, verifica-se concentração da população e riqueza nas porções Nordeste e Vale do Itajaí. Entretanto, é sensível o crescimento do fluxo entre os municípios dessas porções do Estado.

A RM do Norte/Nordeste Catarinense respondia pela maior participação entre as unidades (22,6%, elevando-se dos 21,7% de 2002), com a maior contribuição advinda de Joinville, seguida de Jaraguá do Sul e outros municípios de sua Área de Expansão Metropolitana. Nessa RM estão concentrados 17,4% dos habitantes de Santa Catarina em 2007. A RM de Florianópolis é a segunda em participação no PIB (14,1% em 2005 e 14,4% em 2002) e na população (16%), com a maior contribuição percebida em Florianópolis, seguida de São José e outros municípios do Núcleo Metropolitano. A RM do Vale do Itajaí contribui com 12,7% da geração do PIB em 2005 (decaindo dos 13,1% em 2002) e 10,9% da população. As demais unidades têm contribuição mais modesta: RM Foz do Itajaí, 9,2% do PIB, em 2005, e 7,8% da população em 2007; RM Carbonífera, 5,2% do PIB e 6% da população em 2007; e RM de Tubarão, com 4% do PIB e 5,8% da população.

No PIB industrial, a maior contribuição vem de Joinville e dos municípios da Área de Expansão da RM Norte/Nordeste Catarinense, que, numa dinâmica

ascendente, respondia por 30,2% do PIB catarinense em 2005, seguida pela RM do Vale do Itajaí, com leve declínio, contribuindo com 15,6% em 2005, proveniente em maior parte de Blumenau e outros municípios do Núcleo Metropolitano. Nos serviços, também a RM Norte/Nordeste respondia pela maior parcela (19,9% em 2005, baixando de 20,1% em 2002); a RM de Florianópolis, por 18,4%, com mais de 10 pontos percentuais provenientes de Florianópolis; a RM da Foz do Itajaí, que em movimento crescente salta de 10,5% em 2002, para 12,4% em 2005, com grande contribuição da atividade portuária de Itajaí; e a RM do Vale do Itajaí, com 11,9% procedentes de Blumenau e de outros municípios do Núcleo Metropolitano.

Essas áreas de concentração da população e da riqueza desenham as espacialidades nas quais os movimentos pendulares da população se desenvolvem com maior intensidade.

4. Os movimentos pendulares nos Estados do Sul

4.1. Rio Grande do Sul

4.1.1. Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul

Situando, no quadro nacional, a taxa de mobilidade pendular da população que trabalha ou estuda no Rio Grande do Sul, verifica-se que ela ficava, em 2000, em quarto lugar entre os estados do País. Eram 542.200 pessoas que desenvolviam atividades em município diferente do de residência, representando 8% desse conjunto. No Brasil, 7,4 milhões de pessoas trabalhavam ou estudavam fora do município de residência – correspondendo a 6,7%. Quando consideramos as regiões metropolitanas brasileiras, esse percentual sobe para 10,6%. Na RMPA, esse fenômeno é ainda mais significativo, pois nada menos que 14,8% da população se deslocava para trabalhar ou estudar naquele ano (tabela 4.1.1).

TABELA 4.1.1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR DESLOCAMENTO DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA PARA TRABALHO OU ESTUDO, BRASIL, RIO GRANDE DO SUL, REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, RMPA EXCETO PORTO ALEGRE E PORTO ALEGRE - 2000

RESIDÊNCIA	TOTAL*	TRABALHA E/OU ESTUDA NO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	TRABALHA E/OU ESTUDA EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO		NÃO TRABALHA NEM ESTUDA	
			População	Percentual em relação aos que trabalham ou estudam		
Brasil	População	169.872.856	103.775.627	7.403.362	6,7	58.693.867
	%	100,00	61,09	4,36		34,55
Regiões Metropolitanas do Brasil	População	65.068.352	38.256.936	4.531.565	10,6	22.279.853
	%	100,00	58,79	6,96		34,24
Rio Grande do Sul	População	10.187.842	6.275.606	542.217	8,0	3.369.465
	%	100,00	61,60	5,32		33,07
Região Metropolitana de Porto Alegre	População	3.708.746	2.066.889	359.534	14,8	1.282.081
	%	100,00	55,73	9,69		34,57
Região Metropolitana de Porto Alegre (exceto Porto Alegre)	População	2.348.156	1.178.521	332.629	22,0	836.782
	%	100,00	50,19	14,17		35,64
Porto Alegre	População	1.360.590	888.368	26.905	2,9	445.299
	%	100,00	65,29	1,98		32,73

FONTE: Censo Demográfico de 2000

* Inclusive Brasil sem especificação

Embora a informação levantada pelo Censo não separe os fluxos entre trabalho ou estudo, examinando a condição de trabalho e ou estudo das pessoas em mobilidade, observamos que o percentual de pessoas que só trabalhavam é muito elevado. Entre a população em mobilidade pendular no RS, 7,11% só trabalhavam, sendo que na RMPA o percentual foi de 78,2%. Isso significa que uma parcela relevante da população passa a maior parte do da sua jornada cotidiana fora do município onde reside (tabela 4.1.2).

TABELA 4.1.2 - POPULAÇÃO RESIDENTE QUE TRABALHAM OU ESTUDAM EM OUTRO MUNICÍPIO, POR CONDIÇÃO E LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO, RIO GRANDE DO SUL – 2000

LOCAL DE RESIDÊNCIA	CONDIÇÃO DE TRABALHO OU ESTUDO	LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO					
		TOTAL	RMPOA		UFRS exceto RMPOA	Outras UFs ou País	
			TOTAL	Porto Alegre			RMPOA exceto Porto Alegre
Rio Grande do Sul	Total	542.756	363.914	213.408	150.506	142.412	36.430
	Pessoas que não estudam, apenas trabalham	385.834	277.907	172.661	105.246	86.028	21.898
	Percentual de pessoas que apenas trabalham	71,1	76,4	80,9	69,9	60,4	60,1
RMPOA	Total	359.775	332.445	195.938	136.507	11.689	15.641
	Pessoas que não estudam, apenas trabalham	279.146	260.043	162.919	97.124	9.625	9.478
	Percentual de pessoas que apenas trabalham	77,6	78,2	83,1	71,1	82,3	60,6
Porto Alegre	Total	26.923	21.648	-	21.648	2.370	2.905
	Pessoas que não estudam, apenas trabalham	17.573	13.786	-	13.786	1.874	1.913
	Percentual de pessoas que apenas trabalham	65,3	63,7	-	63,7	79,0	65,9
RMPOA exceto Porto Alegre	Total	332.852	310.797	195.938	114.859	9.319	12.736
	Pessoas que não estudam, apenas trabalham	261.573	246.257	162.919	83.338	7.751	7.565
	Percentual de pessoas que apenas trabalham	78,6	79,2	83,1	72,6	83,2	59,4
UFRS exceto RMPOA	Total	182.980	31.468	17.469	13.999	130.723	20.789
	Pessoas que não estudam, apenas trabalham	106.688	17.864	9.742	8.122	76.403	12.421
	Percentual de pessoas que apenas trabalham	58,3	56,8	55,8	58,0	58,4	59,7

FONTE: IBGE. Censo demográfico 2000: microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003

A mobilidade pendular no Estado é bastante elevada ao se comparar com a das demais unidades da federação, constituindo-se, sobretudo, em uma questão importante no contexto das relações de troca, tanto entre as aglomerações urbanas como no seu interior. A grande maioria dos fluxos tem caráter intra-estadual, sendo que a Região Metropolitana de Porto Alegre é o destino majoritário para os movimentos pendulares no RS.

Ao observarmos a atratividade no nível municipal, Porto Alegre desponta como grande força centrípeta para a pendularidade no Estado, com um saldo positivo entre entradas e saídas muito superior ao dos outros municípios. Além da capital, integravam, em 2000, a classificação dos maiores saldos, superiores a 1000 pessoas, Novo Hamburgo, município da RMPA, que se constitui em pólo para as localidades ao norte da região; Caxias do Sul e Pelotas, cidades mais importantes das aglomerações do Nordeste e do Sul; Triunfo, município metropolitano que sedia o pólo petroquímico do estado; Igrejinha, que faz parte do complexo coureiro-calçadista instalado no norte da RMPA; Santa Maria, Passo Fundo, Ijuí e Erechim, centros médios importantes do Estado; Santa Cruz do Sul e Lajeado, que fazem parte do conjunto que estamos chamando de perimetropolitano; e por fim Gramado, cidade da serra gaúcha que, por seus atrativos naturais, se desenvolveu como ponto turístico importante (tabela 4.1.3).

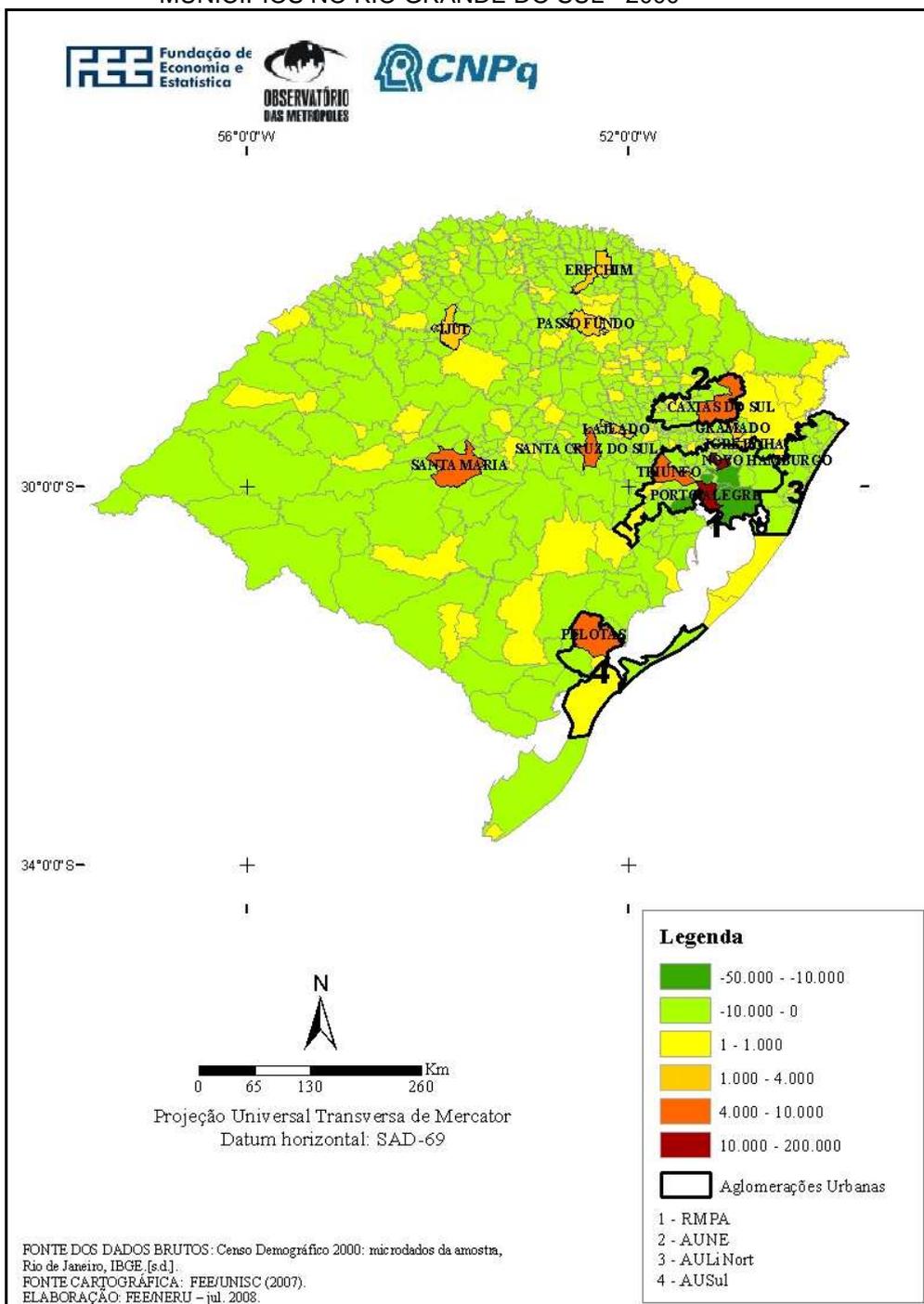
TABELA 4.1.3 - PRINCIPAIS FLUXOS PENDULARES MUNICIPAIS, CLASSIFICADOS POR VOLUME DE SALDO TOTAL, DO RIO GRANDE DO SUL — 2000

MUNICÍPIO	TOTAL			ACRESCIMO
	Entradas	Saídas	Saldo	POPULACIONAL %
1 Porto Alegre	213.408	24.017	189.391	20,69
2 Novo Hamburgo	23.768	12.496	11.272	7,06
3 Santa Maria	9.711	2.566	7.145	4,47
4 Pelotas	8.684	2.870	5.814	2,87
5 Santa Cruz do Sul	6.394	1.466	4.928	6,48
6 Triunfo	5.046	751	4.295	29,88
7 Caxias do Sul	6.979	2.786	4.193	1,66
8 Passo Fundo	4.421	1.704	2.717	2,43
9 Lajeado	5.129	2.727	2.402	5,01
10 Ijuí	3.086	1.031	2.055	3,84
11 Gramado	2.275	640	1.635	7,69
12 Erechim	2.663	1.137	1.526	2,49
13 Igrejinha	2.233	935	1.298	6,47
14 Cruz Alta	2.068	1.072	996	2,15
15 Santa Rosa	1.825	837	988	2,22
16 Chuí	940	42	898	25,23
17 Rio Grande	2.059	1.235	824	0,73
18 Bento Gonçalves	2.424	1.610	814	1,23
19 Teutônia	1.337	561	776	4,46
20 Santo Ângelo	1.908	1.223	685	1,34
21 São Sebastião do Caí	1.544	896	648	4,94
22 Candiota	698	73	625	12,56

FONTE: Censo Demográfico de 2000. Micro Dados da Amostra. Rio de Janeiro, IBGE, 2003

No outro lado da atratividade, na origem dos fluxos para trabalho e estudo, encontram-se municípios localizados fundamentalmente na RMPA. São configurações bastante diferenciadas que vão desde tradicionais “dormitórios”, e esta é a situação de Viamão e Alvorada que tiveram os maiores saldos negativos, até municípios com dinamismo econômico como Gravataí, onde está a sede do complexo automotivo da GM, e Canoas, cujo PIB está entre os maiores do Estado. Além das unidades metropolitanas, devemos mencionar os casos de Capão do Leão, antigo distrito de Pelotas, pólo do aglomerado urbano do Sul, e Santana do Livramento, cidade importante da fronteira gaúcha com o Uruguai. Ambas perderam nas trocas dos movimentos pendulares (mapa 4.1.1).

MAPA 4.1.1 - SALDO DOS MOVIMENTOS PENDULARES, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO RIO GRANDE DO SUL - 2000



A grande maioria dos fluxos (96,49%) teve caráter intra-estadual, destacando-se a Região Metropolitana de Porto Alegre que foi destino para 67,07% de todos os deslocamentos com essa finalidade. Assim, vemos que os municípios da metrópole gaúcha acolheram, no ano 2000, nada menos que 364.013 pessoas

para exercerem suas atividades ou freqüentarem instituições de ensino (tabelas 4.1.4 e 4.1.5). Os fluxos do RS para fora de seu território não são muito significativos: outros estados da federação receberam apenas 2,47% e os países estrangeiros 1,04%. Eles aumentam, no entanto, de relevo quando originados em algumas aglomerações urbanas, mais especificamente na do Litoral Norte, onde alcançaram 7,16% dos fluxos, e na do Sul, onde seu significado foi de quase 6% (tabela 4.1.4).

TABELA 4.1.4 - POPULAÇÃO QUE TRABALHA OU ESTUDA EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO, POR AGLOMERADO URBANO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO, RIO GRANDE DO SUL - 2000

LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO	AGLOMERADO URBANO DE RESIDÊNCIA						
	TOTAL	RMPA	AUNE	AUSul	AULINort	PERIMPA	FORA DO AU
Total	548.413	361.666	12.579	10.001	12.285	38.268	113.614
Outro país	5.656	492	49	132	17	46	4.920
Uruguai	3.905	29	20	21	-	-	3.835
Demais países	1.751	463	29	111	17	46	1.085
Outra UF	13.382	4.067	432	564	879	586	6.854
Outro município do RS	523.719	356.615	12.049	9.173	11.372	37.590	96.920
RMPA	364.013	333.554	2.784	931	2.921	9.861	13.962
AUNE	14.216	1.111	7.613	47	129	2.687	2.629
AUSul	11.399	322	47	6.418	49	72	4.491
AULINort	8.345	1.456	75	13	6.481	68	252
PERIMPA	32.801	5.577	722	11	107	19.958	6.426
FORA DO AU	75.549	3.436	356	1.307	485	3.606	66.359
RS sem especificação	17.396	11.159	452	446	1.200	1.338	2.801

FONTE dos dados brutos: Censo 2000, microdados da amostra

TABELA 4.1.5 - POPULAÇÃO QUE TRABALHA OU ESTUDA EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO, POR AGLOMERADO URBANO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO, RIO GRANDE DO SUL - 2000

LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO	AGLOMERADO URBANO DE RESIDÊNCIA						
	TOTAL	RMPA	AUNE	AUSul	AULINort	PERIMPA	FORA DO AU
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Outro país	1,04	0,14	0,39	1,34	0,14	0,12	4,53
Outra UF	2,47	1,13	3,45	5,71	7,16	1,53	6,31
Outro município do RS	96,49	98,74	96,16	92,95	92,70	98,35	89,17
RMPA	67,07	92,35	22,22	9,43	23,81	25,79	12,84
AUNE	2,62	0,31	60,76	0,48	1,05	7,03	2,42
AUSul	2,10	0,09	0,38	65,03	0,40	0,19	4,13
AULINort	1,54	0,40	0,60	0,13	52,82	0,18	0,23
PERIMPA	6,04	1,54	5,76	0,11	0,87	52,21	5,91
FORA DO AU	13,92	0,95	2,84	13,24	3,95	9,43	61,05
RS sem especificação	3,21	3,09	3,61	4,52	9,78	3,50	2,58

FONTE dos dados brutos: Censo 2000, microdados da amostra

Os municípios localizados fora das aglomerações se destacaram por enviar população para estudar e/ou trabalhar não só em outros estados, como em outros

países, sendo que o Uruguai aparece como o mais procurado. Foram cerca de cinco mil pessoas que se deslocaram de seu município de residência para trabalhar ou estudar em outro país, representando 4,53% (tabela 4.1.5). Somente para o Uruguai, houve 3.905 deslocamentos (tabela 4.1.4). A situação de fronteira certamente favorece esses últimos movimentos. Dentre as unidades da federação, Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro são as direções mais freqüentes, sendo interessante salientar a polaridade de São Paulo. O Rio Grande do Sul recebeu fluxos pendulares majoritariamente desses mesmos estados, porém ficando com saldo positivo somente no caso do Paraná (tabelas 4.1.6 e 4.1.7).

TABELA 4.1.6 - POPULAÇÃO EM MOBILIDADE PENDULAR, POR AGLOMERADOS URBANOS DE ORIGEM, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, RIO GRANDE DO SUL, 2000

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	AGLOMERADO URBANO DE ORIGEM						
	TOTAL	RMPA	AUNE	AUSul	AULINort	PERIMPA	FORA DO AU
RO	27	14	-	-	-	4	9
AC	59	20	-	-	-	-	39
AM	46	18	-	-	11	-	17
RR	35	10	-	-	-	-	25
PA	95	41	10	-	-	-	44
TO	23	18	-	-	-	-	5
MA	80	29	8	-	-	-	43
PI	129	48	11	-	13	-	57
CE	165	71	-	36	4	8	46
RN	9	-	-	-	-	-	9
PB	20	-	-	-	-	-	20
PE	71	20	-	-	-	-	51
AL	-	-	-	-	-	-	-
SE	41	11	-	-	-	7	23
BA	304	137	-	9	23	-	135
MG	405	87	-	5	11	40	262
ES	32	-	-	-	-	13	19
RJ	810	262	24	146	15	65	298
SP	2.533	1.224	110	106	26	116	951
PR	1.868	992	35	28	-	82	731
SC	5.329	647	179	161	733	182	3.427
RS	523.716	356.613	12.048	9.174	11.371	37.589	96.921
MS	155	37	26	30	-	-	62
MT	340	37	21	19	-	21	242
GO	96	-	-	-	-	-	96
DF	172	102	-	23	-	10	37

FONTE dos dados brutos: Censo 2000, microdados da amostra

TABELA 4.1.7 - POPULAÇÃO EM MOBILIDADE PENDULAR, POR AGLOMERADOS URBANOS DE DESTINO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, RIO GRANDE DO SUL, 2000

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	AGLOMERADO URBANO DE ORIGEM						FORA DO AU
	TOTAL	RMPA	AUNE	AUSul	AULINort	PERIMPA	
RO	56	19	-	-	-	-	37
AC	-	-	-	-	-	-	-
AM	13	-	-	13	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-
PA	87	24	-	-	22	-	41
TO	-	-	-	-	-	-	-
MA	235	66	4	-	14	7	144
PI	78	26	-	14	-	-	38
CE	53	41	-	-	-	-	12
RN	160	140	-	11	-	5	4
PB	186	65	26	-	10	6	79
PE	190	75	44	-	4	8	59
AL	84	39	-	-	-	10	35
SE	58	40	9	-	-	-	9
BA	319	190	24	-	-	21	84
MG	447	137	28	20	16	48	198
ES	113	62	5	5	-	28	13
RJ	218	69	42	11	12	24	60
SP	1.117	256	72	50	-	50	689
PR	2.036	653	126	168	12	97	980
SC	5.118	1.767	420	390	641	105	1.795
RS	506.325	364.014	14.216	11.398	8.345	32.804	75.548
MS	110	37	-	-	8	-	65
MT	153	33	-	9	-	2	109
GO	195	66	8	20	-	-	101
DF	68	-	-	-	-	-	68

FONTE dos dados brutos: Censo 2000, microdados da amostra

Os movimentos intra-aglomerados são sempre majoritários no Estado, facilitados pelas distâncias menores: significam 92,35% na RMPA, 65,03% na AUSul, 60,76% na AUNE, 52,82% na AULINort e 52,21% na área perimetropolitana de Porto Alegre (PERIMPA), indicando que é forte a integração entre os municípios que conformam essas aglomerações. A Região Metropolitana, não obstante, tendo em vista constituir-se como a maior concentração econômica do RS, destaca-se com a mais elevada incidência de fluxos internos, sendo, portanto, o destino prioritário para os municípios que a integram. Além disso, a região aparece como destino para fluxos originados em outras aglomerações: 22,22% dos movimentos da AUNE, 23,81% da AULINort e 25,79% da PERIMPA (ver tabela 4.1.5).

Claro está também que essas aglomerações ficam relativamente próximas da RMPA e são bastante acessíveis pela rede de vias existente. Porém, mesmo para aqueles municípios que estão fora de aglomerações, a RMPA funciona como destino para 12,84% dos que se deslocam para trabalhar ou estudar, evidenciando que a polaridade da região é muito forte, aparecendo também como atração sobre a aglomeração urbana do Sul, cujo pólo, Pelotas, se localiza a 249 km de Porto Alegre, centro metropolitano.

Examinando os números relativos à população ocupada em mobilidade, constatamos que, com relação à estrutura ocupacional, as categorias médias, se tomadas em conjunto, são os principais sujeitos na mobilidade pendular no RS. Não importa a aglomeração urbana, elas se destacam com altas taxas de mobilidade. Na RMPA, além das camadas médias, os trabalhadores da indústria, especialmente os do segmento moderno, e os trabalhadores do terciário não especializado — prestadores de serviços e empregados domésticos —, apresentam as maiores taxas de mobilidade. Já nas outras aglomerações, especialmente na AUNE e na AUSul o diferencial fica com uma mobilidade elevada das elites (tabela 4.1.8).

TABELA 4.1.8 – TAXA DE MOBILIDADE PENDULAR DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO O AGLOMERADO URBANO DE RESIDÊNCIA, POR CATEGORIAS OCUPACIONAIS, RIO GRANDE DO SUL – 2000

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	AGLOMERADO URBANO DE RESIDÊNCIA						
	Total	RMPA	AUNE	AUSul	AULINort	PERIMPA	Fora do AU
TOTAL	9,90	20,28	3,05	3,83	8,84	8,60	3,58
Agricultores	1,57	6,14	0,75	1,91	2,63	1,82	1,33
Grandes Empregadores	9,35	13,74	5,57	1,73	16,61	9,58	4,16
Dirigentes do Setor Público	8,89	15,37	8,11	3,62	8,45	11,40	4,10
Dirigentes do Setor Privado	9,67	16,42	1,51	14,87	8,46	9,86	3,18
Pequenos Empregadores	6,76	11,05	2,21	3,26	9,30	6,62	3,73
Ocupações Artísticas e Similares	9,34	14,27	3,22	3,50	15,36	10,08	5,60
Profissionais Autônomos de Nível Superior	5,52	7,49	3,51	1,13	10,42	7,24	3,05
Profissionais Empregados de Nível Superior	16,66	20,53	5,69	8,58	18,15	18,17	10,71
Profissionais Estatutários de Nível Superior	11,91	14,98	3,25	7,42	18,52	12,95	9,10
Professores de Nível Superior	10,31	15,69	4,03	3,91	17,87	13,59	6,74
Ocupações de Escritório	14,79	23,62	3,80	3,26	14,27	11,42	5,73
Ocupações de Supervisão	17,03	25,22	6,82	5,96	17,94	15,81	7,51
Ocupações Técnicas	16,68	24,73	4,31	6,25	14,90	16,86	7,24
Ocupações Médias da Saúde e Educação	12,20	21,72	3,68	4,52	14,12	10,21	5,39
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	16,65	24,39	6,94	7,09	24,02	24,56	11,56
Trabalhadores do Comércio	9,43	17,89	2,52	2,84	7,75	8,79	3,38
Prestadores de Serviços Especializados	11,59	20,48	1,79	3,00	8,05	7,87	3,61
Prestadores de Serviços Não Especializados	11,93	23,25	1,77	3,43	7,29	6,35	2,17
Trabalhadores da Indústria Moderna	15,13	28,65	3,14	3,14	7,52	13,21	4,74
Trabalhadores da Indústria Tradicional	9,93	15,03	2,33	3,67	7,63	9,95	4,64
Operários dos Serviços Auxiliares	13,11	24,85	4,52	4,09	12,05	13,65	5,64
Operários da Construção Civil	11,63	20,80	3,32	6,06	9,11	10,80	5,56
Trabalhadores Domésticos	10,12	22,79	1,30	3,96	6,67	6,15	2,80
Ambulantes e Biscateiros	7,13	12,98	1,92	3,07	7,04	6,17	2,33

FONTE dos dados brutos: Censo 2000, microdados da amostra

Na análise dos saldos dos deslocamentos nos aglomerados observa-se que, em termos de volumes, esses movimentos envolveram principalmente camadas operárias e populares e segmentos das categorias médias. A RMPA concentrou a atração sobre esses movimentos, ficando com o maior saldo das trocas. A AUNE aparece também com resultado positivo, porém bastante inferior. Já nas demais aglomerações os saldos da pendularidade foram negativos, apontando a centralidade do aglomerado metropolitano no RS (tabela 4.1.9).

TABELA 4.1.9 - SALDO DA MOBILIDADE PENDULAR DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO O AGLOMERADO URBANO, POR CATEGORIAS OCUPACIONAIS, RIO GRANDE DO SUL – 2000

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	AGLOMERADO URBANO					
	RMPA	AUNE	AUSul	AULINort	PERIMPA	FORA DO AU
TOTAL	10.210	3.438	-177	-1.398	-2.374	-9.702
Agricultores	-98	174	-82	-41	62	-15
Grandes Empregadores	-59	-52	-13	-25	84	66
Dirigentes do Setor Público	117	-28	10	-5	-16	-79
Dirigentes do Setor Privado	-33	21	-31	-6	46	0
Pequenos Empregadores	-93	-15	-79	-87	-76	349
Ocupações Artísticas e Similares	70	71	61	-18	47	-230
Profissionais Autônomos de Nível Superior	20	-20	-25	-9	8	24
Profissionais Empregados de Nível Superior	344	20	90	41	-145	-353
Profissionais Estatutários de Nível Superior	70	28	-27	-23	-47	-3
Professores de Nível Superior	54	90	13	-11	-126	-17
Ocupações de Escritório	1.334	71	122	-134	-417	-975
Ocupações de Supervisão	500	41	-72	-114	-127	-228
Ocupações Técnicas	920	313	-121	-146	-532	-434
Ocupações Médias da Saúde e Educação	345	55	-67	-22	46	-359
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	796	-30	-59	-147	-149	-411
Trabalhadores do Comércio	787	248	-15	-10	-249	-759
Prestadores de Serviços Especializados	573	204	40	-87	-25	-705
Prestadores de Serviços Não Especializados	243	20	10	25	-87	-210
Trabalhadores da Indústria Moderna	595	685	10	-5	-787	-498
Trabalhadores da Indústria Tradicional	-1.031	667	29	133	862	-661
Operários dos Serviços Auxiliares	1.079	365	45	-163	-438	-887
Operários da Construção Civil	2.553	373	10	-453	-186	-2.296
Trabalhadores Domésticos	962	86	24	-41	-70	-961
Ambulantes e Biscoiteiros	162	51	-50	-50	-52	-60

FONTE dos dados brutos: Censo 2000, microdados da amostra

Com o olhar voltado para os saldos da mobilidade pendular nos pólos regionais vê-se que a atratividade de Porto Alegre, capital do Estado e pólo metropolitano, é incomparável com a dos demais núcleos. As categorias ocupacionais envolvidas são em geral operárias e populares, à exceção dos trabalhadores de escritório, que, embora fazendo parte das camadas médias, constituem um conjunto “tradicional” de ocupações que se encontram em mudança tendo em vista a modernização e informatização dos processos de trabalho que afetam esse segmento (tabela 4.1.10).

Sobre a mobilidade para fora do Estado ressalta-se o perfil mais elitizado dos trabalhadores que se deslocam para São Paulo e a influência da situação de fronteira no caso do Uruguai: o perfil dos trabalhadores reflete, sobretudo, as situações das fronteiras urbanas, onde o comércio é a principal atividade, e das fronteiras rurais, onde as articulações, envolvidas na produção agrícola, muitas vezes extravasam os limites entre os países (tabela 4.1.11).

TABELA 4.1.10 - SALDO DA MOBILIDADE PENDULAR DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DE PORTO ALEGRE, NOVO HAMBURGO, CAXIAS DO SUL, PELOTAS E TRAMANDAÍ, POR CATEGORIAS OCUPACIONAIS, RIO GRANDE DO SUL – 2000

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	PORTO	NOVO	CAXIAS DO	PELOTAS	TRAMANDAÍ
	ALEGRE	HAMBURGO	SUL		
Agricultores	457	-14	143	-116	2
Grandes Empregadores	-76	-31	4	4	7
Dirigentes do Setor Público	418	22	-31	-4	0
Dirigentes do Setor Privado	-67	-24	22	-28	-4
Pequenos Empregadores	1.235	16	-20	-146	-5
Ocupações Artísticas e Similares	931	95	70	85	-31
Profissionais Autônomos de Nível Superior	235	100	-9	-12	-20
Profissionais Empregados de Nível Superior	1.547	160	9	65	21
Profissionais Estatutários de Nível Superior	67	12	19	-76	3
Professores de Nível Superior	-735	156	40	-18	69
Ocupações de Escritório	21.922	1.239	265	182	-43
Ocupações de Supervisão	6.584	593	127	-113	8
Ocupações Técnicas	10.565	933	298	-118	5
Ocupações Médias da Saúde e Educação	6.271	37	157	-75	88
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	3.371	5	-67	-37	-3
Trabalhadores do Comércio	15.321	792	274	377	22
Prestadores de Serviços Especializados	19.123	678	171	173	111
Prestadores de Serviços Não Especializados	12.523	557	77	196	-28
Trabalhadores da Indústria Moderna	12.114	1.333	816	110	-10
Trabalhadores da Indústria Tradicional	6.752	1.204	516	113	-17
Operários dos Serviços Auxiliares	10.967	451	266	185	-10
Operários da Construção Civil	17.276	448	374	490	37
Trabalhadores Domésticos	20.861	416	112	561	-1
Ambulantes e Biscateiros	4.822	21	40	60	-19
Total	172.484	9.199	3.673	1.858	182

FONTE dos dados brutos: Censo 2000, microdados da amostra

TABELA 4.1.11 - DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO RIO GRANDE DO SUL, TOTAL E QUE REALIZA MOVIMENTO PENDULAR SEGUNDO O DESTINO, 2000

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	TOTAL DE	DESTINO DO MOVIMENTO PENDULAR				
		RS	Outras Ufs	SP	Outros países	Uruguai
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultores	19,25	2,89	5,62	1,58	14,87	14,49
Grandes Empregadores	0,58	0,53	1,29	1,07	0,98	0,95
Dirigentes do Setor Público	0,27	0,22	1,33	0,39	0,29	0,40
Dirigentes do Setor Privado	0,27	0,24	0,82	1,54	0,90	0,73
Pequenos Empregadores	2,94	1,98	2,24	1,71	5,08	5,95
Ocupações Artísticas e Similares	1,04	0,93	2,67	3,81	1,77	1,24
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1,43	0,77	1,41	2,48	1,32	1,53
Profissionais Empregados de Nível Superior	1,58	2,58	5,46	9,76	2,33	2,34
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,50	0,58	1,52	0,69	0,19	0,26
Professores de Nível Superior	1,76	1,79	2,53	2,10	3,78	3,21
Ocupações de Escritório	6,51	9,91	3,79	3,34	3,44	3,58
Ocupações de Supervisão	3,07	5,21	7,37	9,76	6,61	6,28
Ocupações Técnicas	4,18	7,01	9,55	9,76	3,99	2,26
Ocupações Médias da Saúde e Educação	3,20	4,00	2,00	1,84	3,28	4,13
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,81	3,02	4,16	1,24	2,25	2,41
Trabalhadores do Comércio	7,79	7,41	7,06	3,77	8,54	10,11
Prestadores de Serviços Especializados	6,54	7,68	7,07	15,03	5,98	4,93
Trabalhadores da Indústria Moderna	3,60	4,43	1,63	0,60	1,32	1,68
Trabalhadores da Indústria Tradicional	5,34	8,18	7,15	6,12	7,14	8,80
Operários dos Serviços Auxiliares	7,43	7,58	3,37	1,24	3,62	4,38
Operários da Construção Civil	4,69	6,13	9,48	11,61	6,85	5,44
Prestadores de Serviços Não Especializados	6,84	8,05	7,55	5,91	8,04	8,91
Trabalhadores Domésticos	6,62	6,89	2,25	1,33	4,84	3,10
Ambulantes e Biscateiros	2,78	1,98	2,69	3,30	2,57	2,88

FONTE dos dados brutos: Censo 2000, microdados da amostra

4.1.2. Um foco sobre a mobilidade pendular na Região Metropolitana de Porto Alegre

Quando se comparam os perfis da população que trabalha ou estuda no próprio município e o da que se desloca para outro município, pode-se detectar diferenciais interessantes em algumas características. Em geral, os dados mostram que a população que trabalha ou estuda em outro município é mais masculina, mais velha e, apesar de ter menor instrução, possui uma renda média mais elevada. Contudo, quando se considera o perfil da população da RMPA que se desloca do município de residência para Porto Alegre, frente ao da que se desloca para os outros municípios da região, verifica-se que os que têm como destino a capital apresentam traços distintos. É uma população menos masculina do que a que sai para a periferia da Região Metropolitana e, apesar de a idade média ser mais elevada, possui menor escolaridade e menor rendimento médio. Tais características são condizentes às possibilidades mais amplas de absorção da mão-de-obra ocupada em serviços pouco qualificados pela capital, ficando as atividades industriais concentradas nos municípios periféricos (tabela 4.1.12).

TABELA 4.1.12 - PERFIL DA POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL QUE TRABALHA OU ESTUDA E DA POPULAÇÃO QUE SE DESLOCA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA PARA TRABALHAR OU ESTUDAR, POR LUGAR DE TRABALHO OU ESTUDO, REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - 2000

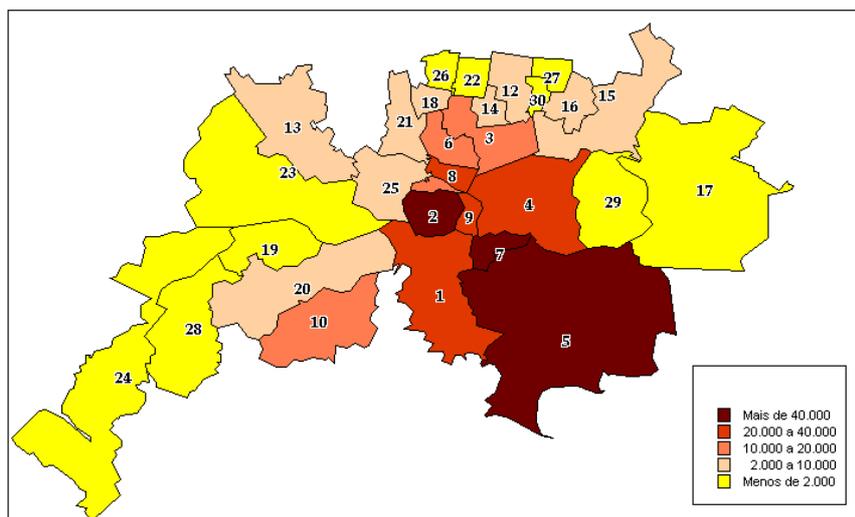
DESCRIÇÃO	Total	LOCAL DE DESLOCAMENTO PARA TABALHO OU ESTUDO						Trabalha ou estuda no próprio município	
		RMPA					UFRS exceto RMPA		Outros
		Total	ESTUDO						
			Total	Porto Alegre	RMPA exceto Porto Alegre				
Razão de sexo	122,2	154,7	155,0	140,4	179,4	199,4	123,1	117,4	
Idade Média	28,2	33,6	33,8	34,7	32,5	34,2	28,0	27,3	
Renda Média	3,9	4,6	4,5	4,1	5,1	6,1	5,0	3,8	
Média de anos de estudo	6,0	5,9	5,8	5,4	6,3	6,0	8,7	6,0	

FONTE dos Dados Brutos: Censo Demográfico de 2000, microdados da amostra

Assim, a dinâmica da mobilidade pendular da Região Metropolitana de Porto Alegre mostra a dependência de áreas menos dinâmicas em relação ao centro metropolitano. Ou seja, ela aponta a importância do dinamismo econômico na configuração dos deslocamentos, ao mostrar que o destino desses fluxos está concentrado nos municípios de Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo, mostrando que os municípios com volume significativo de população que se desloca para trabalhar ou estudar formam uma área contígua. Já naqueles mais distantes do núcleo, os volumes dos que saem são mais baixos. O destino desses movimentos pendulares, por sua vez, está concentrado tanto no município de Porto Alegre – que reúne grande parte do comércio e de serviços mais

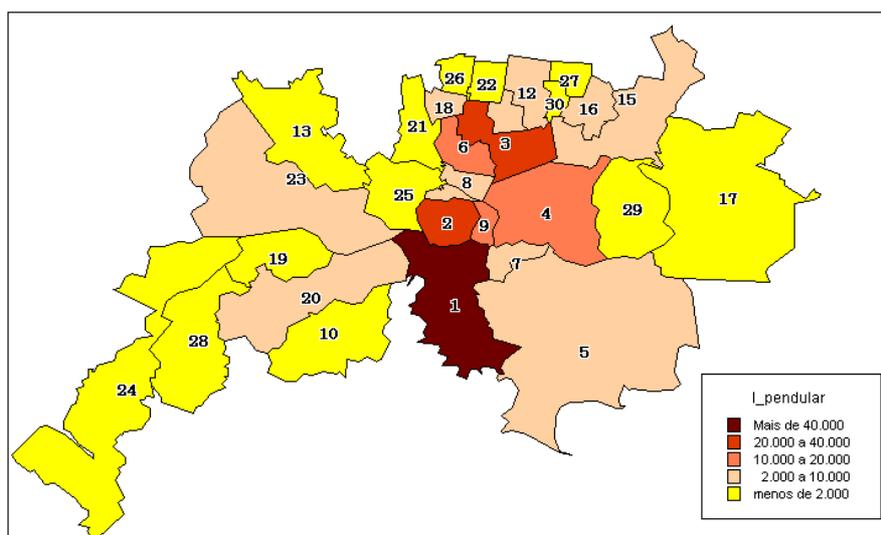
especializados – e nos de Canoas e Novo Hamburgo, que são centros industriais relevantes na região (ver tabela 4.1.12, figuras 4.1.1 e 4.1.2).

FIGURA 4.1.1 - POPULAÇÃO QUE SE DESLOCA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA PARA TRABALHAR OU ESTUDAR, POR LUGAR DE RESIDÊNCIA, REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – 2000



FONTE: Censo Demográfico de 2000, Micro Dados da Amostra

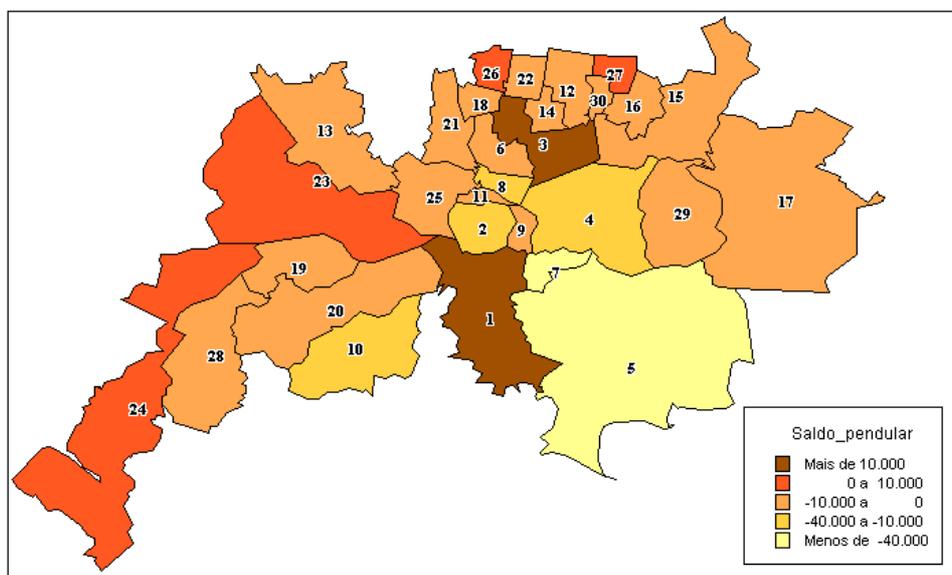
FIGURA 4.1.2 - POPULAÇÃO QUE SE DESLOCA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA PARA TRABALHAR OU ESTUDAR, POR LUGAR DE TRABALHO OU ESTUDO, REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – 2000



FONTE: Censo Demográfico de 2000, Micro Dados da Amostra

Quando se avaliam os saldos da mobilidade pendular, as diferenças são ainda mais contrastantes. Somente Porto Alegre e Novo Hamburgo possuem saldos nos fluxos pendulares superiores a 10 mil habitantes, sendo que a distância entre o resultado da capital — 188 mil pessoas —, e o de Novo Hamburgo — 10 mil — é abismal. Também é digno de nota o saldo de Triunfo — 4 mil pessoas — que foi o terceiro maior em volume (figura 4.1.3). Neste caso, devemos destacar a presença do Pólo Petroquímico, que utiliza trabalhadores residentes em outros municípios.

FIGURA 4.1.3 - TROCAS LÍQUIDAS NOS FLUXOS PENDULARES, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – 2000



FONTE: Censo Demográfico de 2000, Micro Dados da Amostra

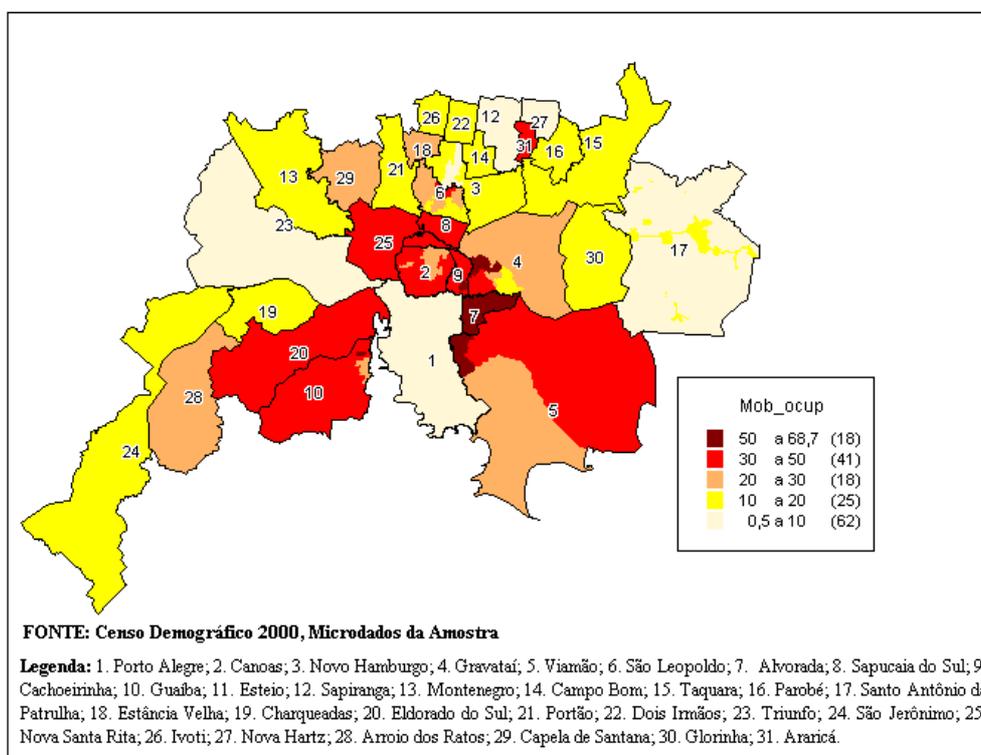
Examinando as taxas de mobilidade da população ocupada que somente trabalha, levando em consideração a tipologia social das AEDs, vemos que elas são mais significativas nas áreas dos tipos operário inferior (40,9%), popular (32,8%) e operário (29,6%) (tabela 4.1.13). Conforme mostra a figura 4.1.4, as maiores taxas de mobilidade da população ocupada estão nas AEDs limítrofes de Porto Alegre, localizadas nos municípios de Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí e Guaíba. Quando se analisa a localização das áreas com índice de deslocamento dos ocupados entre 30% e 50%, apesar da maior concentração no entorno de Porto Alegre, encontram-se AEDs em municípios mais distantes, como Araricá, São Leopoldo e Sapucaia do Sul.

TABELA 4.1.13 - TAXA DE MOBILIDADE PENDULAR DA POPULAÇÃO TOTAL, POR CONDIÇÃO DE TRABALHO OU ESTUDO, SEGUNDO TIPOS SÓCIO-ESPACIAIS, REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, 2000

TIPOS SOCIOESPACIAIS	TOTAL	PESSOAS QUE TRABALHAM OU ESTUDAM	PESSOAS QUE NÃO TRABALHAM, APENAS ESTUDAM	PESSOAS QUE NÃO ESTUDAM, APENAS TRABALHAM	PESSOAS QUE TRABALHAM E ESTUDAM
Total	9,7	14,8	5,9	20,3	5,7
Superior	2,9	4,0	3,6	4,3	2,7
Médio Superior	4,8	6,9	5,0	7,6	5,7
Médio	6,6	9,5	6,6	10,8	6,7
Médio Inferior	9,6	14,7	5,4	20,4	5,9
Operário	12,7	20,3	5,9	29,6	6,7
Operário Tradicional	7,4	10,6	7,0	12,8	4,7
Operário Inferior	17,5	28,2	8,2	40,9	9,7
Popular	13,3	21,7	5,5	32,8	5,3
Agrícola Popular	7,9	12,7	8,3	16,0	4,3

FONTE dos dados brutos: Censo Demográfico 2000, microdados da Amostra

FIGURA 4.1.4 - TAXA DE MOBILIDADE PENDULAR POR AEDS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – 2000



A distribuição dos ocupados em mobilidade, por grupo de municípios onde trabalham ou estudam, mostra que a oferta de emprego para os moradores das AEDs do tipo popular e médio inferior (82,1% e 70,1, respectivamente) está fortemente concentrada em Porto Alegre. Já nas AEDs do tipo operário inferior e operário, também com significativa proporção de pessoas ocupadas em mobilidade, o local de destino de trabalho ou estudo está mais homogeneamente distribuído entre a capital e os outros municípios da RMPA. Nas AEDs dos tipos operário tradicional, médio, médio superior e superior o local de trabalho ou estudo são os municípios da periferia da região metropolitana (figura 4.1.5). É notável o baixo percentual de pessoas ocupadas residindo nas AEDs do tipo operário tradicional, situadas no norte da região, onde está concentrada a indústria coureiro-calçadista, que se deslocam para Porto Alegre (6,7%), demonstrando que a mobilidade deste tipo é predominantemente de município periférico para município periférico, apontando uma relação mais estreita dessas áreas provavelmente com o “pólo” de Novo Hamburgo (tabela 4.1.14).

FIGURA 4.1.5 - PREDOMÍNIO NO DESTINO DA MOBILIDADE PENDULAR POR AEDS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – 2000

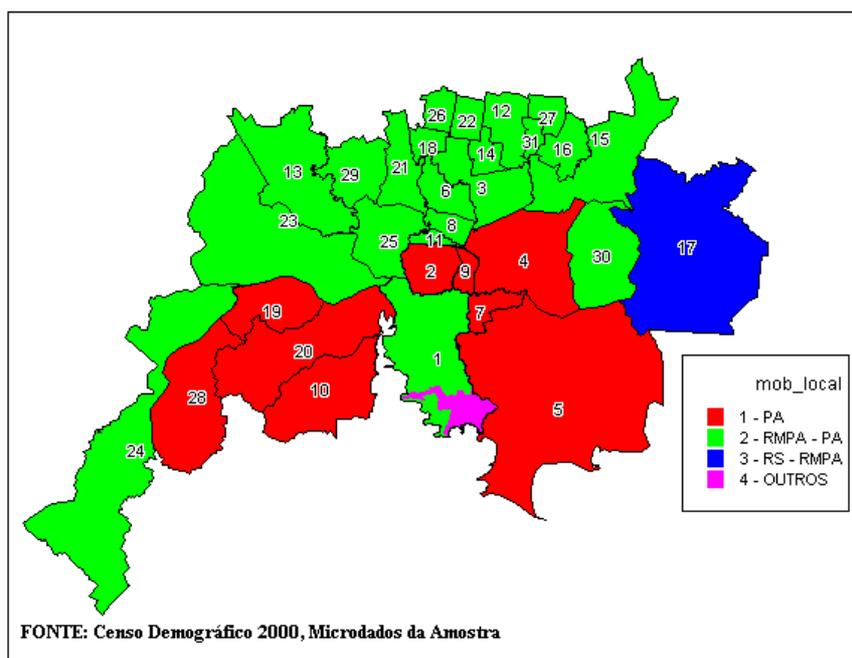


TABELA 4.1.14 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MOBILIDADE PENDULAR DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS ONDE TRABALHA OU ESTUDA, SEGUNDO TIPOS SÓCIO-ESPACIAIS, REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, 2000

TIPOS SOCIOESPACIAIS	TOTAL	RMPA			UFRS (EXCETO RMPA)	OUTRAS UFs E PAISES ESTRANGEIROS
		Total	Porto Alegre	RMPA exceto Porto Alegre		
Total	100,0	93,5	57,2	36,3	3,3	3,1
Superior	100,0	73,8	-	73,8	13,6	12,6
Médio Superior	100,0	88,3	32,3	56,0	5,9	5,8
Médio	100,0	91,4	26,3	65,2	4,1	4,5
Médio Inferior	100,0	96,4	70,1	26,3	1,2	2,4
Operário	100,0	95,3	42,2	53,2	1,5	3,1
Operário Tradicional	100,0	81,5	6,7	74,8	14,3	4,1
Operário Inferior	100,0	97,1	56,2	40,9	0,8	2,1
Popular	100,0	96,1	82,1	14,0	1,1	2,8
Agrícola Popular	100,0	86,0	49,7	36,3	10,2	3,8

FONTE dos dados brutos: Censo Demográfico 2000, microdados da amostra

Espacializando o destino da mobilidade pendular por AEDs fica claro o predomínio de Porto Alegre como área de atração para os ocupados em mobilidade que residem no seu entorno, independente do tipo, indicando a concentração de oportunidades que se verifica na capital, bem como existência de uma rede mais densa de transportes unindo esses municípios com a cidade.

Em grande parte, esses movimentos entre Porto Alegre e seu entorno ficam mais claros quando se examina a distribuição da população que trabalha ou estuda na capital, segundo o local de residência em 1995 (tabela 4.1.15). Ela mostra que mais da metade das pessoas que trabalham ou estudam em Porto Alegre eram residentes em 1995, revelando, portanto, que apesar de emigrarem da capital, continuam mantendo vínculo com aquele município. Assim, se evidencia que a motivação para a mudança de local de moradia, para uma grande parte das pessoas, não foi a procura por trabalho ou estudo.

TABELA 4.1.15 - POPULAÇÃO QUE SE DESLOCA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA PARA TRABALHAR OU ESTUDAR EM PORTO ALEGRE, POR LUGAR DE RESIDÊNCIA EM 1995. REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, 2000

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	TRABALHAM OU ESTUDAM EM PORTO ALEGRE, POR LUGAR DE RESIDÊNCIA					
	Porto Alegre	RMPA exceto Porto Alegre	UFRS exceto RMPA	Outros	Total	% PA
RMPA	17.721	7.847	6.959	2.180	34.706	51,1
VIAMÃO	4.648	891	1.379	486	7.403	62,8
ALVORADA	3.864	1.041	1.404	335	6.644	58,2
GRAVATAÍ	2.325	1.594	756	333	5.008	46,4
CACHOEIRINHA	2.159	883	585	226	3.853	56,0
CANOAS	1.789	839	1.178	347	4.151	43,1
GUAÍBA	925	377	305	58	1.665	55,5
ELDORADO DO SUL	549	279	324	101	1.254	43,8
OUTROS MUNICÍPIOS DA RMPA	1.462	1.944	1.028	294	4.728	30,9
RS FORA DA RMPA	1.059	407	693	163	2.322	45,6
TOTAL	18.780	8.253	7.652	2.343	37.028	50,7

FONTE: Censo Demográfico de 2000. microdados da amostra

4.2. Santa Catarina

4.2.1. Movimentos pendulares no ano 2000

A dinâmica decorrente dos processos de distribuição da população e das atividades econômicas no espaço tem impactos diferenciados nos movimentos pendulares nos Estados sulinos, isto porque há uma diferenciação em termos de concentração espacial deste movimento.

No Rio Grande do Sul, do total de pessoas que trabalham e/ou estudam em outro município ou País, verifica-se que aproximadamente 66% desse movimento se deu nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); no Paraná, aproximadamente 49% do movimento se deu nos que compõem a Região Metropolitana de Curitiba (RMC); e em Santa Catarina o movimento observado nos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) foi de apenas 34% do total do Estado (tabela 4.2.1).

TABELA 4.2.1 – NÚMERO E PROPORÇÃO DE PESSOAS QUE TRABALHAM E/OU ESTUDAM EM MUNICÍPIO QUE NÃO O DE RESIDÊNCIA – 2000

ESTADO/RM	PESSOAS QUE TRABALHAM OU ESTUDAM					
	Total		No município de residência		Em outro município ou País estrangeiro	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Paraná	6.382.451	100,00	5.947.142	100,00	435.309	100,00
RM Curitiba	1.837.923	28,80	1.625.472	27,33	212.451	48,80
Santa Catarina	3.722.429	100,00	3.459.320	100,00	263.109	100,00
RM Florianópolis	570.979	15,34	480.878	13,90	90.101	34,24
Rio Grande do Sul	6.818.369	100,00	6.275.613	100,00	542.756	100,00
RM Porto Alegre	2.394.484	35,12	2.038.021	32,48	356.463	65,68

FONTES: IBGE - Censo Demográfico, 2000

No entanto, quando se toma toda a faixa litorânea de Santa Catarina, ou suas proximidades, onde estão localizadas demais as Regiões Metropolitanas criadas após 1988, verifica-se forte concentração desses movimentos naqueles espaços, em que pese maior destaque para a RM de Florianópolis. A distribuição do volume de pessoas envolvidas nos movimentos de entrada e saída revelam claramente a concentração dos mesmos nos municípios das seis RMs catarinenses institucionalizadas (figuras 4.1 e 4.2).

FIGURA 4.1 – MOVIMENTO PENDULAR DE SAÍDA – SANTA CATARINA, 2000

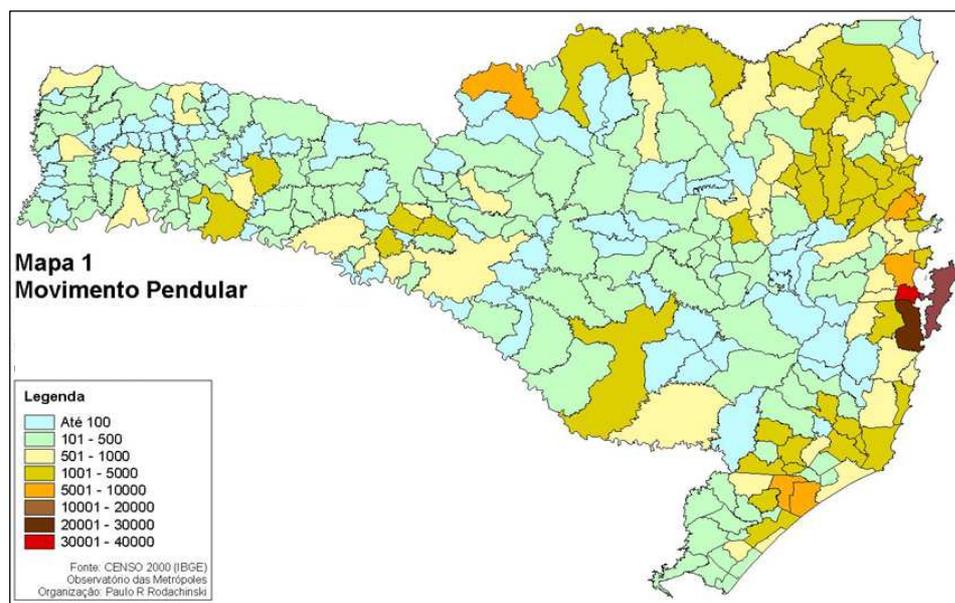
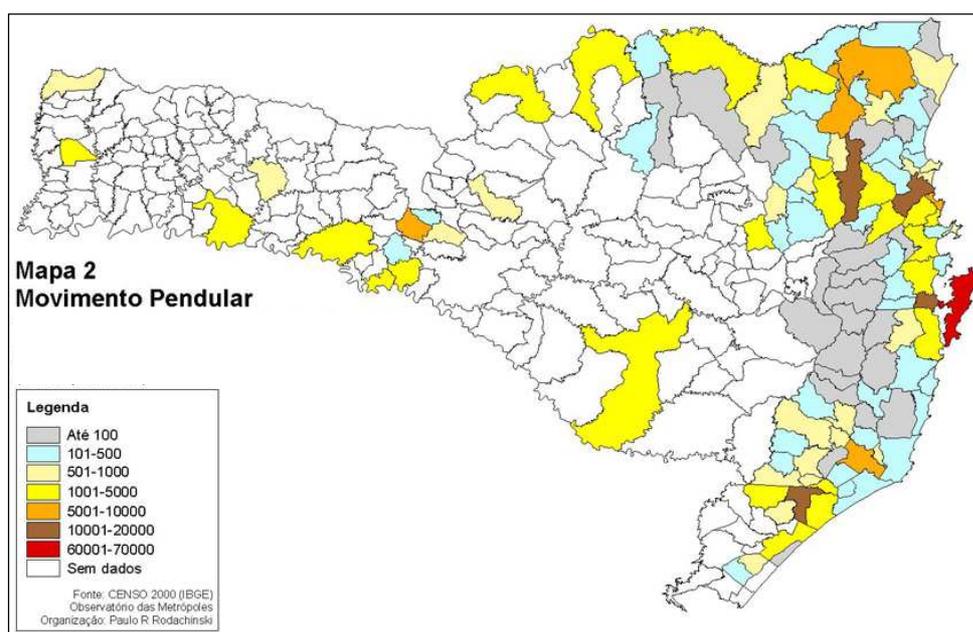


FIGURA 4.2 – MOVIMENTO PENDULAR DE ENTRADA – SANTA CATARINA, 2000



Aproximadamente um terço (95) dos municípios do Estado compõem essas seis RMS, os quais detinham, em 2000, pouco mais de 62% da população estadual (3,3 milhões). Em relação aos fluxos para trabalho e ou estudo, esses municípios são responsáveis por 76,3% dos fluxos total de saída e 80,9% dos fluxos total de entrada. Considerando somente os movimentos intra-estaduais, esses municípios concentram 80,25% e 83,01% nos fluxos de saída e entrada respectivamente (tabela 4.4.2). Esses dados reforçam o caráter disperso da distribuição populacional quando comparado aos demais estados da Região Sul, ao mesmo tempo em que se concentram nas várias unidades metropolitanas, todas localizadas na porção Leste catarinense.

TABELA 4.2.2 – TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NAS REGIÕES METROPOLITANAS E QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR PARA TRABALHO E/OU ESTUDO – SANTA CATARINA, 2000

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL DE PESSOAS			
	Fluxo Total		Fluxo Intra-estadual	
	Saída	Entrada	Saída	Entrada
Carbonífera	20.492	18.818	19.014	18.539
Florianópolis	90.012	93.032	84.701	89.905
Foz do Itajaí	27.495	27.145	24.718	25.570
Norte/Nord Catarinense	24.735	23.168	19.402	18.935
Tubarão	16.557	13.662	15.058	13.362
Vale do Itajaí	21.117	22.956	19.129	21.970
Total RMS	200.407	198.780	182.021	188.281
Total SC	262.659	245.706	226.816	226.816
RMs/SC(%)	76,30	80,90	80,25	83,01

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

4.2.2. Mudanças ocorridas entre 1980 e 2000

Em 1980, o Estado de Santa Catarina era dividido em 197 municípios com população total de 3.627.933 habitantes. Naquele ano, o movimento de pessoas para trabalho e/ou estudo em outro município catarinense que não o de residência envolveu quase 85 mil pessoas, ou 2,33% da população total de Estado. O destino principal dessas pessoas era Florianópolis para onde se deslocavam 36,28% delas, seguido de Blumenau com 10,11%. Outros três municípios também se destacavam como destino de pessoas para trabalho e/ou estudo, porém com proporções bem menores: Criciúma (5,79%), Itajaí (4,52%) e Joinville (3,03%). Esses cinco municípios juntos eram destino de 50,6mil pessoas, quase 60% do movimento intra-estadual. Além desses, mais oito municípios se destacaram como destino de mais mil pessoas (quadro 4.2.1).

QUADRO 4.2.1 - MUNICÍPIOS COM MAIORES FLUXOS PENDULARES INTRA-ESTADUAIS DE DESTINO E DE ORIGEM – SANTA CATARINA – 1980

MUNICÍPIO DE DESTINO	PESSOAS ENVOLVIDAS	% SOBRE O TOTAL	MUNICÍPIO DE ORIGEM	PESSOAS ENVOLVIDAS	% SOBRE O TOTAL
Florianópolis	30.762	36,28	São José	17.413	20,53
Blumenau	8.576	10,11	Palhoça	6.640	7,83
Criciúma	4.913	5,79	Gaspar	3.473	4,10
Itajaí	3.833	4,52	Biguaçu	2.762	3,26
Joinville	2.566	3,03	Herval d'Oeste	2.239	2,64
São José	2.403	2,83	Içara	2.113	2,49
Joaçaba	2.383	2,81	Camboriú	1.931	2,28
Balneário de Camboriú	1.960	2,31	Indaial	1.652	1,95
Brusque	1.811	2,14	Balneário de Camboriú	1.569	1,85
Jaraguá do Sul	1.789	2,11	Navegantes	1.517	1,79
Tubarão	1.735	2,05	Tubarão	1.495	1,76
Timbó	1.128	1,33	Siderópolis	1.474	1,74
Urussanga	1.128	1,33	Guabiruba	1.262	1,49
			Florianópolis	1.250	1,47
			Itajaí	1.218	1,44
			Criciúma	1.054	1,24

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980 (arquivo de microdados)

Para os fluxos de saída (origem) em 1980 apenas 16 municípios apresentaram fluxo superior a 1.000 pessoas para estudo e/ou trabalho em outro município, todos faziam parte de aglomerações urbanas. Os dois maiores se encontravam na Região Metropolitana de Florianópolis, São José com 17.413 pessoas e Palhoça com 6.640 pessoas. Gaspar, na aglomeração de Blumenau, aparecia em terceiro lugar com 3.473 de seus residentes realizando movimento pendular.

A grande maioria do movimento pendular ocorrido no Estado em 1980 envolvia algum município das Regiões Metropolitanas: essas eram destino de 71,2 mil pessoas (84,41%) e origem de outras 73,4 mil (86,61%). No entanto, a RM de Florianópolis se apresentava com praticamente a metade do movimento, ou seja, 35,5 mil pessoas saíam de algum município da região e 33,4 mil entravam (tabela 4.2.3).

TABELA 4.2.3 – TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NAS REGIÕES METROPOLITANAS QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR PARA TRABALHO E/OU ESTUDO – SANTA CATARINA, 1980

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL DE PESSOAS						
	Fluxo Intra-estadual				Fluxo Intrametropolitano		
	Saída	%	Entrada	%	Total	% Saída	% Entrada
Carbonífera	6.773	7,99	6.890	8,16	5.361	79,15	77,81
Florianópolis	35.516	41,88	33.387	39,54	30.530	85,96	91,44
Foz do Itajaí	6.898	8,13	7.196	8,52	5.220	75,67	72,54
Norte/Nord Catarinense	6.398	7,54	5.829	6,90	4.614	72,12	79,16
Tubarão	3.569	4,21	5.868	6,95	2.604	72,96	44,38
Vale do Itajaí	14.290	16,85	12.100	14,33	10.880	76,14	89,92
Total RMs	73.444	86,61	71.270	84,41	59.209	80,62	83,08
Total SC	84.798	100,00	84.798	100,00	84.798		
(%) RMs/SC	86,61		84,05		69,82		
(%) RMF/SC	41,88		39,37		36,00		

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

A quase totalidade desse movimento se dava internamente a cada RM; mais de 80% do movimento era intrametropolitano ou, 80,62% dos fluxos de saída e 83,08% dos fluxos de entrada, envolvendo 59,2 mil pessoas. Em outras palavras, 69,8% do fluxo intra-estadual se limitava a fluxos no interior das principais aglomerações urbanas do Estado, sendo que no interior da maior delas, Florianópolis, foram registrados 36% do movimento intra-estadual. A exceção se encontra na RM de Tubarão, na qual os fluxos mais importantes de entrada vêm de fora da região.

Em 2000, Santa Catarina contava com 293 municípios com total de 5.357.864 habitantes, sendo que deste total, 226.816 buscavam trabalho e/ou estudo em município catarinense, diferente daquele de residência, ou seja, 4,23% dos catarinenses realizavam movimento pendular em 2000. Isso indica um aumento considerável de pessoas envolvidas nesse fenômeno nos 20 anos que separam os dados, tanto em volume, como em proporção relativa aos residentes no Estado. A par desse aumento pergunta-se se houve uma concentração desse movimento nos maiores aglomerados urbanos ou se houve desconcentração para outros espaços.

As unidades metropolitanas eram responsáveis por 80,25% do total de fluxos intra-estadual de saída e por 83,01% dos fluxos de entrada, em 2000, apresentando, portanto, pequena desconcentração dos fluxos para outros espaços quando comparados aos dados de 1980, em que pese, ainda, constituírem-se em espaços hegemônicos quanto a esse tipo de deslocamento (tabela 4.2.4). São mais de 180 mil pessoas que entram e saem de algum município metropolitano e, a grande maioria desse movimento se dá entre os próprios municípios de cada RM.

TABELA 4.2.4 – TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NAS REGIÕES METROPOLITANAS E QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR PARA TRABALHO E/OU ESTUDO – SANTA CATARINA, 2000

REGIÃO METROPOLITANA	TOTAL DE PESSOAS						
	Fluxo Intra-estadual				Fluxo Intrametropolitano		
	Saída	%	Entrada	%	Total	% Saída	% Entrada
Carbonífera	19.014	10,45	18.539	9,85	15.746	82,81	84,93
Florianópolis	84.701	46,53	89.905	47,75	80.880	95,49	89,96
Foz do Itajaí	24.718	13,58	25.570	13,58	20.643	83,51	80,73
Norte/Nord Catarinense	19.402	10,66	18.935	10,06	16.485	84,97	87,06
Tubarão	15.058	8,27	13.362	7,10	10.696	71,03	80,05
Vale do Itajaí	19.129	10,51	21.970	11,67	16.452	86,01	74,88
Total RMs	182.021	100,00	188.281	100,00	160.902	88,40	85,46
Total SC	226.816		226.816		226.816		
(%) RMs/SC	80,25		83,01		70,94		
(%)RMF/SC	37,34		39,64		35,66		

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

Ao se tomar somente os fluxos intrametropolitanos percebe-se que houve um maior adensamento dos mesmos, correspondendo a 88,40% dos fluxos intra-estaduais de saída e a 85,46% dos fluxos de entrada, envolvendo 160,9 mil pessoas, praticamente três vezes mais do que observado em 1980. Isso implica em que 70,94% do fluxo intra-estadual se limitava a fluxos no interior das principais aglomerações urbanas do Estado, proporção ligeiramente superior à observada em 1980. Já, no interior da RMF foram registrados, novamente, 36% do movimento intra-estadual. A diferença mais marcante reside no fato de que na RM de Tubarão, os fluxos mais importantes de entrada vêm da região, ao contrário de 1980 quando vinham de municípios de fora da região. Esse processo indica que esse aglomerado passa a se consolidar por fluxos internos importantes.

Verifica-se também um aumento significativo no número de municípios com fluxos, tanto de entrada (destino) como de saída (origem), acima de 1000 pessoas. O número de municípios que recebem fluxos dessa ordem passou de 13 para 30 e os 11 primeiros, à exceção de Timbó que ficou mais abaixo na classificação e Urussanga que deixou de fazer parte desse grupo, tiveram um incremento de 142,50% no número de pessoas envolvidas, ou seja, juntos passaram a receber 152,1 mil pessoas em 2000 contra as 62,7 mil em 1980. Quanto aos municípios que enviavam fluxo acima de 1000 pessoas, passaram de um total de 16 para 45, sendo que, à exceção de Guabiruba, Siderópolis, e Tubarão, os demais passaram a enviar 156,75% a mais do que em 1980, ou seja, no conjunto esses fluxos somavam, em 1980, 44,8 mil pessoas e aumentaram para 70,3 mil o número de pessoas enviadas em 2000 (quadro 4.2.2).

QUADRO 4.2.2 - MUNICÍPIOS COM MAIORES FLUXOS PENDULARES INTRA-ESTADUAIS DE DESTINO E DE ORIGEM – SANTA CATARINA – 2000

MUNICÍPIO DE DESTINO	PESSOAS ENVOLVIDAS	% SOBRE O TOTAL	MUNICÍPIO DE ORIGEM	PESSOAS ENVOLVIDAS	% SOBRE O TOTAL
Florianópolis	64.112	28,27	São José	37.325	16,46
São José	15.970	7,04	Palhoça	20.086	8,86
Itajaí	11.167	4,92	Biguaçu	8.756	3,86
Criciúma	10.914	4,81	Florianópolis	8.007	3,53
Blumenau	10.586	4,67	Camboriú	7.900	3,48
Balneário Camboriú	9.221	4,07	Criciúma	5.246	2,31
Tubarão	7.933	3,5	Balneário Camboriú	5.244	2,31
Joinville	7.425	3,27	Içara	5.123	2,26
Jaraguá do Sul	6.128	2,7	Araquari	4.804	2,12
Joaçaba	5.189	2,29	Herval d'Oeste	4.242	1,87
Brusque	3.481	1,53	Navegantes	4.019	1,77
Palhoça	3.430	1,51	Gaspar	3.681	1,62
Rio do Sul	2.771	1,22	Capivari de Baixo	3.649	1,61
Biguaçu	2.294	1,01	Guaramirim	3.102	1,37
Chapecó	2.197	0,97	Itajaí	2.849	1,26
Timbó	1.948	0,86	Indaial	2.628	1,16
Gaspar	1.802	0,79	Laguna	2.551	1,12
Araranguá	1.703	0,75	Blumenau	2.431	1,07
Lages	1.616	0,71	Lages	2.414	1,06
Capinzal	1.539	0,68	Forquilha	2.293	1,01
Canoinhas	1.514	0,67	Joinville	2.255	0,99
Içara	1.455	0,64	Santo Amaro da Imperatriz	2.100	0,93
Tijucas	1.410	0,62	Governador Celso Ramos	1.801	0,79
São Bento do Sul	1.362	0,6	Imbituba	1.760	0,78
Nova Veneza	1.259	0,55	Guabiruba	1.689	0,74
Morro da Fumaça	1.147	0,51	Jaraguá do Sul	1.506	0,66
São Miguel do Oeste	1.097	0,48	Schroeder	1.460	0,64
Itapema	1.066	0,47	Timbó	1.418	0,63
Indaial	1.062	0,47	Pomerode	1.403	0,62
Camboriú	1.053	0,46	Cocal do Sul	1.309	0,58
			Urussanga	1.288	0,57
			Siderópolis	1.272	0,56
			Porto Belo	1.271	0,56
			Brusque	1.260	0,56
			Joaçaba	1.248	0,55
			Penha	1.236	0,54
			Tubarão	1.227	0,54
			Ilhota	1.222	0,54
			Três Barras	1.173	0,52
			Itapema	1.159	0,51
			Ouro	1.156	0,51
			Araranguá	1.142	0,5
			Rodeio	1.135	0,5
			Gravatal	1.135	0,5
			Lauro Muller	1.039	0,46

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

A maioria dos municípios envolvidos com grandes fluxos, tanto de recepção quando de expulsão, encontram-se nas grandes aglomerações urbanas, localizadas à Leste do Estado (ver figuras 4.1 e 4.2). São visualizados em uma longa faixa contínua litorânea que percorre todo o Estado, tendo como principal eixo de acesso a BR 101.

4.2.3. Movimento pendular somente para trabalho

Quanto ao tipo de movimento em 2000, verifica-se que em Santa Catarina do total de 226.816 pessoas que se deslocavam internamente para trabalho e/ou estudo, com destino identificado, 151,9 mil pessoas, ou 67,00%, o fazem somente por motivo de trabalho² e destes, apenas 38,3% (58,2 mil) são deslocamentos internos à Região Metropolitana de Florianópolis.

Em outra perspectiva de análise, independente do volume envolvido no movimento pendular, os impactos desses fluxos sobre o total da população que trabalha em cada município podem ser medidos sob a forma de taxas de atração e repulsão. Para medir o quanto cada município representa território de atração e repulsão da população empregada foi calculada a razão entre as entradas e saídas somente para trabalho³ sobre a população residente ocupada (quadro 4.2.3).

Geralmente os municípios que apresentam altas taxas de atração e baixas de repulsão são aqueles que sofrem pressão sobre as estruturas econômicas e de serviços, e os que apresentam altas taxas de repulsão e baixas de atração sofrem pressão na esfera social, sinalizando a função de “municípios dormitórios”. Sob esse ângulo foram identificados 23 municípios que têm acrescida sua população que trabalha numa proporção que ultrapassa 10%. Entre eles está Florianópolis, cuja taxa de atração é de mais de 35%, ou seja, a capital do Estado recebe para trabalho o equivalente a 35,73% da sua população ocupada. O município de Joaçaba, no Oeste catarinense, é o segundo com a maior taxa de atração, 30,85%.

Destaca-se ainda, Balneário Camboriú, que recebe pessoas de outros municípios em busca de trabalho, volume equivalente a mais de 25% de sua população ocupada que só trabalha. Outros três municípios do centro sul catarinense, Piratuba, Treviso e Nova Veneza se destacam com taxas entre 20% e 25%, nota-se, no entanto, que são municípios pequenos, mas que sofrem impacto no que diz respeito à mão-de-obra vinda de outros municípios. Também se observa que em mais 17 municípios esse fenômeno é bastante representativo, com taxas que ultrapassam 10%; entre eles têm destaque municípios de médio porte como São José, Itajaí e Criciúma, mas a grande maioria é composta por municípios menores.

² As demais pessoas envolvidas realizam movimento só para estudo ou, para trabalho e/ou estudo, sendo que neste último caso não se pode determinar se o movimento é feito por um ou outro motivo, ou ainda para ambos, ficando, portanto, fora deste estudo.

³ Foram retiradas desse cálculo aquelas pessoas que realizavam movimento pendular somente para estudo e aquelas que buscavam estudo e/ou trabalho. Estes últimos não foram computados pois, exercendo as duas atividades, não se sabe se a saída era para uma ou outra atividade, ou ainda se para ambas.

QUADRO 4.2.3 - MUNICÍPIOS COM MAIORES TAXAS DE ATRAÇÃO E DE REPULSÃO, EM RELAÇÃO A MOVIMENTOS PENDULARES INTRA-ESTADUAIS SOMENTE PARA TRABALHO – SANTA CATARINA – 2000

MUNICÍPIO	TAXA DE ATRAÇÃO	MUNICÍPIO	TAXA DE REPULSÃO
Florianópolis	35,73	Capivari de Baixo	45,57
Joaçaba	30,85	Palhoça	44,96
Balneário Camboriú	25,21	Camboriú	43,78
Piratuba	24,91	Araquari	43,46
Treviso	24,53	Biguaçu	39,53
Nova Veneza	20,78	São Pedro de Alcântara	38,88
Vargem Bonita	17,84	São José	38,51
São José	17,45	Herval d'Oeste	35,99
Morro da Fumaça	14,42	Governador Celso Ramos	34,00
Siderópolis	14,26	Santo Amaro da Imperatriz	33,35
Bombinhas	14,15	Zortéa	30,96
Cocal do Sul	13,98	Paulo Lopes	27,35
Tubarão	13,89	Balneário Arroio do Silva	26,75
Painel	13,53	Águas Mornas	26,53
Palmeira	12,68	Schroeder	25,41
Itajaí	12,08	Forquilha	24,72
Criciúma	11,33	Guaramirim	23,22
Capinzal	11,30	Navegantes	23,13
Timbó	11,23	Guabiruba	22,96
Tijucas	10,95	Ilhota	22,73
Forquilha	10,66	Içara	20,60
São Ludgero	10,40	Lauro Muller	19,26
Jaraguá do Sul	10,14	Cocal do Sul	18,89
		Ouro	18,51
		Lontras	18,35
		Gravatal	17,76
		Siderópolis	17,24
		Luzerna	16,77
		Antônio Carlos	15,87
		Porto Belo	15,58
		Ipira	15,49
		Nova Trento	15,45
		Rodeio	15,31

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

Esses municípios que atraem mão-de-obra configuram alguns eixos de emprego dentro do Estado, como os formados por: a) municípios da faixa litorânea nas aglomerações urbanas da porção Leste em direção ao Norte do Estado, de Florianópolis à Jaraguá do Sul, passando por São José, Tijucas, Bombinhas, Balneário Camboriú, Itajaí, Timbó e Jaraguá do Sul; b) ao Sul, nas aglomerações de Tubarão e Criciúma que além destes dois se destacam ainda Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Forquilha, Nova Veneza, Siderópolis e Treviso; c) na porção centro sul em direção ao Oeste, os municípios de Painel, Palmeira, Piratuba, Capinzal, Joaçaba e Vargem Bonita.

Outros 33 municípios se destacam por apresentarem as maiores proporções de saídas em relação ao total das pessoas ocupadas e que trabalham, todos com taxas de repulsão acima de 15%, destacando-se os municípios Capivari de Baixo, Palhoça, Camboriú e Araquari, dos quais saem mais de 40% da sua população trabalhadora para exercer suas atividades em outro município. De Biguaçu, São

Pedro de Alcântara, São José, Herval d'Oeste, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz e Zortéa saem para trabalhar em outros municípios entre 30% e 40% da sua população ocupada e que trabalha.

A grande maioria dos municípios com altas taxas de repulsão formam arcos no entorno de municípios pólos o que significa que possuem funções semelhantes, em geral se encaixam na categoria de municípios-dormitórios: no entorno de Florianópolis tem-se Palhoça, São José, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara, Águas Mornas, Paulo Lopes e Nova Trento; em torno de Joinville encontram-se Araquari, Guaramirim e Schroeder; no entorno de Itajaí e Balneário Camboriú destacam-se Navegantes, Ilhota, Camboriú e Porto Belo; de Tubarão tem-se Capivari de Baixo e Gravatal; no entorno de Criciúma destacam-se Lauro Muller, Siderópolis, Cocal do Sul, Içara, Forquilha e Balneário Arroio do Silva; próximos à Blumenau aparecem Guabiruba, Lontras e Rodeio. Também no Oeste do Estado, no entorno de Joaçaba, destacam-se Luzerna, Herval d'oeste, Zortea, Ipira e Ouro.

A leitura conjunta desses dois indicadores, independente dos volumes envolvidos, permitiu identificar seis grupos distintos de municípios (quadro 4.2.4).

QUADRO 4.2.4 – TIPOLOGIA DE MUNICÍPIOS CONSIDERANDO AS TAXAS DE ATRAÇÃO E REPULSÃO EM RELAÇÃO A MOVIMENTOS PENDULARES INTRA-ESTADUAIS SOMENTE PARA TRABALHO – SANTA CATARINA

TIPOS	MUNICÍPIOS
1) Municípios que tinham, ao mesmo tempo, elevadas taxas de atração e de repulsão, indicando elevado movimento de população empregada.	Cocal do Sul, Forquilha, São José, Siderópolis, Balneário Camboriú, Palmeira e Treviso
2) Municípios com elevadas taxas de atração e baixas taxas de repulsão, ou seja, conseguiam reter a sua população empregada e ao mesmo tempo atrair população de fora	Florianópolis, Joaçaba, Piratuba, Nova Veneza, Vargem Bonita, Morro da Fumaça, Bombinhas, Tubarão, Paineira, Itajaí, Criciúma, Capinzal, Timbó, Tijucas, São Ludgero e Jaraguá do Sul
3) Municípios com elevadas taxas de repulsão e baixas taxas de atração, ou seja, que não possuem uma dinâmica econômica satisfatória para atender à sua demanda por emprego.	Capivari de Baixo, Palhoça, Camboriú, Araquari, Biguaçu, São Pedro de Alcântara, Herval d'Oeste, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz, Zortéa, Paulo Lopes, Balneário Arroio do Silva, Águas Mornas, Schroeder, Guarimir, Navegantes, Guabiruba, Ilhota, Içara, Lauro Muller, Ouro, Lontras, Gravatal, Luzerna, Antônio Carlos, Porto Belo, Ipira, Nova Trento, Rodeio, Balneário Gaivota, Três Barras, Pedras Grandes, Imaruí, Massaranduba, Laguna, Indaial, Canelinha, Benedito Novo, Major Gercino e Rio dos Cedros
4) Municípios com taxas médias de atração e baixas taxas de repulsão.	Macieira, Rio do Sul, Orleans e Brusque
5) Municípios com taxas médias de repulsão e baixas taxas de atração.	Acurra, Penha, Piçarras, Gaspar, Urussanga, Angelina, Garopaba, Laurentino, Aurora, Pomerode, Agronômica, Arabutã, Irani, Imituba, Barra Velha, Santa Rosa do Sul, Corupá, Campo Alegre, Ermo, Jaguaruna, Ponte Alta
6) Municípios com baixas taxas de atração e de repulsão, e com pouca integração com outros municípios economicamente mais dinâmicos.	Demais 205 municípios do Estado.

4.3. Paraná

O movimento pendular constitui um importante fenômeno dentro do Estado do Paraná e está profundamente ligado à evolução dos fluxos migratórios e à urbanização dos seus principais municípios, em especial o município de Curitiba e seu entorno (RMC), e algumas áreas de maior crescimento no interior do Estado, que se tornaram aglomerações urbanas. Pela relação estreita entre a mobilidade pendular e o processo de redistribuição populacional, esse fenômeno não pode ser completamente entendido dissociado desse processo, tanto que a migração interna tem desempenhado papel crucial no processo de crescimento e expansão dessas áreas. Há pelo menos duas décadas, observa-se nas grandes

aglomerações urbanas do País um maior crescimento das áreas periféricas em relação às áreas centrais, fenômeno também observado na RMC, onde o pólo metropolitano tem incorporado territórios vizinhos na formação da grande cidade metropolitana.

Nos anos 1990, o crescimento dos serviços e a expansão da área de ciência e tecnologia, no âmbito da RMC, ocorreram principalmente no município de Curitiba, enquanto a indústria, diferentemente do observado nos anos de 1970/1980, extrapolou os limites da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e do Centro Industrial de Araucária (CIAR) e passou a ocupar, de forma intensa, alguns eixos, em direção a São José dos Pinhais, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Quatro Barras e Campina Grande do Sul. Verifica-se também uma tendência de localização de indústrias e serviços de apoio logístico não somente nesses eixos, mas principalmente nos seus contornos. Além disso, a disponibilidade de uma boa infraestrutura de transporte intrametropolitano possibilitou uma maior facilidade de deslocamento dos contingentes de mão-de-obra para seus destinos de trabalho. Nesse sentido, a integração do mercado de trabalho regional propicia o fenômeno da pendularidade que, associado à necessidade de buscar locais de moradia mais baratos, marca o cotidiano de grande número de trabalhadores.

4.3.1. Movimentos pendulares nos anos 1980

Em 1980, o movimento pendular entre os 290 municípios paranaenses envolvia 110,8 mil pessoas, mais de 50% com idade entre 25 e 59 anos e em sua maioria homens (74%) (tabela 4.3.1)

TABELA 4.3.1 – NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAVAM OU ESTUDAVAM EM OUTRO MUNICÍPIO PARANAENSE - PARANÁ – 1980

SEXO / GRUPOS DE IDADE	NÚMERO DE PESSOAS	
	abs.	%
Total	110.802	100
Homens	81.908	73,9
Mulheres	28.894	26,1
0 a 14 anos	5.764	5,2
15 a 24 anos	45.263	40,9
25 a 59 anos	58.094	52,4
60 anos ou mais	1.567	1,4
Não especificada	114	0,1

FONTE: IBGE: Censo Demográfico, 1980 (arquivo de microdados)

Aproximadamente 60% das pessoas que se deslocavam para trabalho e/ou estudo procuravam os três maiores centros urbanos: Curitiba (47,6 mil), Londrina (11,0 mil) e Maringá (7,3 mil), ou seja, 43% do movimento convergia para a capital. Era reduzido o número de municípios que, em 1980, recebiam fluxos totalizando mais de 1.000 pessoas, somente 9, todos polos regionais exceto Araucária e São José dos Pinhais, já se conformando sub-centros dentro da RMC. Somente Curitiba e Londrina recebiam fluxos totalizando mais de 10 mil pessoas. Para esses 9 municípios convergiam 68% das pessoas; outros 15 municípios apareciam como receptores de fluxos envolvendo, no total, entre 1.000 e 500 pessoas. Em sua maioria, ou eram centros regionais ou faziam parte de aglomerados urbanos (tabela 4.3.2).

TABELA 4.3.2 - MUNICÍPIOS COM MAIORES FLUXOS PENDULARES INTRA-ESTADUAIS DE DESTINO, NÚMERO DE MUNICÍPIOS DE ORIGEM, PESSOAS ENVOLVIDAS E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO- PARANÁ - 1980

MUNICÍPIO DE DESTINO	PESSOAS ENVOLVIDAS (abs.)	% NO TOTAL DO PR	MUNICÍPIOS DE ORIGEM (abs.)	% NO TOTAL DO PR
Curitiba	47.570	42,93	208	71,72
Londrina	11.010	9,94	108	37,24
Maringá	7.326	6,61	106	36,55
Foz do Iguaçu	2.172	1,96	72	24,83
Araucária	2.074	1,87	17	5,86
Ponta Grossa	1.439	1,30	93	32,07
São José dos Pinhais	1.247	1,13	13	4,48
Cascavel	1.154	1,04	60	20,69
Apucarana	1.003	0,91	47	16,21
Paranavaí	922	0,83	48	16,55
Cambé	896	0,81	10	3,45
Campo Mourão	842	0,76	41	14,14
Paranaguá	826	0,75	30	10,34
Colorado	822	0,74	23	7,93
Colombo	785	0,71	10	3,45
Moreira Sales	703	0,63	9	3,10
Campo Largo	700	0,63	17	5,86
Piraquara	687	0,62	11	3,79
Porecatu	683	0,62	14	4,83
Umuarama	586	0,53	40	13,79
Guarapuava	572	0,52	36	12,41
Quatro Barras	560	0,51	8	2,76
Castro	517	0,47	26	8,97
Jacarezinho	514	0,46	25	8,62
Total Paraná	110.802	100,00	290	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de 1980 (arquivo de microdados)

NOTA: Somente fluxos com destino identificado.

Os três maiores centros urbanos do Paraná, Curitiba, Londrina e Maringá, recebiam fluxos com origem em mais de 100 municípios. Curitiba recebia fluxos de 208 municípios, ou seja, 72% dos municípios paranaenses enviavam pessoas para trabalho e/ou estudo na capital.

Com relação aos fluxos de saída em 1980, apenas 15 municípios apresentaram fluxo superior a mil pessoas para estudo e/ou trabalho em outro município, todos faziam parte de aglomerações urbanas. Os dois maiores se encontravam na RMC, Piraquara com 13.991 pessoas saindo para 47 municípios e Colombo com 12.926 pessoas saindo para 33 municípios. Curitiba aparecia em terceiro lugar, com 7.065 de seus residentes realizando movimento pendular, no entanto tinha como destino o maior número de municípios, 144. Outros 10 municípios, em sua maioria de aglomerados urbanos ou pólos regionais, recebiam fluxos em 500 e 1000 pessoas (tabela 4.3.3).

TABELA 4.3.3 - MUNICÍPIOS COM MAIORES FLUXOS PENDULARES INTRA-ESTADUAL DE ORIGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS DE DESTINO, PESSOAS ENVOLVIDAS E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO - PARANÁ – 1980

MUNICÍPIO DE ORIGEM	PESSOAS ENVOLVIDAS (abs.)	% NO TOTAL DO PR	MUNICÍPIOS DE DESTINO (abs.)	% NO TOTAL DO PR
Piraquara	13.991	12,63	47	16,21
Colombo	12.926	11,67	33	11,38
Curitiba	7.065	6,38	141	48,62
Cambé	6.396	5,77	39	13,45
Almirante Tamandaré	6.200	5,60	34	11,72
São José dos Pinhais	5.480	4,95	34	11,72
Marialva	4.608	4,16	53	18,28
Londrina	2.772	2,50	96	33,10
Ibiporã	2.032	1,83	28	9,66
Campo Largo	1.806	1,63	24	8,28
Araucária	1.639	1,48	15	5,17
Maringá	1.497	1,35	86	29,66
Cascavel	1.441	1,30	56	19,31
Ponta Grossa	1.265	1,14	55	18,97
Apucarana	1.090	0,98	49	16,90
Medianeira	967	0,87	26	8,97
Arapongas	957	0,86	43	14,83
Rolândia	851	0,77	28	9,66
Paranavaí	838	0,76	42	14,48
Paiçandu	755	0,68	12	4,14
Mariluz	732	0,66	10	3,45
Florestópolis	692	0,62	10	3,45
Ivaiporã	580	0,52	10	3,45
Guarapuava	579	0,52	23	7,93
Cianorte	521	0,47	27	9,31
Total Paraná	110.802	100,00	290	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de 1980 (arquivo de microdados)

NOTA: Somente fluxos com destino identificado.

Grande parte do movimento pendular ocorrido no Estado em 1980 envolvia algum município da RMC: eram destino de 55,4 mil pessoas (50%) e origem de outras 51,6 mil (46,6%). No entanto, a quase totalidade desse movimento se dava internamente à região, ou seja, 87,1% do movimento era intrametropolitano envolvendo 48,2 mil pessoas, sendo que 40,6 mil (84,3%) buscava a capital para estudo e/ou trabalho (tabela 4.3.4)

TABELA 4.3.4 – FLUXOS PENDULARES COM DESTINO A RMC -
PARANÁ – 1980

REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	ÁREA DE ORIGEM		
	Da RM	Do Interior	Total Paraná
Adrianópolis	61	10	71
Agudos do Sul	8	17	25
Almirante Tamandaré	227	0	227
Araucária	2.035	39	2.074
Balsa Nova	299	4	303
Bocaiúva do Sul	76	5	81
Campina Grande do Sul	184	4	188
Campo Largo	654	46	700
Cerro Azul	101	8	109
Colombo	785	0	785
Contenda	88	9	97
Curitiba	40.648	6.922	47.570
Lapa	161	21	182
Mandirituba	73	0	73
Piraquara	667	20	687
Quatro Barras	560	0	560
Quitandinha	20	17	37
Rio Branco do Sul	296	21	317
São José dos Pinhais	1.232	15	1.247
Tijucas do Sul	35	0	35
TOTAL DA RMC	48.210	7.158	55.368

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980 (arquivo de microdados)

4.3.2. Movimentos pendulares em 2000

Para análise detalhada do movimento pendular, observado em 2000, entre os municípios paranaenses, tomou-se por base uma matriz de origem/destino com os 399 municípios. Além dessa matriz, também foi elaborada uma outra envolvendo os municípios dos dois estados vizinhos, São Paulo e Santa Catarina, totalizando 1.337 municípios, ou seja, relacionando os 399 municípios do Paraná com os 293 de Santa Catarina e os 645 de São Paulo. Também foram analisados os fluxos com destino a países estrangeiros, com a ressalva de que não se pode identificar aqueles fluxos com origem em outros países. Esta forma de análise, espacializando os municípios de origem e os de destino, permite observar a própria dinâmica da organização territorial no Paraná.

Foram identificadas, em 2000, 391.462 pessoas que se dirigiram a algum município especificado do Paraná, que não aquele de residência, para estudo e/ou trabalho, sendo que 359.407 (91,8%) tiveram origem em algum município do próprio Estado e as demais 32.055 pessoas vieram de municípios de outros estados brasileiros. Destas últimas, 73% vieram de municípios dos dois estados vizinhos, 13,6 mil de Santa Catarina e 9,6 mil de São Paulo. Somente 8,8 mil tiveram origem em municípios dos demais Estados brasileiros.

Percebe-se desta forma que esse tipo de movimento é de proximidade e por sua característica tende a ser diário, no entanto, há alguns fluxos, aqueles de mais longa distância, cujas pessoas envolvidas tendem a uma permanência maior, que também são classificados como pendulares, pois as mesmas não fixam residência no local de destino, voltando de tempos em tempos ao seu local de residência fixa.

Em 2000 o total de fluxos de saída, inclusive para outros países, totaliza 435.309 pessoas (tabela 4.3.5). Nos fluxos de entrada foram identificadas 407.167 pessoas, sem considerar os estrangeiros que fazem esse movimento com destino ao Brasil.

TABELA 4.3.5 - VOLUMES TOTAIS DO MOVIMENTO PENDULAR SEGUNDO OS TIPOS DE FLUXOS - PARANÁ, 2000

TIPO DE FLUXO	NÚMERO DE PESSOAS
FLUXOS DE SAÍDAS	435.309
Especificado	417.067
Não especificado	18.242
intra-estadual	373.494
Especificado	359.407
Não especificado	14.087
Interestadual	45.149
Especificado	41.535
Não especificado	3.614
Para outros Países	16.666
Especificado	16.125
Não especificado	541
FLUXOS DE ENTRADAS (exc. de outros países)	407.167
Especificado	391.462
Não especificado	15.705
Intra-estadual	373.494
Especificado	359.407
Não especificado	14.087
Interestadual	33.673
Especificado	32.055
Não especificado	1.618

FONTE: IBGE- Censo Demográfico (arquivo de microdados)

Tomando como referência somente os fluxos intra-estaduais e com destino especificado, verifica-se que em 2000, no Estado como um todo, cerca de 360 mil

pessoas realizaram movimento pendular, ou seja, buscaram trabalho e/ou estudo em outro município paranaense diferente daquele que residiam, movimento este, envolvendo todos os municípios sem exceção. Isto significa mais de três vezes o volume de movimento verificado em 1980 (110.802 pessoas).

Algumas diferenças foram verificadas na composição dessas pessoas, de 1980 para 2000: a proporção de mulheres que realizam esse movimento aumentou de 26,1% para 37,6%, justificado pelo aumento da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho; diminuiu a proporção das pessoas com idade entre 15 anos e 24 anos, de 40,9% para 31,2%; aumentou a proporção das pessoas com idade entre 25 e 59 anos de 52,4% para 60,3% (tabela 4.3.6).

TABELA 4.3.6 – NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAVAM OU ESTUDAVAM EM OUTRO MUNICÍPIO PARANAENSE - PARANÁ – 2000

SEXO / GRUPOS DE IDADE	NÚMERO DE PESSOAS	
	abs.	%
Total	359.407	100,0
Homens	224.293	62,4
Mulheres	135.115	37,6
0 a 14 anos	24.642	6,9
15 a 24 anos	112.115	31,2
25 a 59 anos	216.726	60,3
60 anos ou mais	5.924	1,6

FONTE: IBGE: Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

Os três maiores centros urbanos do Paraná continuam a receber os maiores fluxos, 61,5% das pessoas que se deslocavam para trabalho e/ou estudo procuravam Curitiba (167,5 mil), Maringá (28,9 mil) e Londrina (24,8 mil). No entanto, duas observações merecem ser feitas: proporcionalmente Curitiba recebe mais pessoas em 2000 que em 1980, 47% e 43% respectivamente e há uma inversão de posições entre Londrina e Maringá, na qual este último município passa a receber mais pessoas que o primeiro. Ressalta-se que entre 1985 e 2000, segundo dados do MTE/RAIS, o crescimento do emprego formal em Maringá foi superior ao de Londrina, com taxas anuais de 2,9% e 2,2%, respectivamente, sendo que as maiores distâncias foram observadas no crescimento do emprego na Indústria (3,8% e 2,0%) e no Comércio (3,3% e 2,1%). Esta inversão de papéis pode estar ligada a uma desconcentração da atividade econômica e dos serviços na aglomeração de Londrina, enquanto Maringá mantém o processo de periferização, concentrando no pólo a educação e o emprego.

Também passa de nove para 34 o número de municípios cujos fluxos de entrada totalizavam mais de mil pessoas, entretanto, assim como em 1980, todos são pólos regionais ou fazem parte das aglomerações urbanas, o que aponta para uma expansão da área física das aglomerações urbanas. Para esses espaços convergiam pouco mais de 84% das pessoas. Outros 22 municípios receberam fluxos totalizando entre 1.000 e 500 pessoas (tabela 4.3.7)

TABELA 4.3.7 - MUNICÍPIOS COM MAIORES FLUXOS PENDULARES INTRA-ESTADUAL DE DESTINO, PESSOAS ENVOLVIDAS E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO DE DESTINO	PESSOAS ENVOLVIDAS (abs.)	% NO TOTAL DO PR	MUNICÍPIO DE DESTINO	PESSOAS ENVOLVIDAS (abs.)	% NO TOTAL DO PR
Curitiba	167.496	46,6	Ibiporã	1.314	0,4
Maringá	28.871	8,0	Almirante Tamandaré	1.144	0,3
Londrina	24.824	6,9	Campina Grande do Sul	1.105	0,3
São José dos Pinhais	9.798	2,7	Francisco Beltrão	1.065	0,3
Pinhais	8.854	2,5	Carambeí	1.054	0,3
Cascavel	4.834	1,3	Cianorte	1.016	0,3
Araucária	4.509	1,3	Jandaia do Sul	997	0,3
Umuarama	4.344	1,2	Fazenda Rio Grande	987	0,3
Colombo	4.238	1,2	Sarandi	942	0,3
Ponta Grossa	3.135	0,9	Marialva	928	0,3
Foz do Iguaçu	2.993	0,8	Bandeirantes	924	0,3
Arapongas	2.707	0,8	Palmas	887	0,2
Campo Largo	2.472	0,7	Rio Branco do Sul	872	0,2
Cambé	2.470	0,7	Medianeira	854	0,2
Quatro Barras	2.420	0,7	Perobal	820	0,2
Pato Branco	2.302	0,6	Mal. Cândido Rondon	794	0,2
Jacarezinho	1.899	0,5	Cafelândia	776	0,2
Cornélio Procópio	1.882	0,5	Ivaté	745	0,2
Apucarana	1.871	0,5	Paranacity	700	0,2
Paranaguá	1.842	0,5	Ivaiporã	696	0,2
Paranavaí	1.836	0,5	Telêmaco Borba	683	0,2
Campo Mourão	1.832	0,5	Ibaiti	664	0,2
Toledo	1.758	0,5	Nova Londrina	620	0,2
Piraquara	1.620	0,5	Palotina	613	0,2
Rolândia	1.578	0,4	Irati	593	0,2
Guarapuava	1.525	0,4	Engenheiro Beltrão	562	0,2
Colorado	1.496	0,4	Tapejara	554	0,2
Porecatu	1.349	0,4	Castro	553	0,2
Total do Paraná			359.407		

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de 2000 (arquivo de microdados)

NOTA: Somente fluxos com destino identificado.

Quanto à origem, 41 municípios apresentaram esses fluxos acima de 1.000 pessoas que, em 2000, saíam para trabalho e/ou estudo em outro município, contra 15 em 1980. O movimento de saída desses municípios representava 2/3 de todo o movimento de saída intra-estadual. Também quanto aos municípios com fluxos superiores a 10 mil pessoas, que em 1980 eram apenas dois, em 2000 passaram a nove, sendo sete da RMC e dois que pertencem às aglomerações de Londrina e Maringá. Colombo se destaca totalizando fluxos com o maior número de pessoas, 40,2 mil, seguido dos municípios de Pinhais, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré e Curitiba, cujos fluxos totalizam em torno de 20 mil pessoas, metade do verificado em Colombo. O movimento de saída desses nove municípios representava mais da metade (52,6%) do movimento interno (tabela 4.3.8)

TABELA 4.3.8 - MUNICÍPIOS COM MAIORES FLUXOS PENDULARES INTRA-ESTADUAL DE ORIGEM, PESSOAS ENVOLVIDAS E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO - PARANÁ – 2000

MUNICÍPIO DE DESTINO	PESSOAS ENVOLVIDAS (abs.)	% NO TOTAL DO PR	MUNICÍPIO DE DESTINO	PESSOAS ENVOLVIDAS (abs.)	% NO TOTAL DO PR
Colombo	40.182	11,2	Francisco Beltrão	974	0,3
Pinhais	23.934	6,7	Paranavaí	973	0,3
São José dos Pinhais	23.262	6,5	Florestópolis	972	0,3
Almirante Tamandaré	22.715	6,3	Umuarama	901	0,3
Curitiba	21.399	6,0	Cruzeiro do Oeste	893	0,2
Piraquara	16.864	4,7	Andirá	884	0,2
Sarandi	14.640	4,1	Contenda	857	0,2
Cambé	14.042	3,9	Peabiru	856	0,2
Fazenda Rio Grande	12.099	3,4	Pitanga	848	0,2
Araucária	9.070	2,5	Assis Chateaubriand	813	0,2
Campo Largo	8.208	2,3	Cornélio Procópio	808	0,2
Paçandu	5.654	1,6	Cianorte	803	0,2
Londrina	5.273	1,5	Nova Esperança	775	0,2
Campina Grande do Sul	4.917	1,4	Pato Branco	765	0,2
Ibiporã	4.299	1,2	Medianeira	763	0,2
Campo Magro	3.413	0,9	Santa Mariana	713	0,2
Maringá	3.280	0,9	Corbélia	707	0,2
Ponta Grossa	3.076	0,9	Bocaiúva do Sul	702	0,2
Quatro Barras	2.376	0,7	Irati	681	0,2
Itaperuçu	2.259	0,6	Astorga	678	0,2
Cascavel	2.085	0,6	Nova Aurora	676	0,2
Apucarana	1.969	0,5	Mal. Cândido Rondon	672	0,2
Rolândia	1.953	0,5	Nossa Senh. das Graças	670	0,2
Mandaguauçu	1.897	0,5	Prudentópolis	665	0,2
Sta Terezinha de Itaipu	1.760	0,5	Quitandinha	648	0,2
Rio Branco do Sul	1.746	0,5	Bela Vista do Paraíso	645	0,2
Marialva	1.460	0,4	Palmeira	637	0,2
Guarapuava	1.375	0,4	Lapa	631	0,2
Balsa Nova	1.295	0,4	Marmeleiro	619	0,2
Campo Mourão	1.277	0,4	Morretes	612	0,2
Arapongas	1.269	0,4	Matinhos	603	0,2
Toledo	1.267	0,4	Centenário do Sul	603	0,2
Santo Antônio da Platina	1.243	0,3	Alto Paraná	600	0,2
Jataizinho	1.234	0,3	Jandaia do Sul	574	0,2
Foz do Iguaçu	1.080	0,3	Bandeirantes	562	0,2
Castro	1.057	0,3	Assaí	553	0,2
Mandaguari	1.047	0,3	Antonina	551	0,2
Mandirituba	1.033	0,3	Laranjeiras do Sul	550	0,2
Santa Tereza do Oeste	1.026	0,3	Floresta	548	0,2
Paranaguá	1.011	0,3	Goioerê	541	0,2
Coronel Vivida	1.005	0,3	Alto Piquiri	532	0,1
			Uraí	505	0,1
			São Miguel do Iguaçu	502	0,1
Total do Paraná				359.407	

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de 2000 (arquivo de microdados)

NOTA: Somente fluxos com destino identificado.

À exceção de Curitiba que envia pessoas para 81 municípios do Paraná, os demais, com fluxos totalizando mais de 10 mil pessoas, têm como destino entre 19 e 30 municípios do Estado. Curitiba é o município que mantém o maior número de relações, no que diz respeito a fluxos de movimento pendular, com outros municípios do Paraná (81) seguido dos outros dois maiores centros urbanos do Estado, Londrina que envia para 70 municípios e Maringá que envia para 57 municípios paranaenses.

No Paraná 6,4 milhões de pessoas trabalham e/ou estudam, desta forma, 5,6%⁴ procuram outro município paranaense para realizar suas atividades profissionais e/ou estudantis. Em relação aos fluxos de saída, tem-se que em 106 municípios essa proporção fica acima da média estadual e em 30 deles ultrapassa o dobro da média (11,2%). Treze municípios merecem destaque, pois mais de 20% da sua população que trabalha e/ou estuda o fazem em outro município: Almirante Tamandaré (41,0%), Piraquara (37,8%), Pinhais (35,3%), Colombo (33,7%), Sarandi (31,5%), Fazenda Rio Grande (31,4%), Paiçandu (28,7%), Nossa Senhora das Graças (28,0%), Campo Magro (25,1%), Cambé (23,6%), Itaperuçu (23,2%), Campina Grande do Sul (22,4%) e Quatro Barras (21,6) – todos integrantes de aglomerações urbanas.

Para os municípios que recebem esse tipo de fluxo, geralmente com características de centros maiores, portanto com uma população maior, são somente 31 os que recebem proporção de pessoas para trabalhar e/ou estudar, no município, acima da média estadual e em oito ultrapassa o dobro da média: Perobal (23,6%), Quatro Barras (22,0%), Ivaté (17,1%), Curitiba (15,1%), Maringá (13,9%), Porecatu (13,5%), Pinhais (13,0%) e Paranacity (11,4%). Metade deles situa-se em aglomerações urbanas, a outra metade (Perobal, Ivaté, Porecatu e Paranacity) são pequenos municípios do interior do Estado, mas que certamente possuem pelo menos uma atividade, seja rural ou urbana, de maior importância em suas regiões.

Em relação aos impactos desses fluxos sobre o total da população que trabalha e/ou estuda em cada município foi calculado o saldo sobre as entradas e as saídas. Geralmente os municípios que apresentam saldo positivo são aqueles que sofrem pressão sobre as estruturas econômicas e de serviços, e os que apresentam saldo negativo sofrem pressão na esfera social, sinalizando a função de municípios-dormitórios. Sob esse ângulo foram identificados 12 municípios que têm acrescida sua população que trabalha e/ou estuda, numa proporção que ultrapassa 5,6% (média estadual). Entre eles estão os três maiores centros urbanos do Paraná, Curitiba, Londrina e Maringá, que recebem juntos mais de 60% das pessoas que se deslocam. Os demais nove municípios que apresentam essa condição são municípios pequenos, mas que de alguma forma se destacam por atrair aquele segmento populacional (tabela 4.3.9)

⁴Considera somente aqueles que fazem movimento intra-estadual e que se pode identificar o município de destino.

TABELA 4.3.9 - MUNICÍPIOS QUE SOFREM OS MAIORES IMPACTOS DO MOVIMENTO PENDULAR SOBRE A POPULAÇÃO QUE TRABALHA E/OU ESTUDA – PARANÁ - 2000

MUNICÍPIOS	FLUXO INTRAESTADUAL			PESSOAS QUE TRABALHAM E/OU ESTUDAM	
	Número de pessoas que saem	Número de pessoas que chegam	Saldo	Total	% do saldo sobre o total
MUNICÍPIOS COM MAIOR IMPACTO DE RECEBIMENTO					
Perobal	282	820	538	3.477	15,46
Ivaté	93	745	652	4.361	14,95
Curitiba	21.399	167.496	146.097	1.107.664	13,19
Maringá	3.280	28.871	25.591	207.573	12,33
Porecatu	267	1.349	1.082	10.007	10,81
Cafelândia	129	776	648	7.855	8,24
Colorado	384	1.496	1.112	14.335	7,76
Paranacity	230	700	469	6.133	7,65
Carambeí	382	1.054	672	9.574	7,02
Londrina	5.273	24.824	19.551	310.107	6,30
Jacarezinho	369	1.899	1.530	25.662	5,96
São Tomé	137	344	207	3.556	5,82
MUNICÍPIOS COM MAIOR IMPACTO DE SAÍDA					
Almirante Tamandaré	22.715	1.144	21.571	55.400	38,94
Piraquara	16.864	1.620	15.245	44.570	34,20
Colombo	40.182	4.238	35.944	119.212	30,15
Sarandi	14.640	942	13.698	46.513	29,45
Fazenda Rio Grande	12.099	987	11.112	38.534	28,84
Nossa Senhora das Graças	670	19	652	2.391	27,26
Paiçandu	5.654	364	5.291	19.682	26,88
Campo Magro	3.413	234	3.179	13.589	23,40
Pinhais	23.934	8.854	15.081	67.883	22,22
Itaperuçu	2.259	154	2.105	9.744	21,60
Cambé	14.042	2.470	11.572	59.458	19,46
Campina Grande do Sul	4.917	1.105	3.813	21.920	17,39
Santa Inês	238	12	226	1.399	16,14
PARANÁ	359.407	359.407	-	6.382.446	-

FONTE: IBGE- Censo Demográfico (arquivo de microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES

Outros 13 municípios se destacam por apresentar as maiores proporções de saídas em relação ao total dos que estudam e/ou trabalham. A grande maioria desses municípios se encontra no entorno dos polos das regiões metropolitanas do Paraná, Curitiba, Londrina e Maringá, o que significa que possuem funções semelhantes. Em geral se encaixam na categoria de municípios-dormitórios.

4.3.3. Fluxos nas Regiões Metropolitanas

Três em cada quatro pessoas que realizaram movimento pendular intra-estadual tiveram como destino algum município metropolitano. Os municípios das três regiões metropolitanas do Paraná foram o destino de 271,3 mil pessoas do total de 359,4 mil que buscaram trabalho e/ou estudo fora do município de residência. A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foi destino de quase 77% dessas pessoas (tabela 4.3.10).

TABELA 4.3.10 – FLUXOS PENDULARES COM DESTINO AS REGIÕES METROPOLITANAS DO PARANÁ – 2000

MUNICÍPIOS DE DESTINO	ÁREA DE ORIGEM		
	Da RM	Do Interior	Total Paraná
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA			
Adrianópolis	-	-	-
Agudos do Sul	81	14	96
Almirante Tamandaré	1.110	34	1.144
Araucária	4.344	164	4.509
Balsa Nova	337	10	347
Bocaiúva do Sul	145	-	145
Campina Grande do Sul	1.094	11	1.105
Campo Largo	2.217	255	2.472
Campo Magro	234	-	234
Cerro Azul	96	18	114
Colombo	4.217	21	4.238
Contenda	168	3	172
Curitiba	154.636	12.860	167.496
Fazenda Rio Grande	987	-	987
Itaperuçu	154	-	154
Lapa	246	112	358
Mandirituba	457	8	466
Pinhais	8.816	37	8.854
Piraquara	1.581	39	1.620
Quatro Barras	2.407	13	2.420
Quitandinha	92	53	145
Rio Branco do Sul	868	4	872
São José dos Pinhais	9.573	225	9.798
Tijucas do Sul	89	-	89
Tunas do Paraná	43	-	43
Doutor Ulysses	46	24	69
TOTAL DA RMC	194.037	13.908	207.944
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ			
Ângulo	17	19	36
Doutor Camargo	64	62	126
Floresta	36	15	52
Iguaraçu	69	5	74
Ivatuba	62	31	93
Mandaguaçu	61	207	267
Mandaguari	227	236	463
Marialva	839	90	928
Maringá	23.522	5.349	28.871
Munhoz de Melo	18	72	91
Paiçandu	349	14	364
Sarandi	926	16	942
TOTAL DA RMM	26.190	6.115	32.305
REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA			
Bela Vista do Paraíso	87	120	206
Cambé	2.364	106	2.470
Ibiporã	1.187	127	1.314
Jataizinho	185	48	233
Londrina	19.247	5.577	24.824
Rolândia	823	755	1.578
Sertanópolis	145	87	232

Tamarana	162	32	194
TOTAL DA RML	24.200	6.852	31.052
TOTAL GERAL	244.426	26.875	271.300

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (arquivo de microdados)

NOTA: Exceto destino sem especificação

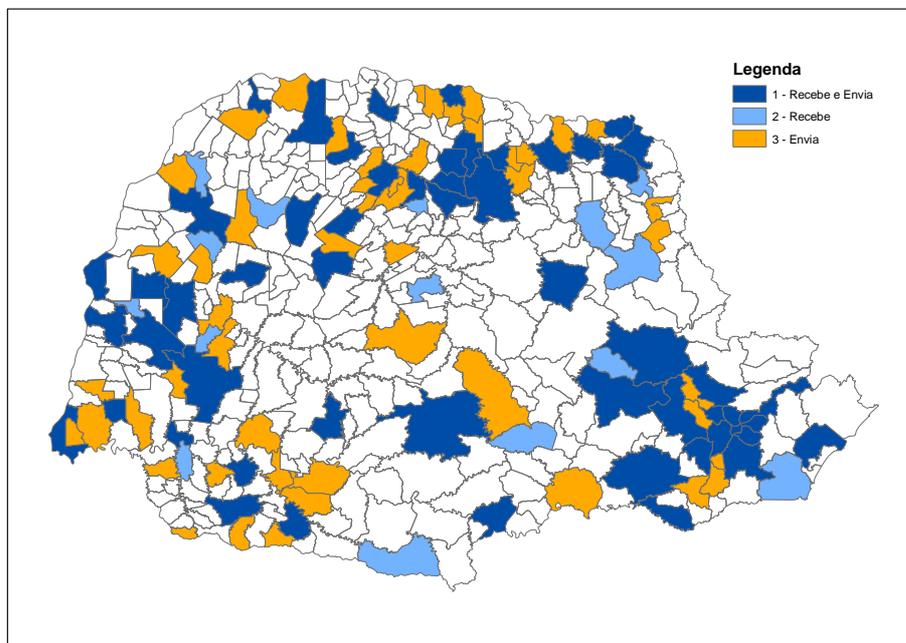
Observa-se nas três regiões uma dinâmica muito similar na qual o município pólo se sobressai como o espaço das oportunidades, sendo o destino da maioria das pessoas que realizam movimento pendular, em especial, dentro da própria região.

Para a espacialização dos movimentos pendulares no Paraná destacando aqueles municípios com maior relevância em 2000, foram selecionadas quatro informações correspondentes a volumes de entrada e volumes de saída de pessoas, número de fluxos de origem e número de fluxos de destino, ou seja, número de municípios dos quais recebe e para os quais envia população. Esses dados correspondem a todos os tipos de fluxos envolvidos. Com base nessas informações, alguns municípios destacaram-se pela intensidade dos fluxos de origem ou destino, ou pela abrangência geográfica estimada pelo número de municípios das origens e destinos dos principais fluxos. A maior intensidade dos fluxos, seja de entrada ou de saída, envolvendo todos os tipos, inter-estadual, intra-estadual e para outros países, exprime maior dinamicidade em relação ao fenômeno; a maior abrangência demonstra uma relativa centralidade do município numa determinada região, independentemente da intensidade dos fluxos. Quando as duas condições se combinam, revelam-se municípios centrais, tanto do ponto de vista geográfico quanto socioeconômico.

A organização dessas informações, para o Paraná, possibilitou a classificação dos municípios de acordo com sua importância em relação ao fenômeno estudado. Os 399 municípios do Paraná foram classificados em quatro categorias: aqueles que ao mesmo tempo recebem e enviam grandes volumes, envolvendo também um grande número de municípios de procedência dos fluxos; os que recebem muito e enviam pouco; os que enviam muito e recebem pouco; e os demais municípios, que não se sobressaem nem por intensidade nem por ampla procedência, que podem ser os menos representativos comparativamente às três primeiras categorias.⁵ (mapa 4.3.1)

⁵ Para as três primeiras categorias foram considerados recortes representativos dentro de cada uma delas.

MAPA 4.3.1 – MUNICÍPIOS COM DESTAQUE NO MOVIMENTO PENDULAR NO PARANÁ - 2000



FONTE: IBGE – Censo Demográfico , 2000

Da observação do mapa 4.3.1, chama a atenção o reforço das aglomerações urbanas de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel apresentando padrões semelhantes, com muitos municípios tanto receptores como expulsores de população para trabalho e/ou estudo e outros, geralmente no entorno dos pólos, com característica de serem eminentemente expulsores dessa população; outras aglomerações fronteiriças como no caso de Foz do Iguaçu (com Paraguai), União da Vitória (com Santa Catarina) e ainda municípios isolados, mas que estabelecem relações com o Estado de São Paulo, como no caso de Porecatu e Cambará. Outro ponto são as trocas que se estabelecem ao longos de eixos viários, um ao Norte do Estado desenhando um semi círculo e, outro na RMC com Ponta Grossa e com o Litoral.

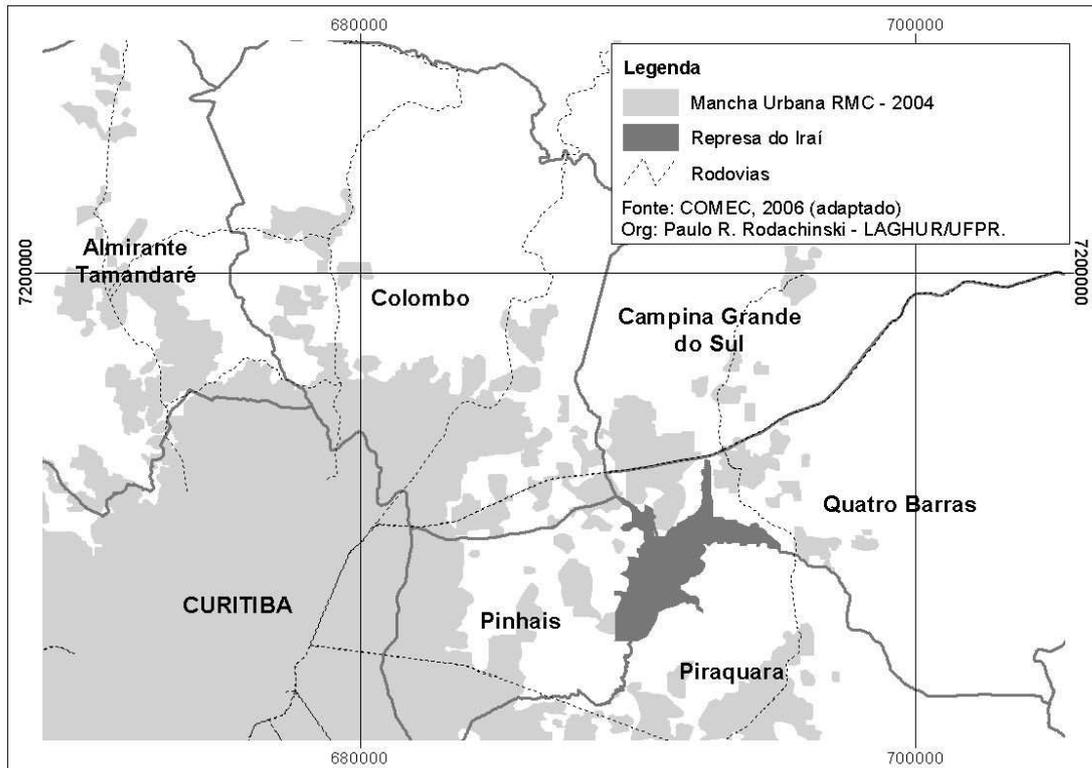
5. Um estudo de caso: deslocamento pendular em Colombo, Região Metropolitana de Curitiba

5.1. O município Colombo na RMC

Colombo é um dos 26 municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Localizado na porção norte da capital paranaense, parcela do seu território

está na área conurbada com os municípios de Curitiba, Pinhais, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Almirante Tamandaré (mapa 5.1). No Estado do Paraná, chama atenção que, dos 10 principais municípios paranaenses que enviavam, diariamente, população para fora de sua unidade administrativa, Colombo ocupa o 1º lugar, com o significativo número de 40 mil pessoas que se deslocavam para Curitiba, com o objetivo de trabalhar ou estudar.

MAPA 5.1 – LIMITES POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS DE COLOMBO



No interior da RMC, segundo Deschamps e Cintra (2008), 194 mil pessoas, em 2000, movimentavam-se para trabalhar e ou estudar, e 80% desse total se dirigiram a Curitiba. O maior fluxo de pessoas era representado por Colombo, 39.950 pessoas; Pinhais, 23.804; São José dos Pinhais, 22.989; e Almirante Tamandaré, 22.568. O fluxo de Colombo espalhava-se por 14 municípios da RMC, mas estava majoritariamente centralizado em Curitiba (tabela 5.1).

TABELA 5.1 - PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DE DESTINO PARA TRABALHO E/OU ESTUDO DE PESSOAS PROVENIENTES DE COLOMBO – 2000

MUNICÍPIOS DE DESTINO	Nº DE PESSOAS
Almirante Tamandaré	152
Araucária	175
Bocaiúva do Sul	47
Campina Grande do Sul	292
Campo Largo	58
Curitiba	37.056
Fazenda Rio Grande	31
Lapa	10
Pinhais	1.128
Piraquara	116
Quatro Barras	373
Rio Branco do Sul	9
São José dos Pinhais	488
Tunas do Paraná	15
TOTAL	39.950

FONTE: DESCHAMPS, M; CINTRA, A. (2008)

No ano 2000, o número de pessoas envolvidas mais do que triplicou em relação a 1980 (tabela 5.2).

TABELA 5.2 - FLUXOS PENDULARES NO PR: PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DE ORIGEM 1980 E 2000

MUNICÍPIO DE ORIGEM 1980	PESSOAS ENVOLVIDAS	MUNICÍPIO DE ORIGEM 2000	PESSOAS ENVOLVIDAS
Piraquara	13.991	Colombo	40.182
Colombo	12.926	Pinhais ⁶	23.934
Curitiba	7.065	São José dos Pinhais	23.262
Cambe	6.396	Almirante Tamandaré	22.715
Almirante Tamandaré	6.200	Curitiba	21.399
São José dos Pinhais	5.480	Piraquara	16.864
Marialva	4.608	Sarandi	14.640
Londrina	2.772	Cambe	14.042
Ibiporã	2.032	Fazenda R. Grande	12.099
Campo Largo	1.806	Araucária	9.070
TOTAL	63.276	TOTAL	198.207

FONTE: DESCHAMPS E CINTRA, 2007

No quadro paranaense, o que chama atenção é que no ano 2000, os municípios do aglomerado metropolitano de Curitiba foram os que mais se destacaram em relação ao maior número de saídas. Nos anos 1980 Londrina ainda se destacava entre os 10 municípios com maior fluxo de partida no Paraná. Em 2000 este

⁶ Pinhais desmembrou-se de Piraquara em 1992. Se os dois municípios ainda estivessem unificados, o fluxo pendular em 2000 chegaria a 40.798 pessoas, pouco acima do de Colombo

município já não aparece, mas se destaca como um dos que mais recebem fluxos pendulares, conjugando 24.824 pessoas. À sua frente estão apenas Curitiba e Maringá, que em 2000 acolheram 167.496 e 28.871 pessoas respectivamente (DESCHAMPS e CINTRA, 2007).

Ainda quanto às saídas em 2000, no Norte do Paraná aparece Sarandi, como expoente em fluxos na Região Metropolitana de Maringá, e mantém-se Cambé, na Região Metropolitana de Londrina. Como registram os autores citados, no Paraná, em 2000, os fluxos com mais de mil pessoas tiveram aumento significativo em relação aos anos 1980. Enquanto nesse ano 15 municípios estavam representados, em 2000 cerca de 40 tinham mais de mil pessoas deslocando-se diariamente.

Desde os anos 1970, no contexto dos municípios da RMC, Colombo tem apresentado uma das mais elevadas taxas de crescimento populacional. Dos 8.719 habitantes nos anos 1970, em 2000 atingiu 183.329, com cerca de 96% de urbanização. Essa elevada taxa de urbanização se concentra em alguns pontos do município, especificamente nos bairros localizados na divisa com Curitiba; em 1988, por exemplo, mais de 90% da população urbana do município de Colombo residia fora da sua sede administrativa (ULTRAMARI e MOURA, 1994). De certa forma, esse crescimento populacional pode ser expresso pelo número de lotes legais e ocupações irregulares. Segundo levantamento da COMEC (2006), entre os 13 municípios do Núcleo Urbano de Curitiba, de 1940 a 2000, Colombo representou 15,15% do total dos lotes aprovados, só superado por São José dos Pinhais, com 21%.⁷ Nas ocupações irregulares, em 1997 Colombo sediava 11,34% das existentes na RMC, antecedida por Curitiba que sozinha recebeu 34,40% das ocupações (COMEC, 1997).⁸ Em 2007, a contagem da população (IBGE) revelou cerca de 233.916 habitantes residindo em Colombo, com uma das mais altas densidades demográficas da RMC: 1.182,65 hab/km², perdendo apenas para Curitiba (4.127,28 hab/km²) (IPARDES, 2008). No período 1991-2000 destacou-se como um dos municípios da RMC com maiores taxas de crescimento anual, 5,09% (IBGE, 2004).⁹ E, entre 1995 a 2000, 95,7% dos migrantes em Colombo provinham do próprio Paraná, seguido de São Paulo (3,5%) e Mato Grosso do Sul (0,85%). Do total considerado para o Paraná, 56% do fluxo provinha de Curitiba: 11.073 pessoas, seguido por Pinhais, 1.121; Cerro Azul, 673; São José dos Pinhais, 602 e Almirante Tamandaré, 511 (IBGE, 2000). Ou seja, dos migrantes que se dirigiram para Colombo, o maior volume vinha da própria capital e RMC: uma migração intrametropolitana.

Tais dados nos encaminham para entender uma das questões fundamentais que motivaram este estudo de caso: qual o lugar reservado ao trabalhador-migrante pendular na economia urbana de Curitiba? Para quais setores da economia urbana suas atividades laborais são requisitadas?

⁷ Impossível comparar tais dados com os de Curitiba, pois segundo a COMEC (2006, p.61): “o município não possui levantamento com o número de lotes aprovados.”

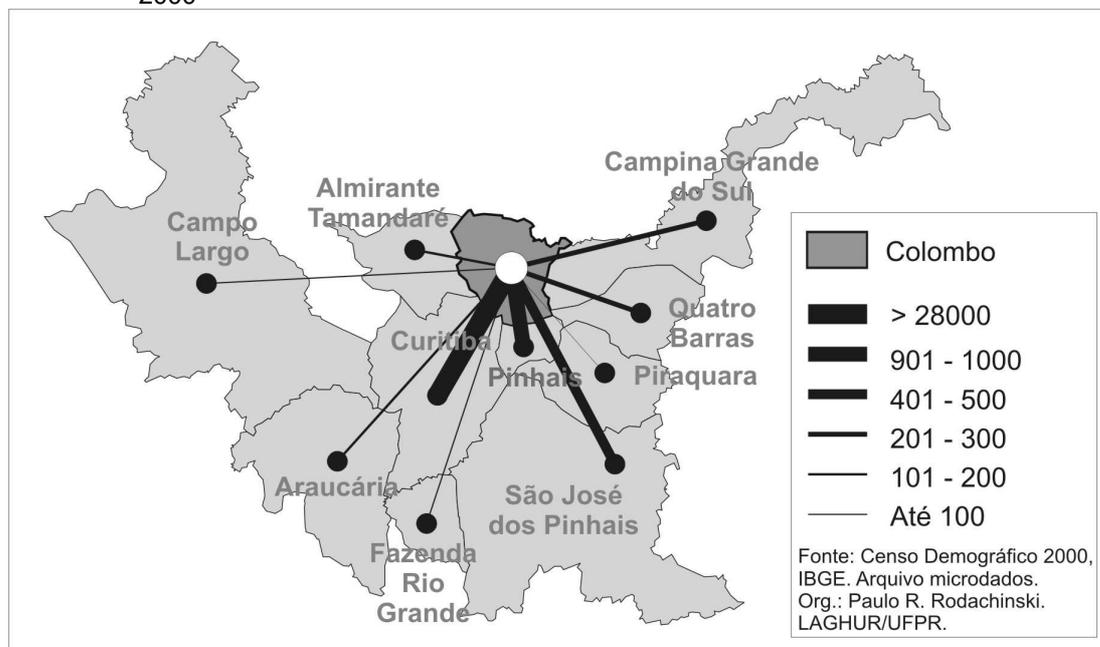
⁸ Em Curitiba localizam-se 32.346 unidades de ocupação irregular; em Colombo, 6.274 (COMEC, 1997).

⁹ Fazenda Rio Grande 10,9%, Piraquara 9,92%, Almirante Tamandaré 5,66%.

5.2. O trabalho pendular em Curitiba

Entre os municípios da Região Metropolitana, Colombo chama atenção pela sua modesta participação no rendimento fiscal. Em 2000, enquanto Araucária registrava 10,99% do valor adicionado fiscal (VAF) estadual e São José 5,41%, Colombo participava com 0,84% (COMEC, 2006). Com uma população economicamente ativa (PEA) de 86.257 pessoas, 15,6% estava ocupada, em Colombo, no setor industrial (extrativo e de transformação); 18% no comércio, 13% construção civil e 12% em serviços domésticos (IPARDES, 2008). Desse total da PEA, 35% dirigira-se para 15 municípios da RMC, onde Curitiba, sozinha, recebeu 28.803 trabalhadores (mapa 5.2).

MAPA 5.2 - COLOMBO: PRINCIPAIS DESTINOS DO FLUXO PENDULAR PARA O TRABALHO - 2000



Como segundo destino, Pinhais, recebia 321 pessoas providas de Colombo dedicadas a atividades na indústria de transformação; 137 na construção e 132 no comércio. Na seqüência São José dos Pinhais, com 106 ocupados na indústria de transformação, 94 na construção e 69 no comércio. Chama atenção Araucária, que, em relação aos dois municípios anteriores, exerce fraca atração, com 175 pessoas, das quais 34% destinam-se para atividades na indústria de transformação (tabela 5.3).

TABELA 5.3 - Principais grupos de atividades ocupadas pela população pendular de Colombo na RMC

GRUPOS DE ATIVIDADES	POPULAÇÃO OCUPADA NA RMC	POPULAÇÃO OCUPADA EM CURITIBA
Serviços domésticos	4951	4913
Comércios	4966	4636
Construção Civil	4553	4167
Indústria de Transformação	3370	2678
Atividades Imobiliárias	2982	2843
TOTAL	20822	19237

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2000. Arquivo microdados

Em conjunto, as informações sobre fluxos e ocupações revelam uma organização do trabalho metropolitano que tem Curitiba como principal pólo atrativo. Na divisão territorial do trabalho, Colombo tem cumprido o papel funcional de fornecer à RMC trabalhadores para serviços de baixa especialização e qualificação: a maior parte do fluxo pendular tem como ocupação na RMC particularmente o setor de serviços domésticos.

5.2.1. O fluxo pendular da Região Metropolitana de Curitiba com destino para Colombo

Em relação ao fluxo pendular, não se pode deixar de registrar que enquanto Colombo enviava elevado contingente de pessoas distribuídas pela RMC, recebia, ao mesmo tempo, cerca de 4.238 pessoas; 4.217 da própria Região Metropolitana e 21 do interior do Paraná (tabela 5.4).

TABELA 5.4. FLUXO PENDULAR DA RMC PARA COLOMBO: MUNICÍPIOS E NÚMERO DE PESSOAS ENVOLVIDAS - 2000

ORIGEM	NÚMERO DE PESSOAS
Almirante Tamandaré	390
Araucária	72
Bocaiúva do Sul	249
Campina Grande do Sul	478
Campo Largo	19
Campo Magro	18
Cerro Azul	13
Curitiba	1756
Fazenda Rio Grande	11
Itaperuçu	11
Pinhais	602
Piraquara	140
Quatro Barras	241
Rio Branco do Sul	32
São José dos Pinhais	185
TOTAL	4217

FONTE: DESCHAMPS E CINTRA, 2008. p.21

O fluxo de Curitiba para Colombo tem suas particularidades: enquanto Colombo abastece o pólo da metrópole de servidores domésticos, 10% do fluxo de Curitiba estão ocupados na educação; 6,5% na fabricação de produtos metálicos e 4% no comércio de alimentos.¹⁰ No bairro Alto Maracanã, em Colombo, como analisou Katzinsky (2004), existe um circuito produtivo preenchido por uma população provinda de Curitiba, como dentistas, técnicos e vendedores que atuam no setor da informática, e destinaram seus serviços para Colombo, em vista do alto custo para manter suas atividades em Curitiba.

O segundo maior fluxo para Colombo provém de Pinhais, onde 5,5% da população pendular dedica-se às atividades no comércio de combustível, 5% na fabricação de produtos plásticos e 5% no transporte rodoviário. Em seguida, o fluxo originado de Campina Grande do Sul, no qual 24% estão concentrados na fabricação de produtos metálicos e 9% na construção civil. É instigante que cada um desses municípios ocupe uma função específica no mercado de trabalho de Colombo. O fluxo de Itaperuçu e o de Fazenda Rio Grande apresentam também sua particularidade: todos as 11 pessoas envolvidas nos fluxos pendulares de Itaperuçu para Colombo estão ocupados na mesma atividade: fabricação de produtos metálicos; e os de Fazenda Rio Grande, todos os 11 ocupados no comércio de madeira ou material de construção,¹¹ o que pode indicar, mesmo considerando a baixa magnitude deste fluxo, uma rede de contratação no mercado de trabalho de Colombo. Essa mesma acepção de uma rede de trabalho é válida também como hipótese para os pendulares em Curitiba, que se abre para o prosseguimento desta pesquisa.

6. Conclusões e resultados

Os estudos realizados demonstraram a importância dos indicadores de deslocamentos domicílio-trabalho/estudo, como referencial para a análise dos processos de metropolização e de expansão urbana, permitindo captar os movimentos da população, intensificados pela realocação das atividades econômicas e ação concomitante do capital imobiliário, que proporcionaram uma redistribuição espacial da população, fortemente constatada nos municípios das aglomerações urbanas. A informação sobre o movimento pendular permitiu ainda conhecer o perfil da população que se desloca, em termos de escolaridade, renda, tipo de atividade, entre outras, sendo útil na análise da organização do território e para formulação e monitoramento de políticas públicas.

No Brasil, 7,4 milhões de pessoas realizam movimento pendular, que representa 6,7% das pessoas que trabalham ou estudam. Quando são consideradas as regiões metropolitanas brasileiras, esse percentual sobe para 10,6%. Os fluxos são majoritariamente realizados por homens e por pessoas de 25 a 59 anos. Colocam em evidência, por um lado, a concentração de fluxos de entrada e de saída nas aglomerações urbanas, caracterizadas pela presença de atividades da indústria e de serviços; a força das principais centralidades como receptoras; e

¹⁰ IBGE, Censo Demográfico, 2000. Arquivo Microdados.

¹¹ IBGE, Censo Demográfico, 2000. Arquivo Microdados.

ressalta manchas ampliadas de grande extensão, conjugando municípios receptores de volumes elevados de população para trabalho e/ou estudo no entorno dessas aglomerações. Por outro, as dinâmicas analisadas também apontam movimentos de saída, fundamentalmente para trabalho, observando-se que esses não estão restritos a atividades urbanas, pois podem estar ligados a atividades agropecuárias, dada sua incidência significativa em regiões inseridas no agronegócio, no Centro-Oeste, Norte e Nordeste brasileiros, assim como no interior paulista e Norte paranaense – situação que recomenda-se ser investigada.

A dinâmica de fluxos analisados, demonstrou particularidades em determinadas nas porções do território, configurando morfologias diferenciadas como aquelas: (i) com grande número de municípios vizinhos com movimentos intensos a moderados de entrada e saída; (ii) em extensões contínuas estendendo-se tentacularmente a partir de aglomerações metropolitanas ao longo do sistema viário principal; (iii) lineareamentos de fluxos intensos de evasão e recepção, intercalando aglomerações metropolitanas; (iv) aglomerados nos entornos da grande maioria das capitais de estados; (v) conjugação de municípios receptores (pólos regionais) e evasores em ampla extensão no interior, configurando um espraiamento difuso, sem características de aglomerações; (vi) outros movimentos expressivos, mas esparsos, entre municípios dispersos no território.

Na comparação da distribuição espacial dos volumes de pessoas envolvidas em movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo nos três estados da Região Sul do País verificou-se comportamento relativamente comum entre o Paraná e o Rio Grande do Sul e distinto em Santa Catarina que, embora submetido às mesmas lógicas de mobilidade, registra uma maior distribuição espacial dos fluxos, em função de uma rede urbana muito menos concentrada.

Em Santa Catarina, os maiores fluxos ocorrem nas aglomerações das RMs institucionalizadas, todas localizadas a leste do Estado. A RM de Florianópolis é a que mais se aproxima do padrão concentrador dos fluxos pendulares verificados nas duas principais RMs da Região. Das demais RMs de Santa Catarina, a de Criciúma vem manifestando características de aglomerado, com fluxos intensos entre muitos dos municípios do entorno; Tubarão sinaliza mudança no padrão de atração, com fluxos desenvolvidos sobremaneira entre municípios do entorno. Itajaí e Balneário Camboriú, na RM Foz do Itajaí, conferem características de pólos, ambos exercendo forte atração de pessoas para trabalho e/ou estudo. Verificou-se ainda na região oeste do Estado um espaço concentrador de fluxos pendulares polarizado por Joaçaba. A mobilidade pendular em Santa Catarina motivou questionar se houve uma concentração desse movimento nos maiores aglomerados urbanos ou uma desconcentração para outros espaços.

No Rio Grande do Sul, a mobilidade pendular é bastante elevada ao se considerar as demais unidades da federação, constituindo-se, sobretudo, em uma questão importante no contexto das relações de troca tanto entre as aglomerações urbanas como no seu interior. A grande maioria dos fluxos tem caráter intra-estadual, sendo que a Região Metropolitana de Porto Alegre é o destino majoritário. Tanto fluxos de origem quanto de destino se dão fundamentalmente entre os municípios da RMPA. Os fluxos do RS para fora de seu território não são

muito significativos, salvo quando originados nas aglomerações urbanas do Sul e do Litoral Norte. Os municípios localizados fora das aglomerações se destacaram por enviar população para estudar e/ou trabalhar não só em outros estados, como em outros países, sendo o Uruguai o mais procurado, certamente favorecido pela situação de fronteira. Com relação à estrutura ocupacional, as categorias médias, se tomadas em conjunto, são os principais sujeitos na mobilidade pendular nas aglomerações urbanas do RS. Na RMPA, além das camadas médias, os trabalhadores da indústria, especialmente do segmento moderno e trabalhadores do terciário não especializado, prestadores de serviços e empregados domésticos, apresentam as maiores taxas de mobilidade. Já nas outras aglomerações, especialmente na AUNE e na AUSul o diferencial fica com uma mobilidade elevada das elites. Sobre a mobilidade para fora do Estado ressalta-se o perfil mais elitizado dos trabalhadores que se deslocam para São Paulo e a influência da situação de fronteira, no caso do Uruguai: o perfil dos trabalhadores reflete, sobretudo, as situações das fronteiras urbanas, onde o comércio é a principal atividade, e das fronteiras rurais, onde as articulações envolvidas na produção agropecuária, e captada nos elevados fluxos de mobilidade, muitas vezes extravasam os limites entre os países.

Nesse Estado, a população que trabalha ou estuda em outro município é mais masculina, mais velha e, apesar de ter menor instrução, possui uma renda média mais elevada. A população que se desloca para a capital tem traços distintos: é menos masculina do que a que sai para a periferia da Região Metropolitana e, apesar de a idade média ser mais elevada, possui menor escolaridade e menor rendimento médio. Mais da metade das pessoas que trabalham ou estudam em Porto Alegre eram residentes em 1995, revelando, portanto, que apesar de emigrarem da capital, continuam mantendo vínculo com aquele município. Assim, se evidencia que a motivação para a mudança de local de moradia, para uma grande parte das pessoas, não foi a procura por trabalho ou estudo.

No Paraná, aproximadamente 60% das pessoas que se deslocam para trabalho e/ou estudo procuram os três maiores centros urbanos, Curitiba, Londrina e Maringá, porém, 43% do movimento converge para a capital. Grande parte do movimento pendular ocorrido no Estado em 1980 envolvia algum município da RMC, no entanto, a quase totalidade desse movimento era intrametropolitano. Em 2000, três em cada quatro pessoas que realizaram movimento pendular intra-estadual tiveram como destino algum município metropolitano. Observa-se nas três RMs uma dinâmica muito similar na qual o município pólo se sobressai como o espaço das oportunidades, sendo o destino da maioria das pessoas que realizam movimento pendular. De 1980 para 2000, aumentou a proporção de mulheres que realizam esse movimento, justificado pelo aumento da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho; diminuiu a proporção das pessoas com idade entre 15 e 24 anos; e aumentou a proporção das pessoas com idade entre 25 e 59 anos.

Estudo de caso realizado para Colombo, município da RMC, reforça a centralidade de Curitiba como receptora do fluxo pendular estadual e destaca Colombo como o município que mais envia população-trabalhadora para a metrópole. O

direcionamento deste fluxo reforça a hipótese que o mercado de trabalho apresenta-se, a partir dos anos 1970, mais segmentado e complementar: de um lugar provém o trabalho qualificado, como verificado no fluxo originado de Curitiba para Colombo, e, do outro, o não-qualificado, visto que parcela significativa daqueles que compõem o fluxo pendular de Colombo para Curitiba estão empregados no setor de serviços domésticos urbano.

Esse estudo de caso sintetiza observação que vale para os três estados do Sul: os movimentos pendulares refletem dinâmicas territoriais nas quais cada vez mais os espaços das aglomerações se expandem geograficamente e tem internamente funções diferenciadas entre municípios, reforçadas pela dissociação moradia/trabalho. Esses elementos tornam a mobilidade a marca das aglomerações, envolvendo números crescentes de pessoas envolvidas, ampliando as distâncias dos fluxos, e assumindo um perfil mais complexo, porém mantendo na virada do século a característica de refletir a segregação socioespacial da metropolização brasileira.

Anota-se, por último, que este relatório historia uma etapa dos trabalhos. Prevê-se na próxima etapa, que os esforços de análise realizados por cada UF, resultando em produtos com especificidades em função da disponibilidade da informação, sejam reproduzidos e lidos comparativamente para toda a Região Sul. Concomitantemente, as mesmas análises poderiam ser realizadas, pelos núcleos regionais da Rede Observatório das Metrôpoles, para as demais RMs e Grandes Regiões do Brasil, permitindo compor um perfil da população em movimento e suas trajetórias territoriais. Ademais, manteria preparada a base para inserção das informações vindouras com o Censo 2010, agilizando as análises das transformações ocorridas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, J.A.F. Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) na década de 90. **Desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE/Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 2004 (CD-Rom).

CASTELLO BRANCO; M. L.; FIRKOWSKI, O.; MOURA, R. Movimento Pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. XI Encontro Nacional da ANPUR. Salvador, 23 a 27 de maio de 2005.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane. Expansão urbana nas grandes metrôpoles o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

COMEC. **Levantamento de ocupações irregulares na Região Metropolitana de Curitiba (1997)**. Curitiba, 1997.

COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba**: Propostas de Ordenamento Territorial e Novo Arranjo Institucional. Curitiba, 2006. CD-ROM.

DESCHAMPS, M. CINTRA, A. Análise dos movimentos pendulares nos municípios da região metropolitana de Curitiba. In: **V Encontro Nacional sobre Migrações**. GT: Migração/ABEP, NEPO/UNICAMP, 2007. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/mesa_04_ana_mov_pen.pdf. 2007. Acesso em: março 2008

DESCHAMPS, M. CINTRA, A. Movimento pendular para trabalho na região metropolitana de Curitiba: uma análise das características de quem sai e quem fica. **Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, 2008. CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. (SIDRA). Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em: agosto 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IPARDES. **Caderno estatístico do município de Colombo**. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso em: 12/09/2008.

IPARDES. **Redes urbanas regionais: Sul**. Brasília : IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES, 2000.

IPEA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2002. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

KATIZINSKY, L. **A análise da relação Colombo e Curitiba à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. 96f.

MOURA, R. SANTOS, G. Semelhanças e diferenças no processo de urbanização do Sul do Brasil. X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. SIMPURB, Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil: tradições e perspectivas. Mesa IV. Íntegra (CD-Rom). 22p. Florianópolis, UFSC, novembro 2007.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil**: relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Brasília, 2005. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrôpoles/FASE/IPARDES. Disponível em <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/metropoles/>

OJIMA, R.; SILVA, R.B. da; PEREIRA, R.H.M. A mobilidade pendular na definição das cidades dormitório: caracterização sócio-demográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. V Encontro Nacional sobre Migrações,

Campinas, 15 a 17 de outubro de 2007. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf > Acesso em: março 2008.

SILVEIRA, R.L. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no vale do Rio Pardo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, 2007.

SOARES, P.R. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil. SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2006, p.347-364.